



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 04/2024

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2024

INICIADA ÀS 10 HORAS E 30 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 19 HORAS E 10 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	09
ANTES DA ORDEM DO DIA	09
ORDEM DO DIA	35
ENCERRAMENTO	106

ATA N.º 04/2024ABERTURA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e vinte e quatro, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves** com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO****2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA****2.1 - Apreciação e votação de Atas**

a) Ata n.º 02/2024 de 29 de abril de 2024

b) Ata n.º 03/2024 de 13 de maio de 2024

2.2 - Leitura resumida do expediente**2.3 - Pedidos de informação e esclarecimentos****2.4 - Declarações de âmbito político e de interesse municipal****2.5 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação**

2.5.1 Proposta de Moção – Saúde em Vale Formoso e Aldeia do Souto (PCP)

2.5.2 Proposta de Recomendação – Manutenção e Limpeza da Ponte da Ribeira da Carpinteira (PCP)

2.5.3 Proposta de Recomendação - requalificação dos postos de apoio à varrição urbana – (PCP)

2.5.4 Proposta de Recomendação Multibanco no Bairro da Estação – Mateus Fernandes (PCP)

2.5.5 Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Vítor Caetano (PSD)

2.5.6 Proposta de “Recomendação: Um Exemplo da Celebração e Valorização da Democracia” (PSD)

2.5.7 Proposta de Moção “Sistema Eleitoral para a Assembleia da República” (PS)

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA**3.1 - Debate entre Grupos Municipais**

– **“Instalações das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico” (CDU-PCP/PEV)**

– **“Proteção Civil e prevenção de incêndios florestais” (PS)**

3.2 - Discussão da matéria em análise no debate temático sobre “Acessibilidades à Serra da Estrela” realizado em 13/05/2024 e votação de propostas de deliberação

– *Proposta “Acessibilidades à Serra da Estrela” - PSD*

- 3.3 - *Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município***
- 3.4 - *Apreciação e deliberação sobre o Projeto de Regulamento de Exploração de Modalidades Afins dos Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município da Covilhã***
- 3.5 - *Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2023***
- 3.6 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual da Empreitada de Obras de Construção de cinco edifícios de habitação coletiva e obras de urbanização – Loteamento do Pinhal do Gaiteiro***
- 3.7 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual da Empreitada da Obra de Construção de edifício multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia – 39 a 65***
- 3.8 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Peso e Vales do Rio para apoio nas despesas relativas à reparação e remodelação dos sanitários do JI Peso***
- 3.9 - *Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Atividades – 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã***
- 3.10 - *Tomada de conhecimento da Declaração de Aprovação da Alteração por Adaptação do PDM da Covilhã, decorrente da entrada em vigor da 4.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã e da Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul e que constitui a 6.ª Alteração do PDM da Covilhã***
- 3.11 - *Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva do procedimento de Revisão do PDM da Covilhã***

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Estiveram presentes na sessão os Excelentíssimos Senhores(as): **Dr. João José Casteleiro Alves, Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. Hugo Ferrinho Lopes, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, António Paulo Pereira Ranito, Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira, Dr. Jorge Manuel Torrão Nunes, Lino Fernandes Torgal em substituição do Senhor Dr. Jorge Filipe Reis Ferrão Vaz, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Mestre Valéria Alexandra Mendes Garcia, Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves, Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro, Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa, Dra. Joana Petrucci Dias Rocha, Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves, Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento em substituição do Senhor Eng.º Luís da Silva Rodrigues, Eng.º Pedro Miguel Melo Bernardo, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição do Senhor Dr. Nuno Flávio Costa Reis, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho em substituição do Senhor Dr. Afonso Manuel Mousaco Gomes e os(as) Excelentíssimos(as) Senhores(as) Presidentes de Junta/União de Freguesia(s): Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço em substituição do Senhor Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), Dr. Jorge Manuel Matos Saraiva em substituição do Senhor José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguizo), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro), Joaquim Eugénio Nabais Gonçalves em substituição do Senhor Dr. Sérgio Nuno Proença Rodrigues (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Cristina Maria Conde de Campos Barata (Peraboa), Paulo Jorge da Silva Maçãs Quintela (S. Jorge da Beira), Mestre Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição do Senhor José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Mestre Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Mário Fernando Lucas Mendes em substituição do Senhor Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição do Senhor Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) e Rosa Maria Gomes Pires Amaro em substituição do Senhor António Manuel Pais Carriço (Teixoso e Sarzedo). -----**

Não compareceram à presente Sessão os Senhores: Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro e Nuno Filipe Matias Gerales em substituição do Senhor Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto). -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes os Exmos. Senhores: **Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira, Vice-Presidente, Dr. José Armando Serra dos Reis, e os Vereadores Dr. Pedro Miguel Santos Farromba, Prof.ª Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Ricardo Miguel Correia Leitão Ferreira da Silva, Eng.º José Miguel Ribeiro Oliveira e Eng.º Jorge Humberto Martins Simões em substituição da Senhora Dra. Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Mestre Júlio Manuel de Sousa Costa, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.º Jorge Manuel Galhardo Vieira e do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal a Técnica Superior, Dra. Ivone Franco Correia e o Coordenador Técnico Adriano Flávio de Jesus Mingote.** -----

--- Colocada à votação, a **Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade com a inclusão, nos termos do n.º 3 do artigo 46.º do Regimento da Assembleia Municipal, dos seguintes pontos:** ---

- **2.5.6 – Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Secretário do Executivo da Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel – Senhor Hermínio Araújo Mendes Sobreiro;** -----
- **3.8 – Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual da Empreitada da Obra de Construção de edifício multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 1 e 5 e 7, 9 e 11 (1.º Direito).** -----

Relativamente à aceitação da proposta apresentada pela CDU – PCP/PEV ““Acessibilidades à Serra da Estrela”: Proposta” referente ao ponto 3.2, foi interveniente o Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** que referiu não se sentirem “em condições de aceitar a terceira: o documento enviado pelo PCP que recebemos ontem. Nada contra o documento. Não tivemos tempo para o ler e faço aqui o apelo ao Partido Comunista que possa apresentar e falar das suas ideias e propostas na intervenção. Mas opomo-nos completamente à sua votação por uma razão muito simples: o prazo de entrega da documentação era até sexta-feira, às 15h00, o que, como todas as bancadas sabem, engloba um grande esforço de coordenação por parte dos eleitos para entregar a documentação a tempo. -----

Justificar por que é que aceitamos o voto de pesar. Porque o Regimento prevê que, nestas situações de voto de pesar, possa ser entregue mais tardiamente.” -----

--- **Colocada à votação, a aceitação da proposta apresentada pela CDU – PCP/PEV ““Acessibilidades à Serra da Estrela”: Proposta” referente ao ponto 3.2 foi rejeitada com os votos contra do PPD/PSD.** -----

- O Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** referiu que “o n.º 3 do artigo 46.º do Regimento fala na situação e diz que são 2/3 e não, digamos, a totalidade ou 100%, na aceitação de propostas entradas fora de prazo.” -----

A Ordem de Trabalhos ficou com a seguinte estrutura: -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - Apreciação e votação de Atas

c) Ata n.º 02/2024 de 29 de abril de 2024

d) Ata n.º 03/2024 de 13 de maio de 2024

- 2.2 - Leitura resumida do expediente**
- 2.3 - Pedidos de informação e esclarecimentos**
- 2.4 - Declarações de âmbito político e de interesse municipal**
- 2.5 - Apresentação, discussão e votação de propostas de deliberação**
 - 2.5.1 Proposta de Moção – Saúde em Vale Formoso e Aldeia do Souto (PCP)**
 - 2.5.2 Proposta de Recomendação – Manutenção e Limpeza da Ponte da Ribeira da Carpinteira (PCP)**
 - 2.5.3 Proposta de Recomendação - requalificação dos postos de apoio à varrição urbana – (PCP)**
 - 2.5.4 Proposta de Recomendação Multibanco no Bairro da Estação – Mateus Fernandes (PCP)**
 - 2.5.5 Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Vítor Caetano (PSD)**
 - 2.5.6 Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Secretário do Executivo da Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel – Senhor Hermínio Araújo Mendes Sobreiro**
 - 2.5.7 Proposta de “Recomendação: Um Exemplo da Celebração e Valorização da Democracia” (PSD)**
 - 2.5.8 Proposta de Moção “Sistema Eleitoral para a Assembleia da República” (PS)**

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 3.1 - Debate entre Grupos Municipais**
 - **“Instalações das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico” (CDU-PCP/PEV)**
 - **“Proteção Civil e prevenção de incêndios florestais” (PS)**
- 3.2 - Discussão da matéria em análise no debate temático sobre “Acessibilidades à Serra da Estrela” realizado em 13/05/2024 e votação de propostas de deliberação**
 - **Proposta “Acessibilidades à Serra da Estrela” - PSD**
- 3.3 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município**
- 3.4 - Apreciação e deliberação sobre o Projeto de Regulamento de Exploração de Modalidades Afins dos Jogos de Fortuna ou Azar e outras formas de jogo do Município da Covilhã**
- 3.5 - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2023**
- 3.6 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual da Empreitada de Obras de Construção de cinco edifícios de habitação coletiva e obras de urbanização – Loteamento do Pinhal do Gaiteiro**
- 3.7 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual da Empreitada da Obra de Construção de edifício multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia – 39 a 65**
- 3.8 - Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual da Empreitada da Obra de Construção de edifício multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 1 e 5 e 7, 9 e 11 (1.º Direito)**

- 3.9 - *Apreciação e deliberação sobre a Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia do Peso e Vales do Rio para apoio nas despesas relativas à reparação e remodelação dos sanitários do JI Peso***
- 3.10 - *Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Atividades – 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã***
- 3.11 - *Tomada de conhecimento da Declaração de Aprovação da Alteração por Adaptação do PDM da Covilhã, decorrente da entrada em vigor da 4.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã e da Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul e que constitui a 6.ª Alteração do PDM da Covilhã***
- 3.12 - *Eleição de um representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva do procedimento de Revisão do PDM da Covilhã***

1. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não se registaram nenhuma inscrição para Intervenção do Público. -----

2. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

2.1 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

A) ATA N.º 02/2024 DE 29 DE ABRIL DE 2024

--- Após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 02/2024 de 29 de abril de 2024**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS), Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha (PS), Mestre Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD), Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento "Covilhã Tem Força"), Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento (PPD/PSD), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio), Dr. Jorge Manuel Matos Saraiva (Dominguizo), Joaquim Eugénio Nabais Gonçalves (Orjais), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Rosa Maria Gomes Pires Amaro (Teixoso e Sarzedo). -----

B) ATA N.º 03/2024 DE 13 DE MAIO DE 2024

--- Após o Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** ter comunicado os Deputados Municipais impedidos de votar nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), a **Ata n.º 03/2024 de 13 de maio de 2024**, previamente enviada a todos os Senhores Deputados Municipais convocados, foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

Não participaram na discussão e votação da ata, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (CPA), os seguintes Deputados Municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD), Dr. Jorge Manuel Matos

Saraiva (Dominguizo), Joaquim Eugénio Nabais Gonçalves (Orjais), Prof. Vítor Barata Fernandes (Barco e Coutada), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Rosa Maria Gomes Pires Amaro (Teixoso e Sarzedo). -----

2.2 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m)* do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Ofício da Assembleia Municipal de Manteigas a remeter Recomendação para reflorestação do PNSE aprovada em 26/04/2024 para conhecimento. -----

--- Foi concedida a palavra ao Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** que, após cumprimentar todos os presentes, questionou o Senhor Presidente sobre “a sempre adiada, digamos assim, vinda à Assembleia Municipal do Secretário Executivo da CIM. A Assembleia aprovou a Moção da vinda do Senhor Secretário Executivo e nunca se efetivou. -----

Depois também questionar a Mesa se pode informar, porque já tinha sido feito um requerimento também anteriormente e não houve resposta, em relação ao número de requerimentos feitos pelos grupos municipais à Câmara Municipal e ao número de requerimentos que obtiveram resposta ou não.” -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** respondeu que, quanto ao primeiro ponto, “com as alterações que houve, naturalmente que isso foi um assunto que provavelmente perdeu a atualidade. Mas, se insistirem, a gente pode convocar a CIM para mandar um representante. -----

Relativamente aos requerimentos, na próxima Assembleia daremos a informação. A Senhora Secretária encarregar-se-á de ver quais são e daremos essa informação.” -----

2.3 - PEDIDOS DE INFORMAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

--- Não houve qualquer pedido de informação e esclarecimentos. -----

2.4 - DECLARAÇÕES DE ÂMBITO POLÍTICO E DE INTERESSE MUNICIPAL

--- Nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foi concedida a palavra de acordo com a ordem estabelecida no referido Regimento aos seguintes Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou abordando a celebração do aniversário dos Bombeiros Voluntários da Covilhã. “Parabéns a todos aqueles que serviram e servem esta associação criada e mantida para apoiar e socorrer as populações e os seus bens. Os Bombeiros Voluntários da Covilhã merecem todo o reconhecimento pelo seu trabalho. Um trabalho incansável. São uma parte vital da nossa comunidade, sempre prontos para responder a emergências, combate aos incêndios, prestar assistências. A sua dedicação e coragem merecem o nosso agradecimento. Parabéns à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Covilhã. Que todos sejamos solidários, contribuindo para as vossas nossas necessidades. -----

Posto isto, a leitura do relatório da criação de empresas em 2023 mostra-nos a clara fragilidade do interior de Portugal para competir no exigente mercado de atracção e retenção de negócios. O mapa, com a distribuição de *startup* empresas jovens, expõe o claro desequilíbrio entre o interior e o litoral. No total de 4073 empresas, apenas 331 chegam ao interior. -----

Face a este cenário, a questão que se coloca é: que estratégias adotar para alavancar um ecossistema empreendedor e robusto no interior quando os recursos teimam em ser desviados para o litoral? -----

A história mostra que a fragmentação e a competição raramente produzem resultados ótimos. A duplicação de estruturas de apoio a *startup* transformou-se numa competição de popularidade entre municípios e instituições que desejam cada um ter seu próprio centro de inovação. -----

Esses projetos acabam muitas vezes por beneficiar mais os investidores externos do que os empreendedores locais. Em vez de se promover um ecossistema robusto de inovação, esta abordagem resulta em pequenas iniciativas que não alcançam gerar o impacto desejado. A falta de colaboração intra e intermunicipal é uma das principais razões para o fraco desempenho dessas iniciativas. Em vez de colaborarem, os municípios e instituições competem entre si, levando a uma fragmentação que não contribui para o desenvolvimento. Cada município e instituição foca-se em criar o seu próprio oásis de inovação, esquecendo que a força está na cooperação. -----

A colaboração permitiria uma melhor alocação de recursos e maior impacto socioeconómico. Em alternativa à aposta em iniciativas e ações solitárias, deveriam concentrar-se esforços em definir uma visão estratégica conjunta no sentido de fortalecer e expandir as estruturas existentes, maximizando o seu impacto. -----

Necessitam-se lideranças que entendam que a colaboração é a chave para desbloquear o potencial das regiões e que o verdadeiro sucesso é o que é compartilhado e não conquistado à custa de competição desenfreada. O real obstáculo ao crescimento nunca será a falta de talento e, num mundo cada vez mais global, não queremos viver e inovar sozinhos.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)**, após cumprimentar todos os presentes fez a seguinte intervenção: -----

“Em 9 de fevereiro de 2011, o Grupo Parlamentar do PCP recomendava ao Governo do PS que, em nome da aplicação do princípio do utilizador pagador, o Governo do PS, com o apoio do PSD, tencionava aplicar, a partir de abril de 2011, um regime de portagens na autoestrada A23 entre a saída da A1 em Videla/Torres Novas e A25 nas proximidades da Guarda. -----

A aplicação desse princípio conduz a situações de manifesta injustiça e a aplicação de portagens na A23 é um exemplo flagrante disso mesmo. Porém, na sequência de um processo lamentável de negociação entre o PS e o PSD, ambos os partidos conduziram à decisão governamental de aplicar o princípio do utilizador pagador em todo o país, de forma cega, incluindo as concessões consideradas SCUT e outras que nunca o foram e que foram sempre consideradas como vias sem portagens. Votaram contra essa recomendação o PS e o PSD, a abstenção de três deputados do PS, dois do PSD e o CDS-PP; votaram a favor o BE, o PCP e o PEV. -----

Passados 13 anos de muitas ações de luta, abaixo-assinados, concentrações, vigílias, arruadas, marchas lentas, conferências, reuniões com deputados, manifestações junto à Assembleia da República levadas a efeito pelas comissões de utentes, empresários e sindicatos e, na última fase, pela Plataforma pela reposição das SCUT's, foi possível uma maioria na Assembleia da República que aprovou o fim das portagens, passados 13 anos em que o Grupo Parlamentar do PCP continuou todos os anos a apresentar resoluções na Assembleia da República no sentido da abolição das portagens e passados 13 anos em que esta Assembleia Municipal sempre se pronunciou contra as portagens na A23. -----

Foi possível, em 21 de junho de 2024, a deliberação da Assembleia da República da abolição das portagens na A23 a partir de janeiro de 2025 com os votos do PS, CHEGA, Bloco de Esquerda, PCP Livre e PAN, a abstenção da Iniciativa Liberal e os votos contra do PSD e CDS. -----

Mas o PCP, neste processo, voltou a propor a eliminação das portagens nas ex-SCUT e, em simultâneo, a revogação das concessões sem compensações, contribuindo para o passo que falta dar: acabar com as parcerias público-privadas. Acabar mesmo. Nem sequer renegociar. -----

Em cada ano, só as PPP's rodoviárias subtraíram mais de 1000 milhões de euros líquidos aos recursos do Estado que são encaminhados diretamente para o benefício privado, mas nem o PS, nem o PSD, nem o CDS, nem o CHEGA, nem a Iniciativa Liberal, nem o PAN estiveram disponíveis para acabar com esse encargo inaceitável para o Estado e para os contribuintes. -----

Para todos aqueles que participaram nas ações pela abolição das portagens e que sempre estiveram nesta Assembleia Municipal ao lado da sua abolição, é motivo de regozijo, de congratulação e de orgulho por terem contribuído para a defesa do desenvolvimento do interior e defesa das suas populações. Um reconhecimento especial à Plataforma pela Reposição das SCUTS, pela ação e persistência ao longo dos anos. Um reconhecimento também à ação da Comunicação Social que, dando notícia e cobertura jornalística às nossas posições, fizeram chegar ao país o nosso protesto, indignação e a proposta de abolição das portagens.” -----

- **Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que, “daqui a um ano, teremos eleições autárquicas e, façamos nós o balanço que fizemos deste Executivo, terminará o ciclo político, enquanto Presidente de Câmara, do Senhor Presidente de Câmara. Mandam as regras que a Covilhã terá necessariamente um novo Presidente de Câmara a partir do próximo ano. -----

O balanço que fazemos é conhecido. Não é positivo, mas não é dele que importa falar agora porque aquilo que será discutido daqui a um ano não é entre continuidade ou mudança, é necessariamente sobre a mudança que queremos porque o Presidente de Câmara vai ter mesmo de mudar. Por isso, a escolha que a Covilhã terá de fazer é se quer perpetuar o ciclo do Partido Socialista com tudo o que isso implica ou se quer fazer a mudança. -----

Historicamente, a alternativa política ao Partido Socialista na Covilhã, do ponto de vista executivo, está no espaço político à direita do Partido Socialista. E, portanto, enquanto o Partido Socialista escolhe aquele que será o seu candidato, o processo em que é normal que ocupe o seu tempo e do qual temos vindo a registar vários sinais, é também o tempo do espaço político alternativo ao Partido Socialista de encontrar uma resposta política que garanta essa alternativa. -----

Diz a história - e já agora a minha experiência pessoal - que foram cometidos vários erros que têm impedido que o ciclo do Partido Socialista termine antes da limitação de mandatos. Há sobretudo dois erros que foram cometidos e nesta assunção de erros está também sempre uma autoanálise. O primeiro, a fragmentação política, não só partidária, que tem determinado que seja mais difícil numas eleições em que quem ganha preside à Câmara não há formação de maioria posterior, tem impedido que esse resultado seja vencedor. Esse erro, a continuar, ditará que o Partido Socialista continuará a governar a Câmara seja qual for o seu candidato. -----

O outro erro, que é antecedente deste, tem que ver com olhar para o futuro jogando as guerras do passado e trazer para o presente e para o futuro conflitos que já deviam ter ficado arrumados.

Esta minha declaração política é uma declaração pessoal. Pedi autorização ao meu Grupo Municipal para a fazer porque me parece importante que, não tendo eu qualquer papel a desempenhar no futuro nestas eleições, porque o meu ciclo político autárquico também estará a terminar, deixar esta mensagem que me parece importante. É uma mensagem aos Covilhanenses, evidentemente, mas é uma mensagem aos partidos políticos que têm a obrigação de encontrar uma alternativa que seja credível, que tenha equipa e projeto para vencer as próximas eleições. Vencer é claramente possível, porque o legado não é bom e porque aquilo que se avizinha, do ponto de vista de candidatos, também não augura grande transformação. E, por isso, a responsabilidade da não vitória caberá seguramente nos líderes políticos do momento de não conseguirem chegar a um consenso que permita um líder, um projeto e uma equipa que sejam capazes de transmitir a confiança da mudança. E, cumprindo a minha tradição, levo os meus quatro minutos até ao fim.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**, após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: -----

“A primeira palavra de hoje é de regozijo com as últimas eleições europeias, tal como tive com as legislativas na passada Assembleia. Regozijo com a queda da abstenção e ainda maior regozijo com

a vitória inequívoca das forças políticas moderadas. Uma saudação democrática ao Partido Socialista que venceu as eleições, tal como aconteceu, ao contrário nas eleições legislativas, e uma saudação democrática também ao Governo da República por três pacotes de medidas essenciais e recentes. -----

Primeiro, para as novas gerações onde podemos destacar o alojamento estudantil, uma bolsa de trabalhadores-estudantes, a revolução na habitação jovem com a isenção de IMT, Imposto de Selo, Emolumentos, o alargamento do Programa Porta 65 Jovem e a garantia pública a 100% na compra da primeira casa. -----

Segundo pacote, o da habitação e das suas 30 medidas; e o terceiro, onde gostava de me focar, o da mobilidade. O novo Aeroporto Luís de Camões, pondo fim a 50 anos de indecisão, terceira travessia sobre o Tejo e a construção e finalização da alta velocidade entre Lisboa e Madrid. -----

Mas mais importante ainda, que se enquadra na mobilidade e foi aqui falado já hoje, gostava de saudar democraticamente os proponentes e quem votou a favor da abolição das portagens na Assembleia da República. E gostava de o fazer por uma razão de coerência porque o Partido Socialista também aqui teve posições diferentes do seu Partido a nível nacional quando votou contra ou quando se absteve face à abolição ou redução das portagens, da mesma forma que o Partido Social Democrata sempre o fez. A coerência e a responsabilidade é para com os Covilhanenses e os beirões acima de qualquer outra entidade. -----

Em último lugar, gostava de deixar um apelo e um aviso. O apelo e um aviso sobretudo para aqueles que, e bem, propuseram e aprovaram a abolição das portagens nas ex-SCUT's. Como sabemos, falta ainda a votação final global desta medida – só foi aprovada ainda na generalidade na Assembleia da República. Ponto número um. -----

Ponto número dois, e mais importante, só haverá abolição de portagens nas ex-SCUT's se houver um Governo em funções a 1 de janeiro de 2025. O Orçamento de Estado desse ano tem de ser aprovado na Assembleia da República para que a abolição das portagens entre em vigor. E, por isso, gostava aqui de fazer um apelo ao Partido Socialista da Covilhã para que, de forma coerente como sempre fez com as portagens aqui e discordando do seu Partido a nível nacional, seja sempre um defensor da região, da moderação e que sem dúvida se possa opor a qualquer união de facto com partidos extremistas. -----

Não vale a pena falar do divórcio com a extrema-esquerda. Não vale a pena alargarmo-nos mais nesta união de facto com a extrema-direita. O que está em causa agora é a região e as populações.

Por fim e de forma muito telegráfica, gostava de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que a bancada do PSD submeteu dois requerimentos, um sobre o Regulamento de Apoio às Freguesias e o outro sobre o Regulamento de Apoio ao Associativismo, em que solicitamos à Câmara Municipal que envie aos Membros desta Assembleia a listagem de candidaturas no âmbito desses Regulamentos, por cada tipo de apoio, discriminando.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**, após cumprimentar todos os presentes, iniciou a sua intervenção começando “por pontuar aquilo que foram as eleições europeias que decorreram no início do mês, a forma elevada como decorreram e também o aumento da participação. Não posso,

naturalmente, deixar de sinalizar o resultado e a vitória do Partido Socialista a nível nacional. O Partido Socialista conquistou mais votos e mais mandatos, pese embora um envolvimento grande do Governo da República recentemente eleito pelos Portugueses nas eleições de 10 de março e eleito sufragado o seu programa na Assembleia da República, e pese embora toda as medidas que o Senhor Deputado Hugo Ferrinho Lopes aqui elencou que nos dias antes das eleições procuraram tomar. A verdade é que os Portugueses acabaram por dar uma maioria de votos e de mandatos ao Partido Socialista e, na Covilhã em particular, o Partido Socialista regozija-se com o resultado e agradece e saúda os Covilhanenses que lhe deram e lhe conferiram uma maioria muito expressiva (uma das maiores a nível nacional), mas também com uma vitória substancial em todas as freguesias. -----

Não posso, neste ponto, deixar de saudar e agradecer todo o trabalho feito pelos funcionários do Município na preparação das eleições, por todas e todos aqueles que se envolveram nas mesas de voto. São muitas dezenas, centenas de pessoas. Ou a inovação dos técnicos de apoio informático e a inovação de, pela primeira vez, podermos votar em qualquer mesa de voto e isso é absolutamente assinalável – uma reforma iniciada pelo Partido Socialista quando no Governo da República, que foi concretizado pelo PSD no Governo no momento atual. Portanto, quero saudar entusiasticamente a forma como decorreram as eleições, a vitória do Partido Socialista e um agradecimento forte a todos aqueles que permitiram estes bons resultados na operacionalidade das nossas eleições. -----

Depois não posso também deixar de saudar, naturalmente e como já aqui foi feito pelo Senhor Deputado Vítor Reis Silva, a eliminação das portagens na A23. É um compromisso antigo do Partido Socialista que tem vindo a ser cumprido desde que chegamos ao Governo em 2015, reduzindo paulatinamente o valor das portagens, nomeadamente das antigas SCUT's e que culminou com o compromisso do Partido Socialista nas eleições legislativas da eliminação das portagens que depois se concretizou com a votação recente na Assembleia da República. -----

Do ponto de vista da política local, começaria por saudar, em primeiro lugar, a atividade do Município. Não tenho tempo para elencar exaustivamente todas as iniciativas que têm sido feitas, mas não posso deixar de destacar o êxito do Dia da Criança, das Marchas Populares, do Covilhã Desportiva, das várias e muitas atividades que têm decorrido no nosso Concelho por iniciativa da Câmara Municipal ou com o apoio da Câmara Municipal, como seja, por exemplo, a 11.ª edição do WOOL (a maior e mais impressiva, digamos, edição do mais antigo festival de arte urbana de Portugal e que decorre na nossa cidade). Quero saudar os seus organizadores e todos aqueles que se envolveram. -----

Também saudar naturalmente o 149.º Aniversário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários da Covilhã e na direção e no Corpo de Bombeiros, no Comandante e no Corpo de Bombeiros, agradecer penhoradamente tudo aquilo que fazem para nos manter seguros, para nos manter protegidos, para garantir que na Covilhã as pessoas tenham um sentimento de segurança e que têm a certeza que no momento de emergência e de aflição têm quem os socorra, como foi prova, aliás, recentemente, uma ocorrência simultânea de três eventos de acidente: dois acidentes rodoviários com encarceramento e um incêndio urbano, que decorreram creio que no prazo de

cinco ou dez minutos e os bombeiros prontamente deram resposta capaz a todos eles. Portanto, isso é um motivo que nos deve encher de orgulho. -----

Depois, do ponto de vista político local, quero também saudar democraticamente os novos órgãos eleitos do Partido Social Democrata a nível local e a nível distrital. O Partido Social Democrata é um importante partido da nossa democracia a nível nacional e a nível local e neste recente momento de escolha e eleição interna dos seus novos órgãos, não podia deixar de saudar democraticamente e com *fair play* os novos eleitos a nível local e a nível distrital, nas pessoas da Leonor Cipriano a nível local e de Manuel Frexes a nível distrital. -----

Aproveitando também a circunstância do período antes da ordem do dia e de representar a bancada que suporta a maioria, dar algumas respostas aos intervenientes que me antecederam que, naturalmente, sendo a oposição, fazem as críticas que entendem justas e adequadas. -----

Dizer ao Senhor Deputado Fernando Pinheiro que, concordando com a sua apreciação da importância das empresas no desenvolvimento dos territórios e há espaço para fazermos mais, a verdade é que a Covilhã se tem distinguido exatamente nesse particular, na atração de investimento, na criação de empresas, na criação de condições para que as empresas para cá venham e outras se criem cá, ao ponto de gerar inveja e desconforto e ser motivo de arremesso político nas Câmaras à volta das oposições para os executivos municipais, apresentando a Covilhã como um exemplo de capacidade de desenvolvimento, de atração de investimento, de criação de emprego e de riqueza. E, portanto, concordamos. É preciso continuar a fazer trabalho para desenvolver as condições de criação de emprego e de riqueza na nossa cidade. É isso que estamos a fazer. Desde 2013 que procuramos criar as melhores condições para que quem cá viva, viva bem e quem cá invista, tenha condições e vontade de investir. -----

Saudar a intervenção também do Senhor Deputado Adolfo Mesquita Nunes, não podendo deixar de pontuar que porventura refere um conjunto de circunstâncias naquilo que é a sucessão do Senhor Presidente Vitor Pereira e no Partido Socialista, mas na verdade aquilo que aqui veio fazer foi, de alguma forma, dar um recado interno à direita e porventura até abrir as primárias de escolha dos candidatos autárquicos na direita. Quero-lhe dizer, Senhor Deputado, que espero que a direita se apresente na maior força. Quero deixar ao senhor Deputado, a esta Câmara e a toda a todos os nossos concidadãos do nosso Concelho, que o Partido Socialista encara estas eleições, como encara todas, com a maior responsabilidade, podendo garantir e afirmar que continuaremos a ter, como até aqui, os melhores candidatos e o melhor projeto político para continuar a desenvolver o nosso concelho e esperamos, para isso, que os Covilhanenses assim o reconheçam e esperamos que naturalmente da parte da direita se preparem e apresentem os seus melhores candidatos. -----

Sobre a intervenção do Senhor Deputado Hugo Lopes, o Senhor Deputado vem aqui fazer um exercício, nomeadamente sobre a questão do Orçamento de Estado, invertendo aquilo que é a responsabilidade dos partidos, o princípio da responsabilidade dos partidos. Ora, a quem compete criar condições de governabilidade e para a aprovação das suas propostas é quem governa. Quem governa neste momento é a AD, é à AD que compete criar condições para que, não tendo maioria na Assembleia da República, o seu Orçamento e as suas propostas sejam aprovadas. E não vale a pena vir acenar com o papão de um entendimento entre o Partido Socialista e as forças

extremistas, nomeadamente o CHEGA, porque isso é uma efabulação que não tem não só nenhuma adesão à realidade, como é totalmente descredível. Não tem nenhuma credibilidade, na medida em que efetivamente o partido CHEGA é porventura o partido no espectro da Assembleia da República de que o Partido Socialista está mais distante. Provavelmente encontraremos, na contabilidade da aprovação de propostas, mais entendimentos entre o PSD e o CHEGA e o PSD e a AD do que seguramente entre o Partido Socialista e o CHEGA e naquilo que são as suas propostas e entendimentos. -----

Compreendo a utilidade política e a utilidade partidária que o Senhor quer dar e que o PSD quer dar nesta ideia de responsabilizar ou comprometer o Partido Socialista na aprovação do Orçamento de Estado. O Partido Socialista é muito claro nesta matéria. O Partido Socialista perdeu as eleições de 10 de Março. O Partido Socialista será líder da oposição. Nós temos o nosso programa e é no âmbito do nosso programa e das nossas propostas que continuaremos a propor e a viabilizar as propostas na Assembleia da República. E, portanto, espera-se que a AD e o Governo da AD de Luís Montenegro criem as condições para que, não tendo maioria na Assembleia da República, o seu programa e o seu Orçamento venham a ser aprovados.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Gostava de dar duas respostas muito simples ao Senhor Deputado Hélio Fazendeiro. A primeira tem que ver com acusar ilegitimamente o Governo de utilizar meios públicos na campanha das eleições europeias. Podia dar 20 ou 30.000 exemplos da Covilhã nos anos finais de mandato de Vítor Pereira antes das suas recandidaturas a eleições autárquicas. Mas vou dar um exemplo que não seja local: Ministro das Finanças, Fernando Medina, que revogou uma medida que constava do Orçamento de Estado deste ano assim que o Governo da República caiu, assim que António Costa apresentou a sua demissão. Sabíamos todos que essa medida era pouco popular. Na altura, como estava no Governo, queria aplicá-la e, como havia eleições em vista, já não a queria aplicar. Portanto, há um problema de ricochete com o seu argumento. -----

Gostava de lhe dizer uma segunda coisa muito breve. Quando fala em AD criar condições de governabilidade, respondo-lhe assim: a AD podia ter maioria absoluta, mas a AD rejeitou uma coligação com o CHEGA que tanto pediu e o Partido Socialista está em união de facto parlamentar com o CHEGA.” -----

2.5 - APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Nos termos das alíneas *d)* e *e)* do n.º 1 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, foram apresentadas, discutidas e votadas as seguintes propostas de deliberação: -----

2.5.1 – Proposta de Moção – Saúde em Vale Formoso e Aldeia do Souto -----

“A Saúde é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) no seu artigo 64º. No nº1 deste artigo é estatuído que “ Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover”. -----

O direito à saúde é realizado através do serviço nacional de saúde (SNS). -----

O nº 3 do citado artigo, na sua alínea b) define que incumbe prioritariamente ao Estado “ garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde. ----

A União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto tem um médico por mês em Vale Formoso e a Aldeia de Souto está sem médico há quatro anos. -----

Apesar da visita de uma unidade móvel de saúde da Mutualista Covilhanense as insuficiências mantêm-se. Os serviços prestados nesta unidade não dão resposta às necessidades da população nem substituem as funções desenvolvidas pelos serviços públicos de saúde, em áreas fundamentais como a proteção da infância e velhice, nem em cuidados de saúde primários. -----

O Ministério da Saúde cumpre as suas atribuições na nossa região através de estruturas desconcentradas, nomeadamente, da Unidade Local de Saúde da Cova da Beira (ULSCB) que é hoje responsável pelo Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira (ACESCB) que faz a gestão das Unidades de Cuidados de Saúde Primários no nosso Concelho. -----

Consultada a página digital da Unidade de Cuidados de Saúde Primários do Teixoso verificamos que no Polo de Vale Formoso o horário de funcionamento contempla 3 dias por semana. -----

Ora, não é esta realidade. -----

Já em 7 de Dezembro de 2023, o Notícias da Covilhã informava a ausência de médico na Aldeia de Souto e a presença de um médico, uma vez por mês em Vale Formoso. Situação, até hoje, não desmentida nem resolvida pelos serviços locais de saúde, de acordo com os testemunhos da população. -----

Acresce ainda a ausência de instalações condignas para os utentes e trabalho dos profissionais na Aldeia de Souto e a ausência de transportes públicos entre Vale Formoso e Aldeia de Souto e a extensão de saúde do Teixoso. -----

Sublinhando o nº 1 do artigo 64º da CRP onde se consagrou que “ Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover” e porque estamos perante uma situação clara de insuficiência de serviços de saúde a uma população de duas localidades do nosso Concelho com 616 habitantes, dos quais 210 têm mais de 65 anos, a Assembleia Municipal da Covilhã tem o dever de defender e promover o direito à proteção da saúde dos seus municípios. -----

De acordo com o exposto, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária em 25 de Junho de 2024, exige ao Governo, ao Ministério da Saúde e às suas estruturas desconcentradas (ULSCB, ACESCB e UCSP do Teixoso) a normalização da prestação dos cuidados de saúde à população da União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto cumprindo o horário de funcionamento em Vale Formoso de 3 dias por semana e a prestação de Serviços de Saúde na localidade de Aldeia de Souto em instalações adequadas, com conforto para os utentes e trabalho dos profissionais de saúde. -----

A moção deverá ser enviada ao Ministério da Saúde, à Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, ao Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira e à Unidade de Cuidados Primários do Teixoso.” -----

*(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV **Doc.01**)* -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** resumiu a moção dizendo que “temos o dever de defender as nossas populações e de exigir ao Governo, ao Ministério da Saúde e às suas estruturas desconcentradas a normalização da prestação dos cuidados primários de saúde na União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto. Penso que a situação existente é desagradável, é desconfortável e é injusta para aquela população. Portanto, um médico por mês, de facto, é insuficiente, existindo no *site* do polo de Vale Formoso o previsto 3 dias por semana. Portanto, no fundo, é repor aquilo que estava e que está previsto no próprio *site* do serviço.” -----

--- Foi interveniente o Deputado Municipal **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** que fez “uma breve intervenção em relação à Moção do Partido Comunista Português. -----

Naturalmente, o Partido Socialista concorda e tem sido coerente, quer na posição, quer na oposição, quer enquanto governo, quer quando está na oposição, na exigência e na criação de condições para os melhores cuidados de saúde e, portanto, votaremos favoravelmente esta moção, sendo que isso é aquilo que, em tese, todos desejamos. -----

Confiamos naquilo que são as instituições, nomeadamente a organização da ULS Cova da Beira e das instituições de saúde da nossa região que, dentro das dificuldades do SNS, têm dado uma resposta capaz de qualidade e continuamos a confiar nas suas capacidades para o efeito. -----

Naturalmente, queremos sempre mais e votaremos favoravelmente a Moção do Partido Comunista Português porque melhores cuidados de saúde todos queremos.” -----

--- Colocada à votação, a presente “**Moção – Saúde em Vale Formoso e Aldeia do Souto**” foi **aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram os Senhores Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) por não se encontrarem presentes na sala. -----

2.5.2 – Proposta de Recomendação – Manutenção e Limpeza da Ponte da Ribeira da Carpinteira

“Recomendação -----

A mobilidade pedonal com segurança deve ser preocupação diária da Câmara Municipal e dos serviços operacionais municipais. -----

Nesta Assembleia Municipal já foi referida a necessidade de se assegurar a mobilidade pedonal, em veículos de transporte de cidadãos portadores de deficiência e outros nos passeios urbanos em bairros e avenidas. -----

Porém, a par da construção de estruturas de apoio à mobilidade, é necessário a sua manutenção e conservação quase diária, caso contrário deixam de servir e de contribuir para a mobilidade e, paradoxalmente, passam a ser mais um risco. -----

Têm chegado aos eleitos da CDU relatos de munícipes que protestam e dão conta de situações desagradáveis e de quedas pela existência de dejectos nas vias públicas, nomeadamente na Ponte da Ribeira da Carpinteira que liga o Bairro dos Penedos Altos à Cidade. -----

Também dão conta que a situação já foi sinalizada junto de eleitos da Câmara Municipal e dos serviços da autarquia e, nada feito, a situação continua na mesma. -----

Perante a situação atrás referida, a Assembleia Municipal da Covilhã reunida a 25 de junho de 2024, delibera recomendar à Câmara Municipal a identificação das situações existentes, nomeadamente na Ponte, e proceder à sua limpeza regular numa ação de prevenção e proteção das pessoas que por ali transitam. Recomendar, ainda, a colocação de sinalização na Ponte para a recolha obrigatória dos dejetos dos animais.” -----

*(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV **Doc.02**) -----*

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): “Chegou-nos ao conhecimento que, de facto, existem idosos que escorregam e caem pela existência de dejetos na ponte. Portanto, aquilo que se apela e se recomenda à Câmara é a limpeza periódica eficaz e que coloque uma sinalização para avisar as pessoas que por ali transitam com os seus animais para procederem à recolha dos dejetos.” ---

--- Foi interveniente o Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** que aproveitou “fazer também um comentário sobre a questão da limpeza da Ponte da Ribeira da Carpinteira. A verdade é que a questão que o Senhor Deputado Vítor Reis Silva levanta é uma questão de saúde pública e ela está tipificada na lei. Os proprietários de animais errantes devem criar condições para recolher os dejetos dos seus animais. A verdade é que a Câmara Municipal, por muito que limpe, nada substitui o civismo individual das pessoas e, portanto, espera-se que naturalmente elas possam criar condições para que, quando passeiam os seus animais, limpem os dejetos. -----

Aliás, a Câmara Municipal, através da Empresa Municipal Águas da Covilhã, realizou já uma campanha de recolha, de distribuição de sacos para recolha de dejetos. O Município tem feito aquilo que é possível. A verdade é que nada substitui o civismo e a responsabilidade individual de cada um de nós e é isso que também apelamos naturalmente a todos os proprietários de animais errantes.” -----

--- Colocada à votação, a presente “**Recomendação – Manutenção e Limpeza da Ponte da Ribeira da Carpinteira**” foi **aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram os Senhores Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) por não se encontrarem presentes na sala. -----

2.5.3 – Proposta de Recomendação - Requalificação dos postos de apoio à varrição urbana -----

“Recomendação -----

Requalificação de instalações de apoio aos trabalhadores de varrição urbana -----

Os trabalhadores da autarquia a desempenharem as suas funções na área urbana, bastas vezes em condições de salubridade e climatéricas adversas, têm o direito de ter instalações de apoio que lhes permita cuidar da sua higiene pessoal, o banho e a mudança de roupa, para além da toma de refeição. -----

Tendo os eleitos da CDU constatado no local a situação existente em algumas instalações de apoio e conversado com os trabalhadores, fomos informados da intenção dos eleitos municipais responsáveis pelo sector, manifestada ao longo de vários anos, de requalificação das instalações. Porém, a intervenção tarda em acontecer e os trabalhadores continuam a utilizar instalações cada vez mais degradadas. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 25 de Junho de 2024, recomenda à Câmara Municipal que, com carácter de urgência, proceda à requalificação das instalações de apoio aos trabalhadores de varrição urbana dotando-as das condições de higiene e salubridade e dos equipamentos (mobiliário) necessários para a guarda de roupa, tomada de refeição e higiene pessoal.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV Doc.03) -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Esta recomendação visa criar as melhores condições de trabalho aos trabalhadores da Câmara que fazem a varrição. Os seus postos de apoio existem, mas não existem nas melhores condições de higiene que garantam a tomada de uma refeição num ambiente de salubridade. Penso eu que eles próprios também merecem todas as condições para exercer a sua função.” -----

--- Colocada à votação, a presente **“Recomendação - Requalificação dos postos de apoio à varrição urbana”** foi **aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram os Senhores Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) por não se encontrarem presentes na sala. -----

2.5.4 – Proposta de Recomendação Multibanco no Bairro da Estação – Mateus Fernandes -----

“Recomendação -----

Multibanco no Bairro da Estação -----

Um grupo de moradores do Bairro da Estação lançou um abaixo-assinado, em 2023, no qual exigem a “reposição da caixa multibanco”. -----

O documento foi dirigido à Câmara Municipal da Covilhã e à Junta de Freguesia da Covilhã e Canhoso, e revela que, “após o encerramento do último balcão bancário, o Bairro da Estação está, até hoje, sem qualquer multibanco”. -----

Afirmam, ainda, que “Esta situação é muito penalizadora para a população, em particular para a mais idosa e vulnerável, uma vez que deixaram de ter um serviço de proximidade, que é indispensável no dia-a-dia, e também para o comércio local, que se confronta com dificuldades acrescidas, prejudicando a dinamização da economia. É urgente repor este serviço no bairro, e em local próximo de onde funcionou até há pouco tempo. -----

Mais tarde vêm alertar que “O recente encerramento do balcão do Millenium veio penalizar ainda mais a situação do comércio local, desde logo o existente no CCE – Centro Comercial da Estação, e a população, uma vez que o fecho do balcão e de duas caixas ATM/Multibanco, restando, por agora, apenas uma no interior do CCE, inacessível após o encerramento do centro, prejudica em especial a população mais idosa e menos familiarizada com o acesso on-line, que se vê privada de mais um serviço de proximidade e essencial”, este “este facto, somado a outros, como o estacionamento tarifado, ameaça o desenvolvimento social e económico desta zona”. -----

Levando em conta o exposto e reconhecendo-se a necessidade da manutenção do serviço de multibanco no Bairro da Estação, zona de grande densidade populacional, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 25 de Junho de 2024, recomenda à Câmara Municipal que, em articulação com a Junta de Freguesia da União de Freguesias Covilhã e Canhoso, promova as diligências necessárias junto das entidades bancárias e reguladoras, para a reabertura de serviços bancários de proximidade, nomeadamente terminais multibanco que sirvam a população.” -----

(Proposta apresentada pelo Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV Doc.04) -----

- Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV): “Face à necessidade, Senhor Presidente, face à necessidade, à população existente, à densidade populacional existente no Bairro da Estação, a recomendação vai no sentido de que a Câmara Municipal, em articulação com a Junta de Freguesia, dê resposta ou procure colmatar, digamos, esta ausência deste serviço que hoje é essencial para as populações para evitar que pessoas idosas, com dificuldade de mobilidade, tenham que fazer 300, 400 ou 500 metros para irem à atual sede da Caixa Geral de Depósitos. ----

Portanto, aquilo que se solicita, e penso que a intervenção dos próprios moradores e abaixo-assinados que já foram entregues e discutidos, e que se apela aqui é que a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia em articulação procurem, de facto, encontrar uma solução para a instalação de um multibanco ali naquela zona.” -----

--- Foi interveniente o Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** que referiu ser “óbvio que desejamos que existam as melhores condições em todo o território para as nossas populações e hoje as caixas multibanco são quase que uma necessidade e um serviço público. A verdade é que assegurar a existência de caixas multibanco não é competência das autarquias. São iniciativas privadas da área da banca, da finança e, portanto, não cabe nas competências das autarquias locais, seja a Câmara Municipal, seja a Junta de Freguesia assegurar esse serviço. ----- Apesar de tudo, saudamos e registamos com agrado aquilo que já foi anunciado pela União de Freguesias da Covilhã e Canhoso na disponibilidade para ajudar a resolver esta situação. Esta Câmara também o tem feito noutras circunstâncias, nomeadamente em Juntas de Freguesia e aldeias mais pequenas e, portanto, esperamos que seja possível conseguir resolver este problema e criar condições para que exista uma caixa multibanco na zona da Estação.” -----

--- Colocada à votação, a presente **“Recomendação – Multibanco no Bairro da Estação”** foi **aprovada por unanimidade.** -----

Não votaram os Senhores Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) por não se encontrarem presentes na sala. -----

2.5.5 – Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Secretário de Executivo da Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel Senhor Hermínio Araújo Mendes Sobreiro -----

“VOTO DE PESAR -----

Faleceu no passado dia 22 de junho, Hermínio Araújo Mendes Sobreiro, atualmente Secretário do Executivo da Junta de Freguesia. -----

Hermínio Sobreiro, nasceu a 6 de junho de 1960 em Sobral de São Miguel, filho de Ti Lurdes Sobreiro e do Ti Augusto Sobreiro. -----

Sobralense apaixonado e dedicado à sua terra e às nossas gentes, emigrou à procura de melhor vida na década de 80, do século passado. Apesar disso, visitava com grande frequência e regularidade a nossa Aldeia, à qual regressou definitivamente em 2020. -----

Fundador da Associação de Caçadores e Pescadores da Freguesia de Sobral de São Miguel e dinamizador de várias atividades em associações portuguesas e estrangeiras, tinha um gosto especial pelo desporto da caça, sendo um importante impulsionador da regeneração cinegética das serras do Sobral de São Miguel. -----

Deixa-nos prematuramente, após uma longa luta inglória com uma doença prolongada, que combateu e enfrentou com a mesma garra e determinação com que sempre enfrentou a vida. ---

A freguesia de Sobral de São Miguel e todos os Sobralenses estão gratos e reconhecidos por tudo o que deu à nossa Aldeia e será sempre recordado com saudade e carinho por tudo o que fez em vida e as boas memórias que a todos deixou. Os eleitos dos órgãos Executivo e Deliberativo, da

Freguesia de Sobral de São Miguel, o homenagearam prontamente através de uma NOTA DE PESAR. -----

Nesta hora, saibamos valorizar a memória do homem que aceitou o desafio da dedicação à Causa Pública, em prol da freguesia de Sobral de São Miguel e que ainda tinha muito para dar, infelizmente partiu cedo de mais. -----

Pela sua dedicação à aldeia e seu exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida, dia 25.06.2024, delibere: -----

- Aprovar o presente “VOTO DE PESAR” pelo seu falecimento. -----

- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências.” -----

*(Proposta apresentada Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel **Doc.05**) -----*

*--- Os Grupos Municipais do **PS, PPD/PSD, CDS-PP** e **Movimento “Covilhã Tem Força”** associaram-se à presente proposta de Voto de Pesar. -----*

*--- Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Secretário de Executivo da Junta de Freguesia de Sobral de São Miguel Senhor Hermínio Araújo Mendes Sobreiro** foi **aprovado por unanimidade**. -----*

***Não votaram os Senhores Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio (Unhais da Serra), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) por não se encontrarem presentes na sala.** -----*

2.5.6 – Proposta de Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Vítor Caetano -----

“VOTO DE PESAR -----

O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de pesar pelo falecimento de Vítor Caetano, antigo secretário-geral do Sporting Clube da Covilhã. -----

Além dos vários anos ao serviço do Sporting Clube da Covilhã, Vítor Caetano destacou-se como cidadão ativo em grupos e associações, tendo, inclusivamente, feito parte da vida política do nosso concelho, enquanto membro do executivo da já extinta freguesia de São Martinho. -----

Quem com ele teve oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua vertente humanitária e social, indo muito além das funções institucionais, e que merece um profundo respeito e admiração de todos. -----

Nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 14.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

1) Aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento; -----

2) Endereçar as mais sentidas condolências e conhecimento deste voto aos seus familiares.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.06**) -----

--- Os Grupos Municipais do **PS, CDS-PP e Movimento “Covilhã Tem Força”** associaram-se à presente proposta de Voto de Pesar. -----

Colocado à votação, o presente **Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Vítor Manuel Costa Alves Caetano** foi **aprovado por unanimidade**. -----

Não votaram os Senhores Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) por não se encontrarem presentes na sala. ---

2.5.7 – Proposta de “Recomendação: Um Exemplo da Celebração e Valorização da Democracia”

“RECOMENDAÇÃO: COVILHÃ: UM EXEMPLO DA CELEBRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

1. *Considerando a história singular e o valioso contributo cívico dos cidadãos da Covilhã para a afirmação dos valores democráticos em Portugal;* -----

2. *Relembrando que, durante as décadas de 1960 e 1970, a Covilhã foi palco de uma intensa atividade política e social, onde os seus habitantes, empenhados na luta pela liberdade e pela justiça social, desempenharam um papel de destaque na oposição ao regime autoritário do Estado Novo;* -----

3. *Recordando que, após o 25 de Abril de 1974, a Covilhã se mobilizou ativamente para promover a participação cívica e política dos seus cidadãos, contribuindo assim para a consolidação do processo democrático no país.* -----

4. *Reconhecendo que a cidade da Covilhã, pela sua história de resistência e compromisso com os ideais democráticos, deve assumir um papel de liderança na celebração e na valorização dos momentos-chave da democracia portuguesa.* -----

5. *Entendendo que é importante para a cidade da Covilhã preservar a memória histórica dos acontecimentos que marcaram a transição para a democracia em Portugal e homenagear todos aqueles que, no passado e no presente, lutaram e lutam pela liberdade e pela democracia;* -----

6. *Sublinhando que o dia 25 de novembro de 1975 representa um marco fundamental na história da democracia portuguesa, simbolizando a vitória das forças democráticas sobre as tentativas de subversão do regime democrático e a consolidação dos valores democráticos no país;* -----

7. *Recordando que também na Assembleia da República a proposta de comemorar os 50 anos do 25 de novembro mereceu os votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Iniciativa Liberal e Chega.* -----

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe, nos termos do Regimento do órgão em apreço, que a Assembleia Municipal da Covilhã delibere recomendar ao executivo municipal a comemoração do dia 25 de novembro como o Dia da Restituição da Democracia em Portugal,

promovendo a realização de uma ação comemorativa e simbólica que recorde este momento histórico e sensibilize as gerações futuras para a importância da democracia e da sua defesa. -----

Por conseguinte, sob proposta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário a 25 de junho de 2024, recomenda à Câmara Municipal que: -----

- 1) Sinalize a data histórica do 25 de novembro de 1975, anualmente, neste Município; -----*
- 2) Comemore os 50 anos do 25 de novembro de 1975, com a organização de um evento municipal, que dignifique a importância deste dia.” -----*

*(Proposta do Grupo Municipal do PPD/PSD **Doc.07**) -----*

- Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD): “Na última Assembleia Municipal, o Grupo Municipal do PSD trouxe a este Órgão uma moção sobre as comemorações do 25 de Novembro. A mesma foi chumbada com os votos contra do PS e do PCP. -----

Curiosamente, semanas depois, o debate entra também na Assembleia da República, onde sai vencedora a proposta de comemoração anual do 25 de Novembro na Assembleia da República. --

Porque continuamos convictos que o Município da Covilhã deve, por iniciativa própria, associar-se ao País nestas comemorações, a bancada do PSD, com o espírito e humildade democrática, veio refazer a sua moção, tendo em conta as críticas apresentadas pelo PS e pelo PCP, por forma a irmos ao encontro de uma proposta conjunta. -----

Assim, transformamos a moção em recomendação e demos às comemorações do 25 de Novembro um carácter mais leve. -----

A bancada do PSD Covilhã solicita o apoio dos demais membros desta Assembleia na aprovação desta recomendação, reiterando o compromisso com a valorização da democracia e com o fortalecimento dos laços de cidadania na cidade da Covilhã, sublinhando não haver, no objetivo desta recomendação, qualquer tentativa de desvalorizar o 25 de Abril ou retirar-lhe o protagonismo naquele que foi o seu papel pioneiro na reconquista da liberdade em Portugal. -----

Escuso-me de apresentar na íntegra a presente recomendação, passando só a ler a proposta final que se divide, na verdade, em duas propostas. Sob proposta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário a 25 de junho de 2024, recomenda à Câmara Municipal que: -----

- 1) “Sinalize a data histórica do 25 de Novembro de 1975, anualmente neste município; -----*
- 2) Comemore os 50 anos do 25 de novembro de 1975, com a organização de um evento municipal, que dignifique a importância deste dia.” -----*

Termino com uma nota: com o mesmo espírito e humildade democrática, continuamos ainda assim dispostos a rever a atual recomendação, se assim for vontade dos membros deste Órgão.” -

--- Foram intervenientes os Senhores: -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS)**: Após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que “quem está a ver lá em casa deve ficar a pensar que realmente não temos mais nada para discutir senão 1975. Mas pelos vistos o PSD não tem mais nada para propor. -----

E podemos começar já por aí. Se na última Assembleia Municipal lhe disse que era a terceira sessão consecutiva em que a bancada do PSD não apresentava qualquer moção ou recomendação no PAOD que visasse melhor a vida dos clientes, pois agora vamos na quarta sessão consecutiva. -----

O Período do Antes da Ordem do Dia numa Assembleia Municipal é suposto ser um momento com especial relevância para as oposições. É aqui que podem apontar falhas à governação e apresentar as suas propostas alternativas relativamente a assuntos que não constem da ordem de trabalhos. É por isso que se torna ainda mais caricato quando o PSD apresenta esta moção com o intuito de atacar o PCP e os seus ideais antidemocráticos e depois o partido antidemocrático apresenta quatro propostas no PAOD que, concordando-se ou discordando-se do conteúdo, a verdade é que dizem respeito diretamente à vida dos Covilhanenses, enquanto o PSD, principal partido da oposição, se preocupa unicamente em passar a celebrar o 25 de Novembro anualmente. São escolhas. -----

O PSD, em vez de falar sobre 2024 e o futuro, escolheu posicionar-se novamente em 1975. Pois que assim seja. -----

Repetindo-me em relação à última assembleia, mas para que continue claro para todos, o Partido Socialista reconhece a relevância que os acontecimentos de 25 de Novembro de 75 tiveram no processo de democratização do País, não tivesse sido o próprio PS o partido que mais diretamente se empenhou no fracasso do golpe militar então desencadeado. -----

O 25 de Novembro foi importante para impedir uma deriva totalitária de esquerda e um contragolpe extremista de direita. Foi uma data essencial, não só para evitar a guerra civil que então se desenhava, como para garantir a serenidade necessária no País para que a Assembleia Constituinte pudesse aprovar a nova Constituição da República Portuguesa, com os votos favoráveis do PS, do PSD e do PCP. -----

O Partido Socialista reconhece igualmente a relevância de outras datas do período pós-revolução de Abril, fundamentais para que tenhamos alcançado a democracia que temos hoje. Pergunto: que democracia teríamos hoje se a teoria da maioria silenciosa tivesse vingado a 28 de Setembro de 1974? Que democracia teríamos hoje se o golpe de Estado de 11 de Março 75 tivesse obtido sucesso? Penso que concordamos todos: estaríamos hoje perante uma democracia muito pior ou até inexistente. Mas depois, Senhora Deputada, confirme também se é dessa opinião ou não. -----

Dito isto, e como já referi na sessão de Abril, o PS não está disponível para alinhar em estratégias de revisionismo histórico da extrema-direita, cujo único objetivo é reavivar e abrir feridas corretamente superadas pelos líderes dos grandes partidos ao longo dos últimos 50 anos. -----

O PSD vem, uma vez mais, equiparar o 25 de Novembro com o 25 de Abril, sobrevalorizar uma data para minorizar a outra. E, pela última vez, para diminuir Abril não contam com o PS.

Votaremos contra as vezes que forem necessárias porque, para nós, todos os dias são bons para dizer “25 de Abril sempre” e nunca para dizer envergonhadamente “25 de Abril mas”. -----

Ainda assim, tendo em conta as tentativas da extrema-direita de reescrever a história, contando-a não como foi, mas como gostava que tivesse sido e, pelos vistos, convencendo alguns, talvez o Executivo pudesse considerar a realização de colóquios, de sessões de esclarecimento no cinquentenário de cada uma destas datas e assim assinalar a sua importância com carácter educativo. -----

Termino colocando a seguinte reflexão: em 50 anos de poder local democrático na Covilhã e apesar de várias maiorias do PSD no Executivo e nesta Assembleia, nunca o PSD considerou necessário comemorar anualmente o 25 de Novembro. Porquê? Porquê? Em várias alturas o podia ter instituído. Porquê agora? É a extrema-esquerda que está forte como nunca? Não. O PCP nunca esteve tão pouco representado, nomeadamente na Assembleia da República! Quem é que está mais representado do que nunca? Depois digam que são o PSD de sempre e ele que não vos influencia.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Em relação a esta recomendação, é evidente que algo de muito extraordinário deve ter acontecido para que o PSD e o CDS, 50 anos passados sobre o 25 de Abril de 74, se tenham lembrado de propor à Assembleia Municipal que recomenda à Câmara Municipal que realize qualquer coisinha para assinalar o 25 de Novembro de 75. Também podia, como é evidente, acrescentar o 28 de Setembro e o 11 de Março que também foram datas significativas no próprio processo revolucionário. -----

Dir-se-á que o CDS sempre teve vontade de o fazer e que agora dispõe de uma maioria parlamentar capaz de o viabilizar, mas isso não corresponde à verdade. É evidente que o CDS juntou-se ao PSD e ao CHEGA e aqui até ao PS na Assembleia da República. O PSD e o CDS poderiam ter feito proposta semelhante quando tiveram maioria nesta Assembleia Municipal, nos tempos de gestão de PSD e CDS, com Álvaro Ramos e Carlos Pinto. E é agora, 50 anos passados sobre o 25 de Abril e 49 anos passados sobre o 25 de Novembro, que o PSD e o CDS vêm propor a recomendação para que a Câmara Municipal realize qualquer coisinha no 25 de Novembro. -----

Esta febre novembrista do PSD e do CDS, 49 anos depois de 75, tem como objetivo fundamental que se faça aquilo que se chama o revisionismo histórico. -----

Não vou estar a referir aquilo que já foi referido na última Assembleia Municipal, mas dizer que, de facto, no 25 de Novembro, houve uns acertos. Houve, de certa forma, um conflito entre a esquerda militar e a direita, mas o objetivo da direita mais radical era, de facto, a ilegalização do PCP e até previam matar dirigentes, etc. Aí houve o bom senso dos militares moderados de fazer parar um pouco essa revanche pretendida pela direita radical militar e, como é evidente, o próprio sexto Governo Provisório, que é posterior ao 25 de Novembro, o PCP continua a fazer parte desse Governo Provisório, continuando a desempenhar o seu papel também importante e fundamental na própria Revolução. -----

Portanto, a única explicação para este tipo de proposta é que existe, de facto, uma radicalização da direita portuguesa com o aparecimento de forças políticas que vieram abrir um campeonato do reacionarismo, no qual o CDS não quer ser o último classificado.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Depois desta intervenção, a bancada do CDS-PP tem que intervir. Sobre esta matéria, penso que a minha intervenção na última Assembleia foi clara. O processo democrático em Portugal começa até antes do 25 de Abril, mas o 25 de Abril é a data histórica e acaba no dia em que foi aprovada a Constituição Democrática. Todos os momentos devem ser assinalados e, portanto, não nos colocam aqui em minorizar, para além de esclarecer o Senhor Deputado Reis Silva que a proposta é do PSD e não é do CDS porque o CDS já tem história sobre isto e não precisa de estar constantemente a dizer para se comemorar o 25 de Novembro. Aliás, o CDS comemora o 25 de Novembro todos os anos e, portanto, não é pelos órgãos autárquicos ou nacionais deixarem de comemorar ou de não deixarem que não se comemora no Largo do Caldas o 25 de Novembro. Nessa parte estou tranquilo e com a consciência tranquila e não é por causa do aparecimento de qualquer partido de extrema-direita ou de qualquer extremismo que somos minorizados ou deixamos de ser. -----

Somos coerentes. Apoiamos a proposta, evidentemente, como apoiamos sempre, mas não compreendemos, de facto, a deriva absurda que, às vezes, se coloca nestas matérias. -----

Não posso deixar aqui também de registar que, e concordando com o que aqui foi referido pelo Deputado João Flores Casteleiro, isto bem prega Frei Tomás porque, de facto, propostas do PS em benefício do Concelho nesta Assembleia também são zero e, portanto, daqui se consegue perceber, às vezes, a hipocrisia daquilo que se diz e quando se quer atacar os outros, mas na verdade, os factos desmentem-no. Portanto é preciso, se calhar, ter um bocadinho mais de respeito pelos outros e pelo trabalho que se faz nesta Assembleia.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Não querendo entrar nesta discussão, só dar aqui um complemento que me foi feito chegar pela Senhora Vereadora muito oportunamente. É que existe no Município da Covilhã uma Comissão de celebração dos 50 anos do 25 de Abril, presidida superiormente pela Senhora Professora Elisa Pinheiro, que já apresentou o programa, e o 25 de Novembro, para além de outras datas relevantes no âmbito do 25 de Abril, já tem prevista a sua celebração através de uma tertúlia, através de um evento e, portanto, aquilo que porventura se aqui propõe já hoje está previsto e já hoje está, digamos, em curso.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “Em resposta aos meus colegas Deputados, quero começar pelo Senhor Deputado João Casteleiro e dizer-lhe que é incrível que a vontade de comemorar uma data histórica e de reviver a nossa história seja considerado como um ataque político a alguém ou a alguma bancada deste órgão. -----

Depois também fico muito triste quando vejo que não há qualquer espírito, nem humildade democrática para com uma bancada que está aberta a negociar e a tentar fazer uma proposta conjunta só e exclusivamente a falar da nossa história. -----

Ao atacar a nossa proposta, alegando que não trazemos outras propostas a este Órgão e, para isso, ter que mencionar as propostas do Partido Comunista, é de estudo das vossas que são zero nesta Assembleia. -----

Depois responder ao Senhor Deputado Reis Silva. Sim, falamos agora, Senhor Deputado, e falamos agora porque efetivamente é incrível que já passaram 50 anos e nunca o País comemorou condignamente o 25 de Novembro. Se formos pensar na crítica que nos é feita no sentido de que não nos preocupamos com nada importante, então eu pergunto se a Assembleia da República também não se preocupa com nada importante e o facto de terem discutido também este assunto na Assembleia da República é prova que eles não estão lá a fazer nada. -----

O que viemos aqui não foi forçar alguma decisão. Foi simplesmente sensibilizar de que a nossa proposta não vem de todo tirar nenhum prestígio ao 25 de Abril. Pelo contrário, vem reforçar aquilo que foi as intenções iniciais do 25 de Abril. E, portanto, dizer que quem nos acusa de virmos aqui falar deste tema utilizou, salvo erro, mais tempo a criticá-lo do que propriamente nós a defendê-lo.” -----

--- Colocada à votação, a presente **“Recomendação: Um Exemplo da Celebração e Valorização da Democracia”** foi **rejeitada por maioria com 26 votos contra (PS, CDU – PCP/PEV e DMI’s) e 13 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP, Movimento “Covilhã Tem Força” e as Juntas/União de Freguesia de Ferro, Peraboa, Tortosendo e Barco e Coutada).** -----

Não votaram os Senhores Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) por não se encontrarem presentes na sala. ---

2.5.8 – Proposta de Moção “Sistema Eleitoral para a Assembleia da República” -----

“Moção -----

Sistema Eleitoral para a Assembleia da República -----

No passado dia 3 de Maio, em reunião plenária da Assembleia da República, debateu-se uma vez mais a reforma do Sistema Eleitoral, com especial enfoque na criação de um círculo nacional de compensação. Foram discutidas propostas de lei de Livre, Iniciativa Liberal e Bloco de Esquerda, com diferentes dimensões para esse círculo de compensação, sendo apresentadas como uma grande mais-valia para os territórios do interior, embora todas, sem exceção, reduzissem ainda mais a representatividade destas populações no Parlamento nacional. -----

Os círculos eleitorais de Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja, apesar de abrangerem mais de metade do país, elegeram nas últimas eleições legislativas 23 deputados, correspondentes a 10% da Assembleia da República, contra os 203 deputados do restante território nacional (88,3% da AR). Dada a discrepância em termos de representatividade, espelho de um país totalmente desigual, a Assembleia Municipal da Covilhã não pode deixar de repudiar que o caminho escolhido por estes Grupos Parlamentares seja o de acentuar ainda mais o problema, ao invés de apresentar propostas que visem a sua correção. -----

A Assembleia Municipal da Covilhã não coloca naturalmente em causa o mérito da criação de um círculo nacional de compensação, nem a possível junção de alguns círculos eleitorais do interior, reconhecendo que ambas as medidas podem ser úteis ao melhoramento do nível democrático do

país. Contudo, a implementação dessas reformas nunca poderá ser feita à custa da representação de populações que já se encontram sub-representadas nas instituições democráticas. -----

Todos os Grupos Parlamentares proponentes na reunião plenária em causa já por diversas vezes referiram o Sistema Eleitoral dos Açores como o verdadeiro exemplo a seguir, e esta Assembleia Municipal não poderia concordar mais. Isto porque os açorianos implementaram um círculo de compensação, mas, ao mesmo tempo, souberam reconhecer a necessidade da devida representação de todos os seus territórios, nomeadamente os mais desfavorecidos, criando um sistema em que São Miguel e Terceira abdicaram de eleitos a favor de toda uma Região Autónoma dos Açores. -----

No Sistema Eleitoral dos Açores, a ilha de São Miguel, apesar de ter 56% dos eleitores do arquipélago, elege apenas 38,5% da Assembleia Regional. A ilha Terceira, com 23% do eleitorado, elege 19,2%. Ou seja, em nome da coesão territorial açoriana e da representação de todas as regiões nas instituições democráticas, São Miguel e Terceira optaram por eleger apenas 57,7% do parlamento regional, apesar de corresponderem a praticamente 80% do universo eleitoral dos Açores. -----

Não seremos nós capazes de, enquanto país, lhes seguirmos o exemplo? -----

Recordamos que, no Sistema Eleitoral em vigor para a Assembleia da República, os círculos eleitorais mais populosos estão inclusive sobre-representados em relação ao seu número de eleitores! Lisboa e Porto, que correspondem a 37,8% do eleitorado, são responsáveis pela eleição de 38,9% dos deputados eleitos em território nacional! O que, naturalmente, acontece à custa dos restantes círculos eleitorais. -----

Pelo referido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 25 de Junho de 2024, assume-se veementemente contra qualquer reforma do Sistema Eleitoral para a Assembleia da República que reduza ainda mais o nível de representatividade dos territórios do interior do país, instando os Grupos Parlamentares a avançarem com propostas de alteração à Lei Eleitoral que visem a implementação de um sistema eleitoral territorialmente justo, em que as populações de todas as regiões de Portugal possam estar devidamente representadas no Parlamento português, tendo como exemplo o Sistema Eleitoral dos Açores. -----

Em caso de aprovação, esta moção deve ser enviada aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, bem como aos Partidos Políticos nela representados.” -----

(Proposta do Grupo Municipal do PS apresentada pelo Senhor Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves Doc.08) -----

--- Foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “É caso para dizer: bem-vindo PS à discussão sobre o sistema eleitoral português. Isto, obviamente, implica o acordo entre os dois maiores partidos, que nunca estiveram de acordo sobre esta matéria porque são os principais beneficiários e só agora, de facto, e penso eu em face dos últimos resultados das legislativas por perderem a hegemonia e aí já não estavam preocupados com a representatividade nos círculos eleitorais. ----

Recordo aqui que, para além da representatividade a nível nacional que supostamente creio que estejam a falar do número de deputados que sejam eleitos por cada distrito ou por cada círculo eleitoral, mas não estavam preocupados com a representatividade interna de cada círculo eleitoral porque, nos resultados de 2022, o PS com 47% dos votos elegeu 75% dos deputados e, portanto, aí não estava preocupado com o sistema eleitoral. -----

Nas últimas eleições, com 34%, elege 50% dos deputados e, portanto, a representatividade interna de cada círculo eleitoral se calhar é mais importante do que a nível nacional. Mas aqui, de facto, bem-vindo e acho que todas as propostas são discutíveis. -----

Aceito que, efetivamente, a criação do círculo nacional de compensação é essencial, não tanto pela representatividade que se quer aqui dar, mas sobretudo para que os todos os votos contem porque acho que o importante no sistema eleitoral é exatamente que todos os votos contem de todos os portugueses e, de facto, aquilo que temos que dizer é que, por exemplo, no círculo eleitoral de Castelo Branco, os votos do PCP, do PAN, do CDS, da Iniciativa Liberal não contam, vão para o lixo e, portanto, acho que aqui devemos este respeito aos eleitores e o sistema eleitoral tem que ser forçosamente alterado neste sentido. -----

O número de deputados é o número de deputados e penso que não podíamos ter menos sob o risco de começarmos a criar ou de aceitarmos tacitamente os círculos uninominais, não é?! Porque senão qualquer dia Portalegre fica só com um deputado, Castelo Branco também ficará com dois. Com o excelente trabalho que está a ser feito pelas Câmaras Municipais e pelos Municípios em termos de povoação ou de atracção de pessoas, continuamos a perder população e, portanto, as regras são as que são. -----

Acredito e estamos de acordo com esta revisão. Não estamos de acordo efetivamente com esta coisa de que qualquer coisa serve menos o que existe. Existem projetos. O CDS já as apresentou. Mas, por essa razão, obviamente concordando na essência, mas não concordando com algumas coisas que são ditas nomeadamente com a questão da fusão ou da junção de círculos eleitorais e, portanto, não estando de acordo de tudo na totalidade, o CDS irá abster-se nesta moção.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Importa desde já referir que o PCP não é contra a criação de um círculo nacional de compensação nas eleições para a Assembleia da República. A Constituição prevê essa possibilidade e o PCP também o propôs quando, na sétima legislatura em 1998, apresentou o seu próprio projeto de lei eleitoral para a Assembleia da República. -----

Também aquando da introdução de um círculo eleitoral de compensação nas eleições para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, embora de muito menos dimensão relativa, o PCP votou favoravelmente essa criação. -----

A questão da proporcionalidade do sistema eleitoral decorre fundamentalmente das chamadas assimetrias regionais. A ausência de políticas de desenvolvimento regional equilibrado do país tem levado a que as regiões do interior percam população para o litoral e o efeito desse equilíbrio é o aumento de representação eleitoral com concentração dos deputados no litoral, os grandes centros urbanos, havendo cada vez mais círculos no interior do país a eleger um número exíguo de deputados. -----

Portanto, o problema não decorre do sistema eleitoral, mas da ausência de desenvolvimento do interior do país e essa ausência de desenvolvimento não se resolve com a alteração do sistema eleitoral. -----

Estando de acordo, é evidente que a introdução do círculo de compensação eleitoral nos Açores resultou também no aumento do número de deputados na Assembleia Regional dos Açores. É evidente que qualquer criação do círculo de compensação é inaceitável que seja feito à custa dos círculos que hoje já têm o número exíguo de deputados do interior. Portanto, terá que ser feito à custa de outros círculos eleitorais que têm que reduzir o número de deputados para se criar o círculo de compensação, até porque o número de deputados está definido. Os 230 estão definidos na Constituição da República, acordado assim pelo PS e pelo PSD. Portanto, penso que, para a criação do círculo de compensação, não se justifica a alteração ou abrir-se um processo de revisão constitucional. -----

Concordamos com o círculo de compensação que terá de ser feita, como é evidente e como é referido na moção do PS, à custa dos círculos que têm maior número de deputados.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “Nas comemorações do 25 de Abril, um dos temas que foquei foi precisamente este e congratulo-me que, efetivamente, o Partido Socialista tenha trazido esta proposta. -----

Algo que que ainda não foi aqui dito e atrevo-me a dizer: a abstenção que temos a nível eleitoral que, às vezes, chega a números, perdoem-me a expressão” pornográficos, não haja dúvidas nenhuma que o sistema eleitoral tem de ser revisto. -----

Tem que se fazer algo de diferente para melhor porque, de uma vez por todas, não se pode perder nenhum voto. Se já não conseguimos trazer as pessoas à votação, se aqueles que ainda lá vão e que votam, tal como já foi aqui referido e bem, dizem “votamos e depois os votos vão para o lixo!” não haja dúvidas nenhuma, de uma vez por todas, haja esta coragem de realmente abordar o tema, de alterar o sistema eleitoral para bem de tudo e de todos e que se essa alteração realmente não nos penaliza a nós que somos efetivamente aqui do interior, com muito orgulho, como é lógico, mas não venhamos nós a ser penalizados com isso em detrimento realmente de tudo aquilo que já nos penaliza.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)**: “De forma muito breve, a bancada do PSD vota favoravelmente esta moção. Vai de encontro àquilo que temos defendido ao longo dos anos. -----

Gostava apenas de deixar duas clarificações: a primeira é que o PCP em 75 defendeu um sistema eleitoral maioritário e não proporcional como temos hoje e isto está disponível em todas as atas e documentos públicos, contrariamente ao que foi dito; -----

Em segundo lugar, que a desproporcionalidade do nosso sistema eleitoral deriva de dois fatores principais: primeiro, ser o método de *Hondt* para a conversão de votos em mandatos que é aquele que beneficia mais os maiores partidos, dentro das fórmulas existentes, e segundo, a magnitude dos círculos eleitorais. Porquanto menos deputados existe num círculo eleitoral atualmente por

distrito, mas eu até defendo que não estejam por distrito, maior a probabilidade de os partidos mais pequenos não elegerem. -----

Por isso, contrariamente àquilo que aqui foi dito pelo Senhor Deputado Reis Silva que respeito, o círculo de compensação não beneficia os maiores partidos. Aliás, beneficia os partidos mais pequenos. -----

Defendemos isto e votaremos a favor desta proposta, pedindo que conste apenas em ata que somos também favoráveis a uma revisão total da magnitude dos círculos eleitorais em Portugal, clarificando já agora que não é preciso revisão constitucional para isto.” -----

- **Eng.º João Manuel Flores Casteleiro Alves (PS):** “Concordando genericamente com o que os Senhores Deputados disseram, só queria esclarecer aqui duas ou três coisas. -----

Primeiro, a falácia dos votos desperdiçados. É óbvio que não há nenhum sistema no mundo em que em cada voto corresponde a um deputado. É completamente impossível. Tínhamos de ter 10 milhões de deputados em Portugal. -----

Em termos de votos desperdiçados e para terem uma noção, nas últimas eleições legislativas aqui no círculo eleitoral, quem teve mais votos desperdiçados foi a AD que teve 18.452 votos que não serviram para nada. Podia ter -18.482 votos e tinha eleito exatamente a mesma deputada; O PS podia ter -6248 votos e tinha tido exatamente os mesmos deputados e o CHEGA tinha tido -5729 votos a menos e tinha eleito exatamente o mesmo deputado. Qualquer um deste número é maior de que qualquer outro partido concorrente às eleições aqui. Ou seja, não houve nenhum outro partido que perdesse mais votos do que os três partidos que elegeram. Portanto, isso não é verdade, Senhor Deputado. -----

O fundamental para mim é que a questão não é o método, não é o sistema em si, mas é o efeito. A moção pretende que não podemos concordar com as alterações à lei que tenham como efeito reduzir a representatividade dos territórios desfavorecidos e não o contrário. E é por isso que a moção não defende, nem repudia o círculo nacional de compensação. A moção não defende nenhum sistema eleitoral em particular. Defende apenas a representatividade do interior na Assembleia da República.” -----

--- Colocada à votação, a presente **Moção “Sistema Eleitoral para a Assembleia da República”** foi **aprovada por maioria com 36 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 03 abstenções (CDS-PP).** -----

Não votaram os Senhores Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar Galo e Vila do Carvalho) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio) por não se encontrarem presentes na sala. ---

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.1 - DEBATE ENTRE GRUPOS MUNICIPAIS

--- Nos termos do artigo 49.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, o Grupo Municipal da CDU-PCP/PEV indicou para discussão o tema “Instalações das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico” e Grupo Municipal do PS o tema “Proteção Civil e prevenção de incêndios florestais”. ----

--- O Deputado Municipal **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** fez a seguinte apresentação do tema “Instalações das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico”: -----

“Na sessão da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2024, aprovámos a Carta Educativa Municipal onde se identificaram as escolas, a população escolar, as taxas de sucesso. -----

Se bem se recordam Senhores Deputados, o documento aprovado continua na sua parte final, a partir da página 262 – volume 2, com vários anexos denominados por intervenções em edifícios escolares. Por estranho ou sabe-se lá por quê, não era identificado no índice geral do documento Carta Educativa Municipal. -----

Por razões de utilização do tempo disponível para a apreciação e discussão dos diferentes assuntos agendados e tempo disponíveis para a análise e apreciação de cada ponto, fica sempre algo que, apesar de importante, fica fora das preocupações. Daí termos considerado propor este tema de instalações e intervenções nos edifícios escolares e, em especial, no primeiro ciclo do ensino básico que inclui, na maioria dos casos, instalações também do pré-escolar. -----

Ao longo dos anos da nossa experiência autárquica, temos verificado que, em vários mandatos e por diferentes executivos, são concretizadas intervenções em edifícios escolares. Não se trata aqui, nem é esse o objetivo, identificar em que mandato autárquico se investiu mais ou menos nas infraestruturas escolares no concelho. -----

Como todos sabemos e é conhecido, os investimentos estão dependentes do maior ou menor investimento da Administração Central e das verbas inscritas no Orçamento de Estado para a Educação e dos programas de acesso a fundos comunitários, por norma, também definidos pelo Governo de acordo com as orientações da União Europeia. -----

Porém, é verdade que continuamos a verificar, quer pelo relato de quem trabalha, quer por visitas efetuadas, que nem sempre as intervenções efetuadas correspondem às necessidades do projeto educativo das escolas e da população escolar e à melhoria das condições de trabalho dos docentes e crianças. Bastas vezes, os programas de financiamento limitam a intervenção que todos pensam necessária e que poderia acrescentar e possibilitar, ao nível das instalações e equipamentos, dar resposta às exigências que hoje são colocadas à educação e formação das crianças e jovens, por via da introdução de novas áreas dos currículos, novas tecnologias e de novos métodos de ensino.

Dou, como exemplo, a intervenção na Escola Secundária Frei Heitor Pinto. Qual era o grande anseio da população escolar? Qual era a grande necessidade da escola? A construção de um pavilhão desportivo que desse resposta às necessidades da formação geral, física e desportiva e

ao curso técnico de Desporto que ali existe como área de formação técnica e prosseguimento de estudos no ensino superior. A escola ficou com maior eficiência energética? É verdade. Com produção de energia, ar condicionado nas salas de aula, com cobertura nova e paredes pintadas. Mas a intervenção resolveu a necessidade estrutural da escola para um aumento substancial da sua ação formadora na área da Educação Física e desporto? Não, não resolveu. E no espaço interior do ginásio até piorou. -----

Portanto, é necessário partir da realidade existente, das necessidades e novas exigências na área da educação para a intervenção nos edifícios escolares, nos espaços escolares. -----

Quanto às instalações do primeiro ciclo, revisitando a lei de base do sistema educativo, verifica-se aqui, para além do desenvolvimento da linguagem oral, do cálculo, da escrita e da leitura, há também o desenvolvimento de expressões plásticas, dramática, musical e motora. Os edifícios escolares, diz a Lei de Bases do Sistema Educativo devem possuir uma estrutura que devem levar em conta, para além das atividades escolares, o desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres e envolvimento das escolas e atividades extraescolares. E acrescentamos nós, os espaços exteriores também são um recurso educativo. -----

As escolas do primeiro ciclo, na sua maioria, são do tempo do plano do centenário, feito num período em que era bastante ler e contar e alguma geografia (conhecer rios e linhas férreas). -----

Entretanto, o conceito de educação evoluiu. Os objetivos para a escola, definidos de acordo com os novos conceitos de educação e formação integral do indivíduo, do novo cidadão e democracia, as necessidades sociais e profissionais de uma sociedade em constante mudança e inovação e avanço tecnológico, foram introduzidos com maior ênfase nas áreas de expressões e outras tecnologias que permitem o ensino menos expositivo e mais de descoberta e com outras metodologias de aprendizagem. E as instalações da escola alteraram-se, acompanharam as novas exigências e introdução de novas áreas da educação e a utilização de outros meios e equipamentos para a mediação do conhecimento. -----

Apesar das intervenções realizadas em vários estabelecimentos do primeiro ciclo, verificamos, após a audição dos profissionais e visita ao local, que se considera que o estado físico das instalações é razoável, verificando situações de escolas intervencionadas que têm infiltrações de água. -----

Existem muitas escolas com deficiente rede elétrica e deficiente rede de dados quase em todas. Com a ligação dos computadores pelos alunos, a instalação elétrica não aguenta. A deficiente rede de dados é referida em todas as escolas, complicando a utilização de equipamentos interativos na ação dos docentes. -----

Quanto a espaços específicos para a CAF e para as expressões, não existem espaços específicos na maioria das escolas. Algumas escolas utilizam pavilhões desportivos e outras instalações próximas das escolas, mas a maioria das escolas utiliza os espaços exteriores, o chamado logradouro escolar, com bom tempo, caso contrário, em situação de chuva e frio, são adaptadas salas de aula. -----

Ao nível dos equipamentos existentes na escola para o desenvolvimento da atividade dos professores com os alunos, as escolas devem estar equipadas, no mínimo, com um quadro, que é um recurso essencial na exposição e mediação do conhecimento. Mas o que temos? A maioria das

escolas tem quadro para utilização com giz, o que não nos parece adequado face à poeira que fica em suspensão no ar que é respirado pelas crianças e pelos docentes. -----

Quase todas têm videoprojector instalados pelo Ministério da Educação no âmbito do programa digital. Porém, os videoprojectores apenas são eficientes na projeção em quadros brancos, os chamados quadros porcelana, que as escolas não possuem. Conclusão: são pouco utilizados. -----

Lembra-me a distribuição de material desportivo efetuada por uma instituição: de uma bola de ténis e um arco cesto de basquetebol para as escolas do primeiro ciclo. Para que fim? Não se conjuga o equipamento! -----

Os quadros interativos são raros. Só as escolas do Tortosendo dispõem de quadros interativos colocados pela Câmara Municipal. Por que não nas restantes? -----

Portanto, do estudo feito, podemos concluir que a maioria das escolas não possuem espaços e equipamentos necessários ao desenvolvimento da área da expressão físico-motora e algumas têm material, mas considerado insuficiente e muito dele adquirido pelos agrupamentos. -----

Nas outras expressões: plástica, dramática e musical – Sempre se pode adaptar. Adaptam-se as salas. -----

Porém, quanto ao material, é considerado insuficiente e algumas referem que nem sempre a verba anual da Câmara Municipal é atribuída. -----

Quanto ao logradouro escolar, pode e deve ser encarado como um recurso educativo que pode e deve ser rentabilizado para a atividade informal ou a atividade organizada pelos docentes. É nos logradouros escolares que se podem montar equipamentos para o jogo e aventura das crianças em atividade informal, desenvolvimento de competências motoras e cognitivas, a brincar. A importância da atividade de brincar levou a Assembleia Geral das Nações Unidas, no passado dia 25 de março, a adotar uma resolução para a realização de um Dia Internacional Anual de Sensibilização para o Brincar. Esse dia passará a ser realizado e celebrado anualmente a 11 de junho de cada ano. -----

No Concelho da Covilhã, na maioria dos casos, os espaços exteriores, os tais logradouros salvo honrosas exceções, são espaços abandonados. Do levantamento efetuado, temos situações diversas quanto ao piso das escolas com amortecedor, alguns com lajeta, cimento, alcatrão, sarisca e terra batida. Ora aqui temos espaço, recurso educativo a potenciar, quer para a atividade informal da criança, o brincar que tem o Dia Internacional no dia 11 de junho. -----

Quanto mais ou menos aparelhos com material adequado ao nosso clima, com mais ou menos espaço delimitados para jogos tradicionais infantis ou jogos pré-desportivos, é possível criar contextos educativos que possibilitam o crescimento motor e cognitivo da criança.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Não me atrevo a acrescentar nada àquilo que efetivamente foi a radiografia feita pela bancada do PCP. Traria só algo de diferente, que é aquilo que também me tem sido transmitido pelas escolas em que se

deparam cada vez mais com turmas com mais alunos, que se deparam também cada vez mais com culturas mais diversificadas nessas mesmas turmas e que realmente depois, às vezes, a nível também de gerir a situação acaba por não ser muito fácil. E acaba por não ser muito fácil porque acentuadamente se fala na falta de pessoal nos pisos, uma coisa que realmente não se consegue perceber. Pelo menos a mim faz-me alguma confusão. Essencialmente porquê? Porque continuamos com o número de desempregados ainda bastante elevado e não se percebe por que é que não se dá formação a esses desempregados e não se canalizam essas pessoas para as necessidades das escolas. Acho que se calhar, efetivamente, faria algum sentido que assim acontecesse porque há meras situações pontuais que podem claramente ser colmatadas, para bem de tudo e de todos e até também para que a escola possa exercer a sua função. -----

Como tal, aquilo que me atrevera aqui dizer é precisamente esta ideia, a transmitir este meu pensar de que realmente se pegue neste mundo do desemprego, se dê formação e que se coloquem estas pessoas nas escolas, nas necessidades que as mesmas têm relativamente à falta de pessoal.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “É incontornável que não tem havido o investimento necessário nos edifícios escolares, apenas reparações pontuais e pequenas requalificações, muitas delas realizadas pelas Juntas de freguesia. -----

É incontornável que não tem havido investimento relevante em equipamento tecnológico e informático. -----

É incontornável que não tem havido investimento em mobiliário e demais equipamento escolar, quer nas salas de aulas, quer no restante recinto escolar, sendo muitas vezes as associações de pais a fazer esse investimento, quer em aparelhos de ar condicionado, quer em obras para dotar o piso das salas de aula mais digna e confortável, quer na aquisição de material informático e tecnológico. -----

É incontornável que muitas das escolas do 1.º ciclo não tenham um espaço dedicado à prática da atividade desportiva ou sequer com condições para aí ser realizada qualquer atividade de exercício físico. -----

É incontornável que a maior parte das escolas não tem espaços onde as crianças possam brincar em segurança nos intervalos das atividades letivas ou sequer que sejam cobertos e as protejam do calor excessivo ou da chuva. No Canhoso, por exemplo, continuamos a ter um contentor instalado no recinto escolar, em mais uma situação que, de temporária, parece passar a definitiva. -----

É incontornável que há diversas escolas sem um local adequado para as crianças fazerem as suas refeições. -----

É também incontornável que, apesar das carências que se verificam um pouco por todas as escolas do Concelho, há umas em piores condições que outras, o que faz com que escolas, a escassa distância uma das outras, tenham um número tão diferente de alunos, estando umas lotadas e outra quase ao lado com o número mínimo de alunos. -----

É preciso uma reflexão séria e cuidada sobre a rede de escolas do 1.º ciclo que permita perceber se a atual rede escolar está adequada às necessidades atuais do Concelho. -----

Tanto quanto julgo saber, o número de alunos não tem diminuído também devido ao grande aumento do número de crianças estrangeiras e importará fazer uma análise da rede escolar existente de forma abrangente e não bairro a bairro, freguesia a freguesia. -----

Se uma escola dispõe de melhores instalações, está dotada de mais e melhor equipamento informático tecnológico, lúdico, por que razão optarão os pais por uma escola que, ainda que a escassa distância dessa, não dispõe das mesmas condições? Faz sentido termos escolas lotadas e outras quase vazias ainda que a curta distância uma das outras? -----

Precisaremos de mais edifícios escolares ou de requalificar os existentes, dotando todos de melhores instalações, melhores equipamentos, ficando todos em iguais condições para atrair alunos e assim se conseguir evitar a disparidade do número de alunos que frequentam escolas a curta distância umas das outras. E falo, claro, nas escolas da União de Freguesias da Covilhã e Canhoso e freguesias limítrofes desta e não das escolas nas freguesias mais afastadas da sede de Concelho. -----

Não posso terminar este tema sem falar do problema incontornável que é a falta de vagas nas creches e ensino pré-escolar. Na semana passada, em resposta aos Senhores Vereadores da oposição, o Senhor Presidente confirmou a suspensão da construção das creches previstas para os parques industriais da Covilhã e do Canhoso. Hoje, todos nós que aqui estamos e todos neste Concelho conhecemos pais com enormes dificuldades em encontrar vagas nas escolas para os seus filhos com idade inferior a seis anos e este é outro problema incontornável para o qual são necessárias soluções para já.” -----

- **Dr. Rúben Miguel Carvalho Nascimento (PPD/PSD):** “Em primeiro lugar, também gostaríamos de incluir a educação do pré-escolar devido às semelhanças que as duas realidades têm no Concelho. -----

O Executivo Socialista definiu a Educação como uma prioridade para o atual mandato. Contudo, o balanço do que foi feito até à data está aquém das expectativas, uma vez que a delegação de competências da Educação nos municípios veio trazer mais responsabilidades às autarquias, mas a competência da educação pré-escolar e 1.º ciclo já era destes antes disso. -----

Passados sensivelmente três anos de mandato, o balanço que fazemos é de um investimento a conta-gotas ou mesmo inexistente nas escolas de 1.º ciclo e jardins de infâncias. Continuamos a ter infraestruturas com recreios desajustados, falta de conforto térmico, espaços desadequados para práticas desportivas e com falta ou inexistência de equipamentos informáticos. Os números dos assistentes operacionais continuam a ser também insuficientes para garantir as componentes de apoio às famílias. -----

Mas também constatamos uma falta de planeamento na organização da rede escolar destes ciclos no Concelho com disparidades na lotação das escolas, havendo escolas sobrelotadas e outras com muito poucas crianças nas suas proximidades. -----

O desinvestimento, em alguns casos, origina a procura de outros espaços por parte dos pais e encarregados de educação, criando uma situação de concentração de famílias em determinadas zonas habitacionais em prejuízo de outras, levando a uma sobrelotação. Há exemplos de salas de

jardins-de-infância a serem criadas no interior de escolas de 1.º ciclo para dar respostas ao número de solicitações quando, por exemplo, temos a um raio de menos de dez quilómetros alternativas às mesmas. Isto acontece também devido a serem menos apelativas, com acessos difíceis e falta de investimento e até sinais de degradação dos espaços. O aumento do número de alunos a viver no Concelho também tem originado este problema no funcionamento, uma vez que com o aumento das crianças matriculadas ao longo do ano, não é acompanhado com o reforço do pessoal não docente que é responsabilidade da Autarquia. -----

Relativamente às duas creches previstas nos parques industriais, não pergunto ao Senhor Presidente por que não avançou com os concursos públicos porque já sabemos as respostas dadas aos Vereadores da oposição, mas questiono como é que justificou o abandono da ideia do programa de creche gratuita e que informações e garantias já tem de um dos mesmos. -----

Realçamos ainda também o papel, pela positiva, das associações de pais e de algumas Juntas de Freguesia que têm coberto estas competências do Município através de dinâmicas e de investimentos nos equipamentos.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Começo a minha intervenção aproveitando o adjetivo profusamente utilizado pela Senhora Deputada do CDS, Joana Petrucci, para dizer que há, de facto, dois incontornáveis neste tema. Em primeiro lugar, o sectarismo partidário do CDS na sua abordagem; e em segundo lugar, é que efetivamente é incontornável que as infraestruturas e as instalações das escolas do ensino básico e do 1.º ciclo, pese embora tudo aquilo que ainda há para fazer, estão muito melhores do que estavam em 2013 quando o Partido Socialista chegou à Câmara Municipal. E isso é, de facto, incontornável. -----

As infraestruturas, as instalações, os equipamentos, as atividades e a comunidade escolar que o Partido Socialista hoje tem, ao fim destes anos de mandato desde que chegámos em 2013, são incomparavelmente melhores do que aquilo que tínhamos e que encontrámos. -----

Dir-se-á “muita coisa há por fazer”. É verdade. Reconhecemos. Mas isso não descara, nem pode esconder todo o trabalho que tem sido feito. E porventura desde o 25 de Abril, foi nestes mandatos que mais se investiu nas infraestruturas, na recuperação e na qualificação daquilo que são as escolas, as creches, o pré-escolar, o 1.º ciclo e até o ensino básico e secundário. Isso é inegável e é incontornável, Senhora Deputada. É que, de facto, os números não mentem. Tenho esperança que o Senhor Presidente da Câmara, porventura, possa acrescentar mais algumas informações a este debate. -----

Mas depois também é verdade que o Partido Socialista tem acrescentado a nível nacional e a nível local neste tema da Educação. Foi com o Partido Socialista na Câmara Municipal que criámos o Conselho Municipal de Educação e que hoje temos um fórum de debate, de articulação, de discussão que permite a todos os agentes da educação, desde os professores aos diretores de escola, aos alunos, às associações de pais, discutir, pensar, refletir sobre a educação do nosso Concelho. -----

Mas foi também através do Partido Socialista, neste caso no Governo, que criámos a medida de ter creches gratuitas para todas as pessoas, o que naturalmente e expectavelmente nos cria um grande desafio no acesso às creches. E isso é, de facto, um problema que temos hoje. É um

problema porque, de facto, no Governo, o Partido Socialista determinou que a prioridade do combate à crise demográfica era grande e era preciso criar condições para que as famílias pudessem ter mais filhos e criámos as creches gratuitas. -----

Temos que dar resposta. Temos que continuar a dar resposta como temos dado até agora nos vários problemas que temos enfrentado. -----

Mas é também verdade que este Executivo Municipal tem procurado dar apoios às famílias, nomeadamente naquilo que são os custos e nos apoios aos materiais escolares, aos livros, às refeições, aos transportes escolares (que hoje são gratuitos por uma medida do Governo da República, mas eram inicialmente gratuitos por uma medida exclusiva do Executivo Municipal que já tinha determinado antes do Governo da República a gratuitidade dos transportes para todos os alunos do nosso Concelho). Isso é trabalhar para a educação e para a qualidade da educação dos nossos jovens. -----

É assim também nas interações intergeracionais que promovemos, entre os mais novos e os mais velhos – aqueles que têm mais idade, mais experiência, mais sabedoria, mais condições para aprender e para ensinar aos mais novos. -----

Curiosamente, uma coisa que porventura não acontecia há umas décadas atrás, é que hoje os mais novos conseguem ensinar coisas aos mais velhos. Uma coisa que se calhar há 30 anos, quando nós crescemos, na minha juventude, na minha infância, dificilmente tínhamos a arrogância e a capacidade de ensinar coisas aos mais velhos. Hoje, com facilidade, um miúdo de cinco, seis, sete anos garantidamente consegue ensinar coisas do ponto de vista sobretudo do acesso às tecnologias e da competência digital aos mais velhos e este cruzamento é extraordinário. Esta capacidade, esta interajuda intergeracional é extraordinária e ela tem sido promovida também por esta Câmara Municipal. -----

O Partido Socialista, desde 2013, naquilo que são os programas políticos, e estou convencido que no futuro assim o fará, tem definido a educação como uma das prioridades dos seus mandatos e a Covilhã é, de facto, um Concelho que tem condições e que se tem afirmado naquilo que é o reconhecimento e a valorização pela capacidade formativa das pessoas que aqui temos, dos nossos jovens, desde os bebés, do pré-escolar até ao doutoramento, através da nossa Universidade. Foi assim no passado. Foi isso que nos distinguiu e nos qualificou para ter uma indústria têxtil pujante que nos diferenciou dos outros. Continua a ser assim no presente e garantidamente será assim no futuro. E os Covilhanenses estão certos que o Partido Socialista tem feito o que é possível, não escondendo nem ludibriando o muito que ainda há para fazer. -----

Garantidamente também será com o Partido Socialista que continuaremos a contar e, naturalmente, a bancada do Partido Socialista conta com o Executivo Municipal para fazer este trabalho.” -----

--- O Deputado Municipal **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS)** fez a seguinte apresentação do tema “*Proteção Civil e prevenção de incêndios florestais*”: -----

“É inegável que Proteção Civil e prevenção de incêndios florestais são temas de extrema importância para a nossa comunidade. Mas, em boa verdade, muitas vezes apenas debatidos depois de catástrofes acontecerem. Porque não estamos para estas temáticas apenas quando acontecem catástrofes, o Grupo Municipal do Partido Socialista trouxe a esta Assembleia este debate por forma a compreendermos o que foi feito no Município agora que entramos numa fase crítica de risco para incêndios florestais, consciencializar a importância das ações individuais na prevenção de incêndios, mas acima de tudo, perspetivar soluções para desafios num contexto cada vez mais exigente devido a uma inegável crise climática com potenciais consequências severas para o território. -----

É por isso importante, em primeiro lugar, reforçar que a Proteção civil vai muito para além de instituições ou organismos. Todos somos Proteção Civil. É uma frase muitas vezes ouvida pela necessidade de uma responsabilidade coletiva na certeza de que, por mais meios que a Proteção Civil seja reforçada, a sua eficácia será apenas garantida em plenitude com o contributo individual de cada cidadão. É por isso necessário um sobressalto cívico, onde todos somos parte de uma comunidade que cuida e olha por si, uma comunidade que assume nas ações e comportamentos individuais como parte da prevenção e capacitada para dar respostas rápidas em caso de necessidade, fazendo a diferença com pequenos gestos e ações que podem salvar vidas, bem como na defesa do património natural do território. -----

Neste sentido, é com particular relevo que vemos o trabalho desenvolvido pelo Município da Covilhã ao longo do último ano em diversas ações que visam sensibilizar que todos nós, sem exceção, somos Proteção Civil, mas acima de tudo investir na capacitação de uma comunidade covilhanense, independentemente da idade, cada vez mais instruída em dar respostas rápidas em caso de necessidade. -----

A instalação de desfibriladores automáticos externos em diversos pontos da cidade, a existência de simulacros nos mais diversos contextos, um pouco por todo o concelho, a existência de formações de suporte básico de vida nas escolas ou ainda a implementação do projeto Aldeia Segura Pessoas Seguras nos aglomerados populacionais de Pereiro, Casal de Santa Teresinha, Vale Cerdeira e Cambões são exemplo da excelência para uma Proteção Civil na Covilhã mais robusta e capacitada, sensibilizando e consciencializando os Covilhanenses para uma comunidade mais integrada nas dinâmicas de proteção dos cidadãos que a constituem na certeza de que o atual Executivo do Partido Socialista dará continuidade e reforço a estas iniciativas no futuro. -----

No que toca à prevenção de incêndios, por diversas vezes nesta Assembleia foi abordada a necessidade de prevenção de incêndios, de fazer-se também uma floresta mais robusta e resiliente. Certo que o caminho a ser feito nesta temática é ainda longo com a necessidade de instrumentos de ordenamento e estratégias adaptadas à realidade de hoje, onde o ICNF é parte essencial, não podemos deixar de saudar e de salientar as iniciativas de reflorestação que aconteceram ao longo dos últimos meses no nosso território. Da União de Freguesias de Vila do Carvalho a Cantar Galo, passando pela União de Freguesias de Teixoso e Sarzedo, foram inúmeras as iniciativas promovidas por associações, empresas ou até por iniciativa individual, onde vimos o Município sempre empenhado em colaborar nas mais diversas formas. -----

Neste âmbito, a iniciativa *Renature Estrela*, pelos números envolvidos, acaba por merecer especial destaque. Ao longo dos últimos meses, foram plantadas 285.000 árvores de espécies autóctones em polígono, ordenando desta forma a floresta na área afeta à freguesia de Cortes do Meio. Um exemplo que saudamos e a todos os que contribuíram para a concretização desta iniciativa e que estaremos sempre empenhados, enquanto bancada municipal, para que mais iniciativas destas ocorram no futuro por todo o Concelho. -----

Ainda no âmbito da prevenção de incêndios, é importante salientar o reforço e a capacitação de meios e de infraestruturas de combate a incêndio na Covilhã e na região, nomeadamente: -----

- A criação de bocas-de-incêndio de grande capacidade nas zonas florestais, num trabalho articulado entre a Icovi e as Águas da Covilhã, bem como a Proteção Civil Municipal; -----
- O Apoio ao reforço de meios às diferentes entidades que constituem o dispositivo de Proteção Civil da Covilhã; -----
- Ou ainda a manutenção de faixas gestão de combustível ao longo de todo o concelho. ----

São exemplos de intervenção, de trabalho, de investimento na proteção do território por parte do Município. No entanto, para além de meios físicos, é essencial o reforço e capacitação de meios humanos e também aqui o trabalho desenvolvido no território pelos diversos agentes merece destaque, sendo exemplo: os exercícios de treino da Força Aérea realizados no mês de abril na Serra da Estrela. São exemplo da capacitação e conhecimento necessário no combate a incêndios em meio tão específico como é a Serra da Estrela; a criação da quarta Equipa de Intervenção Permanente dos Bombeiros Voluntários da Covilhã que teve a participação do Município; ou ainda a notícia recente sobre a qual devemos especial gratidão, aos homens e mulheres que nos últimos anos, num exercício de altruísmo e compromisso com os Covilhanenses, reforçaram a Corporação dos Bombeiros Voluntários da Covilhã que permitiram crescer esta instituição em 30% o número de efetivos desta corporação. Aproveito a oportunidade para a parabenizar e agradecer aos Bombeiros Voluntários da Covilhã pelos 149 anos de vida ao serviço da Proteção da Covilhã. -

Estas iniciativas denotam um trabalho mais amplo e complementar de preparação de prevenção de incêndios no Concelho da Covilhã, onde a criação de um polo da Escola Nacional de Bombeiros na Covilhã merece desde já total apoio por parte da bancada municipal do Partido Socialista. -----

Por fim, é importante contextualizar estatisticamente os números. O número de ocorrências tem diminuído a nível nacional. No entanto, são cada vez mais frequentes incêndios de grandes dimensões, fruto do contexto climático que vivemos, como é exemplo o incêndio que afetou o nosso Concelho na Serra da Estrela em 2022, sendo que mais de 45% dos incêndios rurais em Portugal têm origem de uso de fogo inadequado ou por acidente ou negligência. -----

Estes factos reforçam a importância de cada um de nós, ao longo das próximas semanas, ser parte ativa muitas vezes com pequenos gestos na defesa do território. -----

Todos somos Proteção Civil.” -----

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Saúda-se este tema trazido à Ordem do Dia da nossa Assembleia e saúda-se também que, efetivamente, tenha sido dito que voltamos outra vez as épocas de risco e que temos que pensar novamente a nível daquilo que é a prevenção dos incêndios até porque temos ainda bem presente o flagelo do último incêndio. -----

Temos também presente que, apesar de muitas parangonas, o que é certo e verdade é que há muita coisa ainda que não foi feita, mas foi sendo anunciada e foi sendo dito que iria acontecer, mas continua ainda por fazer. Basta ir aos locais onde o flagelo aconteceu e ouvir as populações. -

Podemos pegar até inclusivamente por essa perspetiva que já foi dita aqui da floresta robusta e resiliente e não há dúvidas nenhuma que se não fossem as associações e as iniciativas privadas a ter feito algo, e bem, para que essa floresta robusta e resiliente viesse a acontecer e a ser replantada, estaríamos ainda num caminho lá mais atrás. -----

Há que haver reforço de apoios, há que haver reforço dos meios. São os próprios bombeiros que os reclamam. São os próprios bombeiros que, efetivamente, todos os dias nos falam deles. Não só dos meios mecânicos, mas também dos meios humanos. -----

Temos que voltar aqui a falar também e fazer este apelo a todas as freguesias para que realmente haja esta sensibilização à população, quem pode e quem tem essa disponibilidade, que venha realmente ajudar, que venha associar-se aos bombeiros, à sociedade civil, à proteção civil, a quem quer que seja, para que realmente haja a dotação necessária de meios para fazer face novamente a esta prevenção de incêndio que se impõe e que aí está a época de risco à nossa porta.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Em relação aos temas que são aqui colocados, pensava que a bancada do PS tivesse a oportunidade de fazer aqui um balanço da aplicação ou não do Plano Municipal de Proteção Civil. Penso que é o documento orientador da atividade municipal porque se os planos existem, foram elaborados e foram aprovados é para serem executados. -----

Aquilo que me chamou a atenção na consulta deste documento, tendo por base a Resolução n.º 30/2015, o n.º 1 do artigo 9.º, é que a revisão desse Plano é de 5 em 5 anos e o ano que identifico no atual Plano Municipal de Proteção Civil é 2019. Portanto, parece que estamos em ano de revisão do Plano Municipal de Proteção Civil e não irei adiantar muito mais do que aquilo que está no Plano, os objetivos... -----

Aquilo que eu desejava ter neste momento da Câmara Municipal era a avaliação do Plano. Uma avaliação objetiva. Não o discurso redondo dos grandes objetivos e do trabalho que é feito, mas sim uma avaliação do Plano concreta face àquilo que se estava planificado: o que é que se realizou, o que é que podemos dizer que está realizado passados cinco anos. -----

A mesma coisa diria e estava à espera que, de facto, em relação ao Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, já que também se falou aqui em prevenção de incêndios como se fôssemos informados que foi aprovado em 15 de maio de 2024 o Plano Operacional Municipal para 2024, aprovado pela Comissão Municipal de Gestão Integrada de Fogos Rurais. -----

Só chamava a atenção para isto: a avaliação que é também necessária fazer porque no Plano

Municipal Defesa da Floresta aprovado em julho ou em junho de 2021 constava um mapa onde a Câmara previa em termos de números, em termos de investimento em vários sectores. Já agora, também solicitava a avaliação deste mapa e do orçamento que nos foi apresentado e que aqui foi aprovado em relação àquilo que estava previsto, sendo uma previsão e tendo o Concelho da Covilhã tido a catástrofe dos incêndios também a acrescentar ou pelo menos fazer este exercício.

Em relação ao Plano Operacional Municipal, chamava a atenção para a necessária atualização dos responsáveis na página 9. É que há lá responsáveis que penso que convém corrigir e, se os contactos são confidenciais, não deviam constar nesse Plano ou, pelo menos, naquilo que está publicado na página do Município.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Efetivamente não poderia concordar mais com a última intervenção porque nestas coisas entramos sempre nesta dicotomia do que é que muito foi feito, do que é que tanto falta por fazer e, de facto, aquilo que me preocupa nesta matéria é que tanta coisa foi feita e esquece-se o essencial. A questão do Plano de Emergência ou Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, não obstante nesta Assembleia já temos ouvido aqui os responsáveis, nomeadamente depois dos grandes incêndios de 2022 a dizerem que este Plano não está e há coisas neste Plano que não estão bem, nada foi feito pelo Município nesta matéria, nomeadamente os reforços dos pontos de água de abastecimento de água que são essenciais, nomeadamente as estradas que dizem que existem e depois não existem, em que os bombeiros depois na prática não existem. São questões que me preocupam. -----

De facto, para além destas pequenas ações ou ações de muita relevância, que com certeza estamos todos de acordo que tudo tem que ser feito em vários níveis, mas não podemos esquecer do essencial. Como muito bem disse o colega do PCP, é ano de revisão do Plano, mas a verdade é que em 2022 fizemos esta avaliação e dissemos que este Plano não estava coincidente ou não ia ao encontro de todas as necessidades e não previa todas as situações a nível da Proteção Civil. Recordo-me apenas da Declaração do Estado de Emergência Municipal que demorou, no último incêndio, três semanas a ser declarado ou de uma semana a ser declarado. Isto é evidente. Contra factos não há argumentos e, portanto, temos que perceber que podemos fazer muita coisa ou dizer que fazemos muita coisa. Não podemos é esquecer o essencial e o essencial é isto e, nos últimos dois anos, não foi feito nada nesta matéria porque o Plano não foi revisto. Não há aqui nenhuma proposta de revisão. -----

Porque estamos sempre a ser acusados de não fazer propostas e não contribuímos positivamente para nada, mas a verdade é que, se calhar e atendendo à situação atual de hoje, o grande problema, no meu entender, em termos de riscos de incêndio, nomeadamente a nível de risco de incêndio, é a limpeza das propriedades que é exigida, mas que é quase impossível de ser feita nos termos em que a lei manda. Se calhar o Município deveria tomar também aqui um papel e pedir colaboração às associações de proprietários, aos proprietários, no sentido de saber se se consegue criar mecanismos ou estruturas que facilitem o cumprimento dos objetivos nacionais em termos de limpeza de terrenos. Neste momento, sinceramente, é aquilo que mais me preocupa e quando a gente anda por essas estradas e vemos a falta de limpeza, não só nas partes públicas, mas também na dos privados, se calhar temos que estudar uma solução municipal que preveja

colaborar neste objetivo comum que é de todos. Efetivamente, estamos todos de acordo: a Proteção Civil está em todos. Portanto, temos de fazer todos parte desta Proteção Civil. -----

Mas também falta, por exemplo, o levantamento de meios de combate ao incêndio que existem em termos privados porque andamos sempre à procura de onde é que está a água ou onde é que está uma bomba, ... Se calhar, se houvesse esse trabalho preventivo de chegar a uma aldeia ou chegar a uma propriedade e saber onde é que são os pontos de água, identificá-los convenientemente, assegurar que as bombas que lá estão estejam a funcionar, se calhar poupávamos muito, chegávamos a situações melhores e conseguíamos combater mais eficazmente esta situação.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Aqui é a mesma questão de eficácia. Estamos a falar de um tema em que apenas os discursos redondos e vir dizer que tudo o que se está a fazer está maravilhosamente e que estamos preparados, os grandes investimentos servem-me de muito pouco se não soubermos na prática onde é que estávamos há cinco anos atrás, onde é que estamos hoje e onde é que queremos estar daqui a três ou quatro. É isto que é pedido a quem está à frente de uma Autarquia para podermos quantificar, saber, até porque os dados são perfeitamente mensuráveis (os caminhos, os terrenos limpos, as áreas intervencionadas, ...). Portanto, estamos a falar em coisas que apenas discursos redondos resolvem muito pouco. -----

Sobre o tema, faço apenas aqui algumas perguntas e considerações. As faixas de gestão de combustíveis estão em bom estado, dado que estamos neste momento já em período de alto risco de incêndio? Pela informação que tivemos, não. -----

Estão os caminhos a esta data em condições e preparados para o combate aos incêndios? Daquilo que soubemos junto dos próprios bombeiros, não. -----

Está a Câmara a ser eficaz na substituição aos privados quando não é possível (e em muitos dos casos sabemos que em centenas ou milhares de casos nem sequer se encontram a residir o país ou não sabem sequer das áreas de que são proprietários), para fazer limpeza dessas áreas? Sabemos que não. Obviamente que não. Basta fazer alguns quilómetros de carro pelo nosso Concelho. -----

Então estamos a falar de quê? Apenas de discursos para trazer à Assembleia Municipal e dizer que estamos e que se fez muito?! Mas fez-se o quê? Onde é que estávamos? Onde é que estamos? Estamos precisamente em ano de reavaliação de um Plano Municipal. Mas temos dados? Não deveríamos ter? Não era isso que devíamos estar a falar aqui nesta Assembleia?” -----

- **Eng.º Pedro Miguel de Melo Bernardo (PS):** “Permita-me só aqui fazer aqui um parêntesis antes da intervenção propriamente dita. A bancada do CDS revela constantemente ou consistentemente um desconhecimento sobre muitas temáticas. Eu quero relembrar ao Senhor Deputado que no Plano Municipal de Defesa da Floresta, a questão dos hidrantes, por exemplo, é uma coisa que já está mapeada. Já existe. É um documento que existe e que serve de base para muita daquilo que é a ação do Município. -----

Aquilo que temos que entender é que existem documentos, existem planeamentos, existem ferramentas que nos capacitam para desenvolvermos uma estratégia articulada para o futuro. Sem

dúvida alguma que deve haver pontos de avaliação e momentos de avaliação. Tal como referiu, 2024 é um momento para um deles. -----

O Plano Municipal de Defesa das Florestas é um Plano a dez anos – termina em 2030 e, portanto, é importante que, também dentro desta dinâmica que hoje em dia vivemos fruto do clima e este Verão vamos ter um risco elevado de incêndio exatamente também por causa disto (tivemos um período até agora alternado entre chuvas e sol e, portanto, mesmo do ponto de vista de combustível, aquilo que existe este ano é, de facto, de um risco elevado propício a incêndios) deve dar um contributo. -----

Agora aquilo que, de facto, o PS pretendia com este debate não são discursos redondos. Pretende lançar o tema e ouvir da vossa parte, enquanto bancadas da oposição, aquilo que são realmente as suas propostas e as propostas que a oposição desta Câmara apresenta são zero. Isto é o facto.”

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Foi confirmado agora que existem ferramentas de ordenamento e que estão aprovadas. Portanto, aqui a questão da ausência das propostas... É preciso ser mais claro do que isto: existem ferramentas que estão previstas, que estão neste momento em andamento e que deviam estar em fase de avaliação. A proposta que faço aqui é tão clara como esta: faça-se uma avaliação (estamos em período disso). Era isso que o PS responsabilmente podia ter trazido aqui para sabermos exatamente onde estávamos, onde estamos e onde queremos chegar. -----

O PS está eleito na Covilhã para fazer. Nós estamos eleitos aqui na Assembleia para fiscalizar. Fiscalizar o quê quando os dados não nos chegam? Mas é responsabilidade das bancadas que aqui estão ter os dados ou ir ver dos dados?! Se os dados não nos chegam, onde é que estão os dados para podermos analisar, como foi dito pelo Partido Comunista, pelo CDS e agora pelo PSD? -----

Se não temos neste momento de quem está eleito para gerir estes meios, se não temos dados para os podermos avaliar, que propostas é que querem? Façam o favor e apresentem os resultados.” -----

- Foi concedido o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que, após cumprimentar todos os presentes, iniciou dizendo que iria ser “telegráfico, mas factual, não com discursos, nem redondos nem quadrados, com factos, indo já a questões muito concretas relativamente à questão da Proteção Civil. -----

Floresta – A Proteção Civil Municipal, em colaboração e em coordenação com o Gabinete Técnico Florestal, Departamento de Obras e outros Serviços planeou, elaborou e executou um conjunto de medidas que vou passar a referir: -----

- 1.º Bocas-de-incêndio de grande capacidade em zonas florestais: Instalámos quatro bocas-de-incêndio de grande capacidade nas zonas de quatro casas, Parque de Campismo do Peão, Peão, Varanda dos Carqueijais e Alto da Portela –Tortosendo – Planeamento dos Serviços Municipais de Proteção Civil; Instalação, ICOVI e ADC já executado. -----
- 2.º Rede Pontos de Água, Reservatórios para apoio ao combate dos meios aéreos e terrestres: Na sequência do Relatório da Comissão das lições aprendidas sobre o Incêndio

da Serra da Estrela, uma das insuficiências detetadas era a falta de locais de abastecimento de água para os meios aéreos e terrestres. O Serviço Municipal de Proteção Civil planeou e definiu dez locais para a instalação de reservatórios no Concelho. Este planeamento foi submetido ao Plano de Revitalização da Serra da Estrela para apoio à sua instalação e o custo deles são 450.000 €. Entretanto, o Município já avançou com a instalação de um primeiro reservatório que se encontra em construção na Casa do Guarda, junto às quatro casas, estando prevista a conclusão da obra na primeira quinzena de julho e custa 30.000 €. Locais: Erada, Trigais, Casegas, Sobral de São Miguel, Cortes do Meio, Sarzedo e Verdelhos. -----

- 3.º Faixas de gestão de combustível, rede viária, limpeza de faixa de dez metros na envolvente das estradas municipais, num total de 66 quilómetros e 119 hectares, com um custo total de 107.000 €, alguns já executados e outros em execução: Estrada 511 e 512, 1374, novamente a 512, São Jorge da Beira, Aldeia de São Francisco de Assis, Aldeia de São Francisco de Assis até ao limite do Concelho do Fundão, Casegas, Sobral de São Miguel, Portela de Carvalho, Caminho Rural de Casegas ao Paul, Ourondo-Paul, Gibraltar, Atalaia, Alto de São Gião, Rua do Pouso, Arruda, Vaqueira, Vila do Carvalho, Teixoso, Rua 20 de Junho, Vila do Carvalho, Canhoso. -----
- 4.º Limpeza e desmatção de terrenos municipais, caminhos municipais: Faixas de gestão da responsabilidade do Município, intervencionadas 30 parcelas com uma área total de 22 hectares. Estas intervenções foram realizadas pelas Brigadas de Sapadores da CIM, ao abrigo do contrato anual que inclui a disponibilização de uma brigada por 14 dias. -----
- 5.º Pede primária de faixas de gestão de combustível: largura de 126 metros. A rede primária de faixa de gestão de combustível é da responsabilidade do ICNF. No decorrer deste ano, o ICNF concluiu a rede primária de Cortes, Unhais e Casa Branca, Erada, Alvoco da Serra, num total de 90 hectares. O Gabinete Técnico Florestal e os Serviços Municipais de Proteção Civil elaboraram uma proposta para a criação de mais troços de rede primária no Concelho da Covilhã em zonas de propagação de grandes incêndios, tendo este sido aceite pela Comissão Sub-regional de Gestão de Fogos Rurais. -----
- 6.º Fogo controlado: O Serviço Municipal de Proteção Civil coordenou a realização de diversas ações de fogo controlado em matos e pinhal, tendo sido executada uma área aproximada de 30 hectares nas freguesias de Teixoso, Cortes do Meio e Sobral de São Miguel. -----
- 7.º Rede de Hidrantes: O Serviço Municipal de Proteção Civil criou uma base de dados com informação geográfica e de estado de funcionamento da rede de hidrantes. -----
- 8.º Bocas-de-incêndio do Concelho: Neste momento já foram analisadas e registadas 341 bocas-de-incêndio. -----
- 9.º Combate: Aumento da capacidade de resposta operacional dos Bombeiros Voluntários da Covilhã com a criação de mais duas equipas de intervenção, totalizando agora quatro equipas com o suporte por parte do Município de 50% dos respetivos custos. -----

- 10.º Aquisição de 32 câmaras para a montagem de zonas de concentração e apoio à população para resposta a situações de evacuação. -----
- 11.º Incremento de um maior número de prestadores de serviços com maquinaria pesada, máquina de rasto, no Plano Operacional Municipal para apoio ao combate a incêndios rurais. -----
- 12.º Formação e suporte básico de vida. Formámos em 12 ações 134 pessoas. Formação de Suporte Básico de Vida, 20 cursos para funcionários das escolas do Concelho, num total de 113 formandos. Formação de Suporte Básico de vida, 3 ações em massa nas escolas secundárias com a presença de 15 formandos dos Bombeiros Voluntários da Covilhã e da Faculdade de Ciências da Saúde. Certificámos 350 alunos. -----
- 13.º Sensibilização em riscos de Proteção Civil: Jogos SOS Portugal – 28 ações realizadas nas escolas básicas no contexto das AEC com um total de 535 alunos; Floresta Segura 2024 – Realização de ações de sensibilização com a presença da Guarda Nacional Republicana em diversas freguesias; Aldeia Segura, Pessoas Seguras – implementação do projeto em quatro aldeias inseridas em freguesias prioritárias: Pereiro, Casal de Santa Teresinha, Vale de Cerdeira e Cambões. O projeto inclui a nomeação de oficiais de segurança local em cada aldeia, elaboração do plano de evacuação, definição de locais de abrigo e refúgio, colocação de mapa e sinalética pela aldeia com os caminhos de evacuação, a ação de apresentação que inclui a sensibilização para a defesa da floresta, os procedimentos em caso de emergência e a apresentação do plano de evacuação. -----
- 14.º Medidas de autoproteção em edifícios: Elaborámos e submetemos à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil a implementação de medidas de autoproteção em cerca de 80 edifícios municipais. Instalámos um ecrã digital na Rotunda do Puralã. Este ecrã transmite informações úteis no âmbito da Proteção Civil, tais como informação de estradas e de acesso à Serra, mensagens de sensibilização no âmbito da prevenção de incêndios rurais, risco diário de incêndio, etc. -----

Como veem, isto não é conversa. Não são discursos. São factos. São números. São realidades e contra factos, meus caros, não há argumentos. -----

Dar aqui uma nota: o Plano é revisto até ao final do ano, para que não restem aqui dúvidas nem haja aqui conversetas de segunda categoria. O PMEPC não tem recursos, nem pontos de água. Isso está no Plano Municipal de Defesa da Floresta e no Plano Operacional Municipal que é o plano operacional da nossa Câmara. -----

Referir que está acessível, incluindo na *internet*, o levantamento dos hidrantes e as bocas-de-incêndio. -----

Relativamente às questões da Educação, porque era minha intenção no período da informação escrita, irei detalhadamente, também com factos, relatar o que é que estamos a fazer, o que é que projetamos fazer e quanto é que isso custa e o número de coisas, datas, locais, horas e tudo o mais.” -----

--- A presente sessão foi interrompida pelas 13:05 horas para almoço, tendo reiniciado pelas 15:05 horas. -----

3.2 – DISCUSSÃO DA MATÉRIA EM ANÁLISE DO DEBATE TEMÁTICO SOBRE “ACESSIBILIDADES À SERRA DA ESTRELA” REALIZADO EM 13/05/2024 E VOTAÇÃO DE PROPOSTAS DE DELIBERAÇÃO

--- Foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio):** “No seguimento do debate da última Assembleia Municipal, estou hoje aqui novamente a defender o asfaltamento da Estrada Municipal 508 à Nacional 339, a estrada Estrela Sul que assim denominamos e confesso que se me dissessem, quando eu era menino e moço, estaria aqui, aos 45 anos de idade a defender o asfaltamento desta estrada eu não acreditaria. Não acreditaria por uma razão muito simples: esta obra tem sido promessa de diversas listas que compuseram os executivos municipais maioritários em 2001, 2005, 2009, 2013, 2017, 2021 e atravessámos um período de uma geração. Há pouco referiu o título de um poema de António Nobre, obviamente que quando tomba da haste a flor do compromisso político, fica o descrédito e a descrença e é isso que nós sentimos porque talvez tenhamos aqui deputados municipais que não terão 25 anos. E só me estou a referir a este século.

Queria recordar aqui uma reportagem da RTP de abril de 2018, motivada pela apresentação de um projeto de defesa da floresta contra incêndios, em que a Junta de Freguesia investiu 200.000 € na requalificação parcial deste troço.” -----

Foi transmitida a reportagem que dizia *“É um estradão florestal que quer ser estrada. Um caminho como tantos outros, mas que se distingue por ser um acesso à Serra da Estrela. Da Aldeia de Cortes do Meio é agora possível chegar à ligação Penhas da Saúde. Para concluir a obra, falta qualquer coisa.* -----

São vias que serpenteiam pela montanha, mas que não servem de alternativa à estrada de alcatrão, a única que chega ao cimo da Serra da Estrela pela Covilhã ou por Seia. Não há mais, mas devagarinho podem construir-se atalhos que sirvam a proteção da floresta e que conduzam mais visitantes. É o caso deste estradão que ainda não é bem estrada a sério entre a Aldeia de Cortes do Meio e a ligação às Penhas da Saúde. -----

A obra está praticamente finalizada, financiada ao abrigo de um programa de salvaguarda florestal. Mas é muito mais que isso olhando à volta. -----

(Voz do Senhor Presidente da Câmara) *“Esta é a forma de desencravar localidades como as Cortes do Meio, no caso concreto em que aqui estamos e visa potenciar uma atividade importante na nossa economia local que é o Turismo...”* -----

É um estradão florestal que quer ser estrada, um caminho como tantos outros, mas que se distingue por ser um acesso à Serra da Estrela.” -----

Dr. Vítor Pereira, continuamos a acreditar que este troço é efetivamente um troço que pode desencravar, não só a localidade de Cortes do Meio, mas todo o território Estrela Sul no sentido de colmatarmos aqui algumas assimetrias que nós vamos sentindo no nosso território, no nosso município. -----

Dizer também que reconhecemos ao Município que depois de 2018 foram dados passos relevantes e indicadores que é intenção do município concretizar esta obra. Falo nomeadamente do projeto que foi elaborado pelos serviços do Município e temos conhecimento de que mereceu a aprovação das diversas entidades externas com competências nesta matéria que viabilizam efetivamente o asfaltamento deste troço. -----

Pedia só para passar o projeto para os Senhores Deputados Municipais tomarem conhecimento. É uma apresentação muito breve. -----

Acreditamos que efetivamente este troço irá potenciar este território Estrela Sul. Isto não é só uma questão de Cortes do Meio. É toda aquela zona do território. Acredito que este acesso irá beneficiar os empreendimentos turísticos que hoje existem. Falo do Sherry Sculpture Hotel no Paul; falo do Lugar das Estrelas no Peso; falo do H2O hotel em Unhais; falo do empreendimento Serra em Cortes do Meio, só para frisar alguns e outros que estão em vias de surgir e outros que já existem. São empreendimentos que geram emprego, que fixam pessoas, que atraem novos residentes. Poderia estar aqui uma hora a falar sobre esta matéria, mas não posso. -----

Senhor Presidente, nós continuamos a acreditar que este troço irá permitir que estes investimentos possam usufruir da marca Serra da Estrela que tem um valor imensurável e que pode ser mesmo um instrumento fraturante neste desenvolvimento do nosso Concelho. -----

Terminaria só com a passagem de um vídeo que acho que, pela beleza que ele tem e para quem não conhece este troço, acho que ele é merecedor da tolerância do Senhor Presidente. Peço-lhe mais estes dois minutos de tempo para apresentar este vídeo para os Senhores Deputados conhecerem este troço e a sua beleza que é uma verdadeira alternativa à Estrada Nacional 339 que nos leva às Penhas da saúde.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”)**: “Já se falou muito acerca deste tema das acessibilidades. Acho que já foi dita tanta coisa e continua-se a dizer. Está tudo identificado; os problemas estão identificados; as soluções penso que também existem ou pelo menos estão elencadas. Faz todo o sentido que realmente, de uma vez por todas, que saiam do papel e passem para o terreno. -----

Este exemplo que foi aqui dado que também defendi e preconizo, assim como a ligação de Verdelhos que será a outra também, não só em relação ao nosso Município, mas também em relação a Manteigas, permite que haja outras soluções efetivamente para se chegar à Serra da Estrela. -----

Há sempre aqui um pormenor que gosto de frisar e que se calhar não tem nada ou não tem tanto que ver com as acessibilidades, mas que acho que é um mundo que continua um bocado

escondido ou esquecido que é realmente o turismo da saúde. Não se fez ainda a devida divulgação, a devida aposta para que efetivamente seja uma mais-valia no que diz respeito à nossa Serra da Estrela. Continua a ser o tal gigante adormecido. -----

De uma vez por todas que haja esta coragem de realmente criar as respetivas acessibilidades, todas aquelas que forem possíveis e necessárias para que, de uma vez por todas, a Serra nos seja devolvida.” -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV):** “Falarmos de acessibilidades à Serra da Estrela, e já dissemos isto na última Assembleia Municipal, temos que pensar numa perspetiva integrada, isto é, não podemos estar a falar das acessibilidades à Serra da Estrela só do ponto de vista aqui do Concelho da Covilhã. Claro que todos concordamos que, por exemplo, este caso que nos foi aqui enfim explicitado e tão bem demonstrado por Cortes do Meio, que não tenha que se fazer ou que não se tenha que requalificar aquela via, mas de facto o que é preciso perceber é que este gigante adormecido que aqui se fala, que gigante é que nós queremos acordar. Queremos acordar um gigante que depois nos suplanta porque torna-se num não lugar e perde o seu valor e portanto, qualquer turismo será sempre um turismo de baixa qualidade que nunca será aquilo que preconizamos, defesa do nosso território? Que gigante é que nós queremos acordar? Queremos esse gigante? Ou queremos acordar um gigante que, de facto, promova o desenvolvimento da região? E esse é o gigante que a CDU gostaria de acordar e, para isso, seria necessário que estas acessibilidades à Serra da Estrela, de facto, fosse um plano conjugado por todos os Municípios que fazem parte desta própria Serra, nomeadamente e principalmente do Parque Natural. -----

Há duas ou três Assembleias atrás, aprovámos a constituição daquela Associação de Municípios do Parque Natural da Serra da Estrela e se calhar é nessa sede que se deverá fazer um plano conjunto integrado e, de facto, que mude um bocado este paradigma de pôr carros na Serra porque não é esse o gigante que queremos acordar. Queremos pôr pessoas na serra e não queremos pôr lá carros. Os carros cada vez mais destroem aquilo que deve ser o usufruto e, digamos, o património natural do nosso território. -----

Portanto, é a nossa convicção, apesar da nossa proposta ter sido retirada porque chegou ontem. As pessoas já a conheciam, mas pronto, tudo bem. De qualquer maneira, apresentá-la-emos mais tarde. -----

Mas, no fundo, é nesse sentido: esta associação de municípios, de facto, pegue neste assunto e o trate de uma forma, como costumamos dizer e gostamos, dialética e que vá de encontro àquilo que é a riqueza do património natural que aqui temos para acordarmos o tal gigante bom e não o mau.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Nesta matéria penso que é a continuação da última Assembleia e o CDS não trouxe aqui uma proposta escrita porque acho que, na sequência daquilo que acabou de se dizer e do que resultou da última Assembleia, nomeadamente da intervenção da Diretora do Parque Natural da Serra da Estrela, é essencial que os municípios se entendam e saibam o que é que querem fazer em termos de acessibilidades para a Serra. -----

Temos que ver isto numa perspetiva global. Não vale a pena a Câmara da Covilhã estar a fazer o que quer que seja sem chegar a acordo ou sem entendimento com os outros municípios para definir um plano de acessibilidades global, sejam os teleféricos, seja aquilo que seja. Mas também tem que se preocupar, e o nosso dever aqui é esse, com o que é que a Câmara da Covilhã pode fazer no seu território que está exclusivamente dependente dele. E aqui, efetivamente, estamos de acordo do estradão das Cortes, da estrada de Unhais, ... -----

Podemos fazer coisas que custam muito dinheiro, mas são coisas que custam dinheiro e são investimentos. A questão da variante, como o PSD traz em termos de proposta, podemos dizer que são coisas que são exequíveis e possíveis, mas de difícil execução, quer pelos custos, quer pelas contingências de limitações ambientais que advêm desse tipo de soluções. -----

O CDS acho que deve propor, e nesta perspetiva é aquilo que o CDS propõe que se faça, que urgentemente a Câmara da Covilhã tome a iniciativa, seja no âmbito da Associação de Municípios que se vai criar agora para o Plano de Revitalização da Serra da Estrela, quer seja na própria CIM porque acho que isto abrange e estamos a falar que em termos de competências dos transportes intermunicipais são da competência da CIM e, portanto, não podemos passar por cima das instituições que já existem. -----

Que se faça uma discussão séria sobre o que é que se quer fazer, sobre o que todos aceitamos que se faça na Serra da Estrela em termos de acessibilidades, nomeadamente à Torre. -----

Da Câmara da Covilhã, o Senhor Presidente na última Assembleia disse que o projeto já estava alinhavado para a estrada de Unhais. O estradão das Cortes, acho que é evidente que, pela beleza que vimos aqui, efetivamente deve ser mantido e deve ser mantido a todo o custo e operacionalizado a todo o custo. Mas sugeria efetivamente que se calhar a solução mais evidente, mais simples, que não é isenta de custos, mas acho que é aquela que melhor serve a nossa acessibilidade à Torre, será sempre através de um mecanismo tipo de autocarros, tipo o que o PCP também propôs embora não seja aqui possível votar, mas pode-se discutir, onde os carros fiquem ou no Santos Pinto ou nos Piornos, mas de facto se cria e até se resolve o grande problema das Infraestruturas de Portugal que dizia aqui que era a questão de manter a estrada aberta. Se conseguimos ter um autocarro como deve ser, com condições de segurança e com condições adequadas, principalmente no Inverno que é aí a dificuldade do acesso à Torre, nada impede que acompanhe com o limpa-neves à frente, para cima e para baixo, de hora a hora, de hora e meia em hora e meia e mantém-se a acessibilidade. -----

Portanto, acho que as soluções são evidentes e só não se fazem se não se quiser. Estamos, de facto, há demasiados anos a discutir acessibilidades quando as soluções nem implicam aprovações do ICNF. Implica pôr em prática. Testar, pelo menos, para ver se se faz alguma coisa. -----

Acho que isso é o desafio que se lança e que se deixa à Câmara Municipal da Covilhã: que faça a parte dela, nomeadamente em termos gerais que lidere uma solução coletiva, lidere os outros municípios para discutir efetivamente as acessibilidades, que são eles que têm competência. É preciso alterar-se o plano da Serra da Estrela? Altere-se, mas faça-se alguma coisa.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Em primeiro lugar, dar os parabéns à Junta de Freguesia das Cortes, até porque, como toda a gente sabe, as Penhas da Saúde fazem parte do seu território e

dou os parabéns à Junta por vir aqui defender uma coisa que é legítima e também, de certa maneira, para não sentir muitas vezes que sou o único que vem aqui a defender a Serra da Estrela tão insistentemente. Sei que o faço muitas vezes e cá estou eu a fazê-lo, mais uma vez, com muito gosto. -----

A estrada EN339 é reconhecida como a principal porta de entrada na Serra da Estrela. É a única ligação às Penhas da Saúde, sendo este um dos principais polos de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela. -----

Ocorre frequentemente o estrangulamento de trânsito nos períodos de afluência excecional de veículos, essencialmente devido à queda de neve, de forma sazonal e, muitas vezes, imprevisível. -

É essencial a criação ou beneficiação de vias alternativas, nomeadamente a estrada entre Unhais da Serra e a Nave de S. António, a Variante ao Centro da Covilhã, bem como a redefinição da Rua Ruy Faleiro e acrescento aqui, se o Senhor Presidente me permitir, a ligação entre as Cortes do Meio e a Estrada Nacional 339. Acho que deve aqui constar. -----

Se bem se recordam, numa das últimas Assembleias, desafiei precisamente para que todos nos entendêssemos sobre uma única proposta que, se possível, fosse votado por unanimidade. É essa a intenção. É com essa intenção que aqui venho. -----

Além disso, as crescentes preocupações ambientais, de mobilidade e bem-estar desafiam as cidades modernas a criar vias de circulação de pessoas entre os vários pontos onde os habitantes residem, estudam e trabalham. -----

As vias pedonais e cicláveis são uma resposta à necessidade de promover a sustentabilidade, reduzir as emissões de carbono, enquanto incentivam um estilo de vida mais saudável, melhor qualidade de vida e proporcionam espaços agradáveis para as pessoas se movimentarem e interagirem com a cidade. -----

Estes investimentos são fundamentais para o desenvolvimento económico baseado no crescimento sustentável do turismo, com foco no correto ordenamento do território e nos valores ambientais a preservar nas áreas protegidas. -----

Neste contexto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal da Covilhã aprove as seguintes propostas, a serem remetidas à Câmara Municipal da Covilhã, Primeiro-Ministro, Ministro das Infraestruturas e Habitação, Grupos Parlamentares, Infraestruturas de Portugal e Instituto Nacional da Conservação da Natureza: -----

1. *Beneficiação urgente da EN339 nos troços Covilhã – Penhas e Penhas – Torre com novo asfaltamento, alargamento da via e aqui também acolho uma sugestão da Deputada Mónica Ramôa, que é o alargamento onde seja necessário da via e regularização das bermas;* -----
2. *Criação de via pedonal e ciclável entre a Covilhã e as Penhas da Saúde, em modelo inovador e integrado, que deve prever a instalação de infraestruturas de eletricidade e telecomunicações no subsolo, eliminando o seu impacto visual e ambiental. Esta proposta já foi alvo de uma moção aqui apresentada por mim e aprovada por unanimidade;* -----

3. *Elaboração de projeto e construção da Variante à Covilhã de acesso à Serra da Estrela. Esta via constituirá a única e definitiva solução face ao constante congestionamento de trânsito no Centro Histórico da Covilhã.* Este é um problema que acontece há 30 ou 40 anos. Temos mesmo que ter vontade de o resolver. Ou o queremos resolver ou não. Pelo menos faço aqui essa proposta e espero que seja acolhida; -----
4. *Redefinição do sentido de circulação na Rua Ruy Faleiro, tornando-a somente numa via em sentido ascendente, criando alternativa para o tráfego em sentido descendente. (Doc.09 com as alterações introduzidas durante a sua leitura)* -----

Assim, além desta proposta, convidamos a Câmara Municipal a levar à sessão de Câmara a mesma proposta de deliberação. Fomos eleitos para defender e fazer pela nossa terra, independentemente da cor do governo que lá está no poder. Foi isto que esta bancada do PSD defendeu ontem e é isto que defende hoje. -----

Mais uma vez digo e mais uma vez demonstro que o PSD faz propostas. Traz aqui propostas construtivas.” -----

- Foi concedido o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal** que iniciou dizendo que “este tema ou esta temática não é nem menos séria nem mais séria que as outras – É importante. Não foi por acaso que dedicámos uma Assembleia cujo tema foi este e fizemos bem em tê-lo debatido e termos trazido aqui as pessoas que vieram para nos ajudarem a pensar melhor e a vislumbrar a melhor forma de resolver este assunto. -----

Temos aqui em presença várias variáveis e algumas delas não dominamos. A primeira é de natureza ambiental. Estou a falar na generalidade. Claro que o Partido Comunista e o CDS têm razão quando dizem que as decisões em torno deste assunto devem ser o mais amplamente debatidas no seio dos seis municípios que compõem o Parque Natural da Serra da Estrela, que são também aqueles que irão, dentro de poucos dias, assinar a escritura de constituição da Associação para fins específicos. É uma associação intermunicipal que visa implementar o Plano de Revitalização da Serra da Estrela. -----

Independentemente da boa vontade e dos compromissos assumidos, a verdade é que temos aqui diferentes acessos e diferentes estados de maturidade dos respetivos projetos e das aspirações. Esta é, de facto, uma aspiração legítima, muito antiga, mas a de Unhais é ainda mais antiga e, mais, está quase concretizada. Faltam dois quilómetros de via asfaltada para ser concluída e só razões de força maior nos devem impedir de a não concluir. -----

Demos aqui um passo importante. Estarão recordados que, com a diplomacia e delicadeza que se deve ter com as pessoas e com as instituições, confrontei aqui a Senhora Diretora Regional do ICNF e, na sequência desta nossa conversa aqui, tivemos uma reunião à distância no sentido de ultrapassar o assunto. O que ela me disse, relativamente à estrada de Unhais, é que aquele ofício não devia ter vindo como veio. Ou seja, era um ofício que visava apontar situações que estavam ou não estavam bem no âmbito do projeto, mas que não devia conter condicionantes. Foi a expressão dela. -----

E concluía ainda outra coisa: não é o ICNF quem superintende já naquele domínio, por alterações legislativas entretanto havidas que não foram levadas em devida conta, designadamente por quem escreveu aquele ofício e que a Senhora Diretora acabou por confessar que assinou praticamente de cruz. -----

A verdade é que se salvaguardarmos alguns aspetos de natureza ambiental, designadamente o período da nidificação naquela zona, estarão ultrapassados os problemas existentes. Isto foi, assim de maneira muito simplista, aquilo que me foi transmitido. -----

Vamos partir para a fase seguinte que é de tentarmos concretizar esta antiga aspiração e aí não faz sentido que a façamos depender do que quer que seja porque a estrada está alcatroada até dois quilómetros da 339 sensivelmente. Esta estrada, obviamente, tem outro matiz. Este estradão das Cortes que é imperioso que, sob o meu ponto de vista, e admito pontos de vista contrários, ela deve ser, numa primeira fase, asfaltada até ao Alto dos Livros. É uma pena que um miradouro tão bonito, tão agradável, com um potencial enorme de atracção de turistas que respeitem o ambiente, como disse e bem a senhora Deputada Mónica Ramôa, ali possam aceder. Já temos uma parte do percurso asfaltado. Claro que não há necessidade de o fazer com uma largura desmesurada. -----

Temos que nos lembrar e trago aqui a colação do caminho rural do Porsim (as pessoas chamam estrada a tudo). O que liga São Jorge da Beira à estrada que depois dá acesso ao Sobral de São Miguel não é uma estrada. É um caminho rural e nos caminhos rurais não tem que necessariamente passar um carro pelo outro com uma largura terrível. Temos que respeitar. Temos que ser o menos intrusivos possível no meio ambiente - reduzi-la ao mínimo, ser uma estrada rural. Se no futuro se vier a verificar, daqui por muitos anos pelo que se antevê, que o nó das Cortes vai obviamente entroncar no IC6, porventura fará sentido depois alargar essa via. Por ora, não vejo por que havemos de fazer uma coisa muito larga e agredir o meio ambiente. Numa primeira fase, iremos até ao Alto dos Livros. O projeto está aí. E ver, tanto quanto possível, tentar lançar ainda a segunda fase, mas isto temos de ter à vista também o calendário do IC6. -----

Já agora, adiantar-vos que, na semana passada, tive a oportunidade conjuntamente com os meus colegas do Parque Natural da Serra da Estrela de estarmos reunidos com o Senhor Ministro da Coesão, relativamente ao Plano de Revitalização da Serra da Estrela que ele viu com muito bons olhos e que ficou bastante entusiasmado com o Plano. Falei-lhe na nossa barragem e perguntou-me se servia só a Covilhã e disse-lhe que tinha potencial para chegar ao Algarve ou ao Porto. Houve uma ideia que foi ali ventilada que foi a de alocar o Imposto Único Automóvel da região à construção da *Green Road*, da estrada Verde que é o IC6. O Senhor Ministro viu com muito bons olhos essa ideia. -----

Estamos aqui presos a algumas variáveis que não dominamos, mas que queremos levar a efeito e queremos implementar. -----

A 339 – não estou a ver como é que a gente consegue colocar ali uma ciclovia, apesar de a ideia ser boa, até é ótima. O problema é que não estou a ver como é que ela se concretiza. Para se fazer dentro da estrada, pode fazer-se, alargarmos, não estou a ver que as autoridades do ambiente autorizem a saída da plataforma da estrada para se construir uma ciclovia. Agora temos de estar todos de espírito aberto, com a grandeza de alma que temos de ter todos nestas questões e olhar

para o futuro em conjunto com os nossos vizinhos, no sentido de fazer o melhor que soubermos e pudermos neste domínio. -----

A variante é uma aspiração antiquíssima. É efetivamente necessária. Tempos houve em que havia dinheiro da União Europeia para esta finalidade. Agora não existe. Aliás, já ouvi dizer “este Presidente não conseguiu construir”. Gostava eu! Primeiro tive que sanear as finanças da Câmara e depois sabem que uma obra destas custa cerca de 30 a 40 milhões €. Fazer uma variante à Serra custa entre 30 a 40 milhões €. Portanto, temos que ter a boa vontade, a comparticipação do Governo da República ou de fundos comunitários. Vamos aguardar por isso. -----

Entretanto, a Rua Ruy Faleiro: temos uma solução que é uma solução eletrónica que permite que os carros de grande porte e de largura não compaginável com aquela via possam circular alternadamente e não enganchem um no outro como às vezes, infelizmente, acontece. Isto está para muito rápido. Já devia estar. Infelizmente ainda não está, mas vamos concretizar essa ideia.”

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Antes de começar no tema, quero apenas fazer aqui um aparte. Saudar e reconhecer a humildade do Senhor Deputado Lino Torgal. Diria que algumas pessoas que nos acompanham *online* se questionam porventura se a Serra existiria não fosse o nosso Membro desta Assembleia, o Senhor Lino Torgal, e, portanto, saudar a humildade da sua intervenção. -----

Quero começar por realçar e destacar a oportunidade e a substância do debate que foi agendado por iniciativa do Partido Socialista numa Assembleia Municipal temática para discutir expressamente a questão das acessibilidades à Serra da Estrela. -----

Percebemos desse debate, depois de todas as intervenções da Câmara Municipal, dos Senhores e Senhoras Deputados Municipais e dos nossos convidados, que é um tema antigo, que a todos preocupa, que não tem nenhuma bala de prata para ser resolvido e também não se espera que seja este debate que resolvesse o problema. -----

Apesar disso, compreende-se que tem várias abordagens, tem vários aspetos a ser considerados e desde logo, a experiência que a compatibilização da experiência de quem acede ao nosso território para efeitos turísticos ou profissionais, quaisquer que eles sejam, e a preservação da qualidade do ambiente, como muito bem já aqui foi salientado também pela Senhora Deputada Mónica Ramôa. É que, de facto, um dos aspetos principais da nossa Serra da Estrela e que nos distingue todas as outras é a qualidade do Parque Natural e do ambiente e da natureza do espaço que temos para a nossa disposição. -----

Obviamente que ela constitui um diamante em bruto, como se costuma dizer. Ela tem que também ser compatibilizada com aquilo que é a utilização do ser humano e aquilo que são as necessidades de desenvolvimento das sociedades, com a consciência clara que, de facto, a preservação ambiental e a preservação da qualidade da nossa Serra é a pedra de toque e sem ela todo o potencial económico desaparece. -----

Percebemos então que é preciso intervir em várias áreas, desde logo do ponto de vista das infraestruturas, da qualificação das infraestruturas. É preciso, de facto, melhorar a qualidade do acesso da Nacional 339, sobretudo a questão das bermas e, sobretudo, a questão do piso. Não me

parece razoável ou exequível o alargamento da estrada. Nem me parece que venha cumprir aquilo que é o objetivo inicial que salientei, que é preservar o património natural. Tudo o que sejam autoestradas construídas na nossa Serra desvirtuam e desqualificam a nossa Serra e, portanto, não me parece que isso seja uma solução. Mas é facto que temos que qualificar as bermas, temos que garantir que as estradas estão limpas, que estão o mais acessível possível sobretudo em período de Inverno. -----

Mas parece-me também que é necessário olharmos para meios alternativos de acesso, como sejam as telecabines, como sejam o transporte público também a talhe de foice, regularizado e implementado pelo Executivo da Câmara Municipal do Partido Socialista, mas que é porventura necessário ser intensificado e que faz sentido, como diz a senhora Deputada Mónica Ramôa, a ser articulado entre os municípios do Parque Natural da Serra da Estrela de maneira a que haja aqui um serviço público de transportes que permita interligar os principais polos cívicos sociais, digamos, populacionais do Parque Natural da Serra da Estrela. -----

Depois, é preciso também perceber a alternativa e a condição para a acessibilidade e mobilidade suave que já hoje existe (e permitam-me que discorde da perspetiva do PSD que a alternativa e a solução possa passar pela construção de uma infraestrutura dedicada que permita a circulação pedonal ou ciclável). Ora, já hoje, e por iniciativa deste Executivo Municipal, foram construídas dezenas ou centenas de quilómetros de trilhos de percursos que já anteriormente a estes existiam, porque desde sempre as pessoas da Covilhã e da região acederam à Serra caminhando e portanto, esses trilhos já existiam. No fundo, aquilo que este Executivo Municipal fez foi qualificá-los, marcá-los e certificá-los na Federação Portuguesa de Trilhos e, portanto, aquilo que estamos a fazer é um pouco essa proposta que o PSD nos trás que é dar condições para que aqueles trilhos que já hoje existam tenham condições de circulação pedonal e ciclável. Portanto, parece-me porventura que a construção de um trilho dedicado com a componente tecnológica e eletrificada que o PSD propõe, venha no sentido até de, em certa medida, desvirtuar aquilo que é a natureza ou aquilo que é a excessiva intervenção do homem na nossa Serra da Estrela. -----

Ainda na questão das infraestruturas, é preciso as alternativas, como já aqui falou o Senhor Presidente da Câmara das várias alternativas que existem, começando numa ponta de Verdelhos, das Cortes, de Unhais. É preciso olhar para elas de maneira a que não transformem a Serra da Estrela, não desvirtuem a Serra da Estrela, mas permitam, de facto, a melhoria da acessibilidade e a qualidade da experiência para as pessoas que aqui circulam. -----

Em suma, muito trabalho temos para fazer. É preciso que haja espírito aberto e é preciso que haja consciência que o fator principal de abordagem das acessibilidades é sempre a preservação da qualidade da natureza, da Serra da Estrela e do património natural que temos, que excessivamente humanizado, se desvirtua e perde a sua atração.” -----

- **Lino Fernandes Torgal (PPD/PSD):** “Também gostaria que houvesse alguma humildade quando, passados dez anos de estar à frente do Município, que o atual porta-voz da Câmara Municipal não tenha a humildade de reconhecer que hoje ainda temos mais de metade das Penhas da Saúde sem saneamento básico. Portanto, também lhe pedia que tivesse alguma humildade para reconhecer que até agora foi feito muito, muito pouco.” -----

--- A proposta apresenta pelo PPD/PSD "**Acessibilidades à Serra da Estrela**" foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por maioria com 13 votos a favor (PPD/PSD, CDS-PP, Movimento "Covilhã Tem Força" e as Juntas/Uniões de Freguesia Ferro, Peraboa, Tortosendo, Barco e Coutada e Peso e Vales do Rio) e 27 abstenções (PS, CDU – PCP/PEV e DMI's)**. -----

Não votou o Senhor Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes por não se encontrar presente na sala. -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV):** "O PCP absteve-se nesta proposta porque consideramos que, apesar de ter aqui algumas obras de beneficiação que são necessárias, consideramos que vai contra aquilo que preconizamos e defendemos como mobilidade para a Serra da Estrela e porque esta incentiva o automóvel na Serra, coisa que achamos que não deve acontecer. Também porque consideramos que, principalmente o ponto dois, é um ponto que carece de bastante estudo para que possa ser feito, consideramos nós." -----

3.3 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, após cumprimentar todos os presentes e "também quem à distância nos acompanha e que tem, e de que maneira, a oportunidade para ver e ouvir quem fala, quem faz, quem concretiza e quem diz que não concretiza. Mas depois, quem vive nos respetivos sítios onde as coisas se referem, o poderá comprovar e não por meras declarações aqui feitas. -----

No que diz respeito a esta informação escrita, queria colocar particular ênfase na Educação, designadamente no que diz respeito às infraestruturas, aos equipamentos informáticos, ao material didático, ao mobiliário escolar e dar nota de que aquilo que aqui se disse hoje, nem de propósito, e se diz noutros sítios e noutras ocasiões, não tem adesão à realidade no que diz respeito às concretizações que já levámos a efeito, estamos a levar a efeito e vamos levar a efeito, tendo como pano de fundo que a nossa missão é assegurar uma educação eficaz, uma educação integral, inclusiva, por uma comunidade escolar ativa, com infraestruturas adequadas e que abram parênteses para dizer que não temos a veleidade nem a pretensão de achar que tudo é feito ao rigor. É feito com aquilo que é possível fazer sempre orientados tecnicamente. Não é o Presidente da Câmara, nem os políticos que compõem o Executivo, embora três deles tenham especial apetência, por razões profissionais, por estas matérias, mas quem do ponto de vista da

engenharia, da arquitetura e com conhecimentos também nesta área possa conjugar e congraçar as duas agendas – a das infraestruturas com a agenda escolar – com aquilo que pretendemos. ----

Pretendemos uma comunidade escolar ativa com infraestruturas adequadas e sustentada em planos pedagógicos que permitam educar os nossos jovens como cidadãos criativos, como cidadãos independentes, científica, técnica e civicamente qualificados, bem apetrechados, capacitados para exercerem ativamente a sua cidadania, as suas profissões e a sua formação futura, aliás hoje a formação é ao longo da vida, sempre o foi, mas hoje mais do que nunca. -----

E é partindo deste pressuposto que vos quero dizer e dar nota daquilo que já se fez até hoje. Quem porventura tenha ouvido alguns e/ou algumas das Senhoras e Senhores Deputados Municipais, podia ficar aqui a ideia de que este Executivo ou os Executivos a que tenho tido a honra de presidir nada fizeram em prol das infraestruturas de educação quando, na verdade, não é para gáudio pessoal, nem político, mas são factos e os factos é que desde o 25 de Abril nenhum Executivo na Covilhã investiu tanto neste domínio da Educação como nós. -----

Os factos estão à vista e só para avivar a memória de muitos dos presentes e de alguns que estão à distância, e para sublinhar aquilo que já fizemos neste domínio por banda de quem usufrui ou já usufruiu ou poderá vir a usufruir destes equipamentos, quero lembrar que, obviamente e é curioso, olho aqui para as notas que tomei a este propósito e vejo que a primeira receção provisória de uma obra feita neste domínio é de 2015 e é fácil de perceber toda a gente sabe o que é que fizemos durante o primeiro mandato, que foi fazer aquilo que era absolutamente urgente, premente e um pouco mais do que isso porque não tínhamos dinheiro e tínhamos que sanear e sair da zona vermelha em que nos encontrávamos para podermos respirar. -----

Assim que o pudemos fazer, assim que tivemos uns tostões, como se costuma dizer em linguagem popular, e assim que pudemos também aceder a fundos comunitários porque, para se aceder a fundos comunitários, é preciso ter dinheiro (não basta o que lá vem de fora porque há sempre uma componente que temos que pagar), vou aqui apenas dizer que são cerca de 30 intervenções que fizemos. Estou a falar das grandes. Não estou a falar de coisinhas de manutenções. Estou a falar de grandes intervenções: obras de ampliação da Escola EB1 do Rodrigo e a reabilitação da cobertura do edifício anexo (2015); Obras de requalificação do Jardim de Infância do Canhoso – Arranjos Exteriores (2019); Obras de requalificação e apetrechamento de escolas do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas do Teixoso, EB1 do Teixoso - atenção que quando falo nestes anos estou a falar de quando se deu a receção provisória da obra -; Obras de requalificação e apetrechamento de escolas do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas Pêro da Covilhã, EB1 de Santo António, EB1 de Rodrigo; Obras de requalificação e apetrechamento de escolas do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas Frei Heitor Pinto, EB1 Montes Hermínios no Tortosendo, Largo da Feira no Tortosendo, EB1 no Dominguiço, EB1 e Jardim de Infância de Unhais da Serra, EB1 e Jardim de Infância do Paul; Obras de requalificação e apetrechamento de escolas do 1.º ciclo do Agrupamento de Escolas “A Lã e a Neve”, EB1 do Canhoso, EB1 e Jardim de Infância dos Penedos Altos (embora este também esteja aqui no radar para o futuro porque foi apenas uma intervenção menos impactante); Obras de requalificação e apetrechamento de jardins-de-infância, Jardim Infância do Canhoso; Obras de requalificação do Pavilhão Gimnodesportivo da Escola Básica 2/3 Ciclos do Paul; Obra de requalificação do edifício da Escola Secundária Frei Heitor Pinto; Aquisição de serviços de fiscalização (isto vem à margem – não tem que ser aqui referido); Obra de construção de muro de

vedação na Escola EB1 do Peso; Obras de conservação do Muro de suporte da escola do Dominguizo; Obra de remoção de fibrocimento na Escola Pêro da Covilhã, também a remoção do fibrocimento em São Domingos, remoção de fibrocimento em Vila do Carvalho, remoção de fibrocimento na Escola Básica n.º 2/3 do Teixoso; Obra de obras de requalificação do campo de jogos da Escola Básica n.º 1 de Verdelhos; Obras de requalificação no Agrupamento Pêro da Covilhã – Escola Sede; Obras de requalificação na Escola Secundária Quinta das Palmeiras; Obras de requalificação da Escola EB 2/3 do Teixoso; Obras de requalificação da entrada do parque de estacionamento da Escola C+S de São Domingos. E sabem de quanto é que estou a falar deste elencar de obras que acabei de fazer, que são reais? Não são fictícias, não são ficção científica, não são quadradas nem redondas no discurso porque isto não é nenhum discurso. São factos. Estou a falar-vos de 6 milhões €. Passa um bocadinho. Portanto, dizer-se que este Município não investiu em infraestruturas logo que pôde, um Município que estava profundamente endividado e consegue estas obras, sinceramente! -----

Mais ainda – não ficámos por aqui porque investimos 700.000 € em mobiliário escolar, em material didático e em equipamento informático. 700.000 €! Portanto, já vamos em 6.700.000 €. Quase 7 milhões € e a previsão e investimentos a realizar são mais 5 milhões. Portanto, contamos chegar ao final com 11 milhões ou terminados, em curso ou quase a terminar, com 11 milhões €. Estamos a falar da Campos Melo. Temos a expectativa que a obra possa começar lá para o Outono: da EB2/3 do Paul; do Jardim de Infância dos Penedos Altos porque carece de uma intervenção bem profunda; da EB do Canhoso que já hoje aqui foi falada; da Escola de São Domingos; e os restantes estabelecimentos de baixa frequência. E portanto isto para vos dar nota que estamos a falar de mais 5 milhões €. Para vos dizer, portanto, que quem investe 6.700.000 € em tão poucos anos é porque efetivamente quer, deseja e concretiza. Não são sonhos, não são promessas, nem compromissos. São realidades já efetuadas, já consumadas. -----

Se me disserem que estou satisfeito, não. Daí que ainda tenhamos aqui mais caminho para andar, mais 5 milhões para fazer onde obviamente estão algumas que também acabei de não elencar e que, se se proporcionar, podemos ainda ir mais além do que isto. Aliás, hoje mesmo vem aí uma intervenção numa escola da União de Freguesias de Peso e Vales do Rio. -----

Não paramos. Estamos em constante atuação. Continuamos a trabalhar. Portanto, quem quer fazer passar a imagem de que o nosso Executivo não intervém, não faz e não concretiza, quem vive nestas localidades, quem ensina nestas escolas, quem lá está sabe que efetivamente foram feitas estas intervenções. -----

Obviamente que alguns poderão objetar “há lá um sítio, há lá uma esquina,...”. Ouvi aqui há dias o caso do Dominguizo. “Há uma esquina que tem lá um bocado de humidade.” Pois tem, obviamente. As obras têm que se ir mantendo e tem que se intervir para se manter. Mas isso é manutenção e a manutenção não pode ser descurada, obviamente, mas as grandes intervenções já estão feitas e vamos continuar a fazê-las. É assim que queremos continuar a governar a Covilhã, nestes e noutros domínios.” -----

--- Seguidamente, foram intervenientes os Deputados Municipais: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio):** Após cumprimentar todos os presentes, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara dando-lhe “os parabéns e dizer que sim, de facto, esta Câmara Municipal fez um investimento muito grande na Educação. Mas há sempre um “mas”. E o “mas” é a Escola de Vales do Rio, onde continua a chover lá dentro. É um problema identificado. É um problema que sei que os serviços estão a tratar. É uma urgência resolvê-lo antes de começarmos as aulas em setembro porque, com toda a certeza, não podemos continuar a funcionar daquela forma. -----

Assim como o mobiliário dessas respetivas salas que também deve ser adequado e tratado como é o mobiliário das restantes. Isto passa-se no Peso e passa-se em Vales do Rio. -----

Temos uma boa notícia: é que no Peso vamos ter mais uma sala, ou seja, as coisas estão a correr bem e vamos ter duas salas de aula, que não tínhamos. Estávamos só com uma onde estava o 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano e, neste ano que vem, vamos ter então as duas salas abertas. É uma boa notícia, mas é mais um problema porque estávamos a utilizar a sala para servir as refeições e, tendo a cantina escolar fechada, portanto vamos ter que abrir a cantina escolar que, como o Senhor Presidente e o serviço sabem, tivemos que retirar os painéis solares porque ia caindo o telhado. Portanto, também é uma urgência. Acho que o serviço tem essa situação identificada e com certeza que não irá ser preciso muito dinheiro para resolver o assunto. -----

Agradecer também porque não podemos só pedir, mas também temos que agradecer quando as coisas são resolvidas e apesar do Senhor Presidente dizer que as obras não são para se agradecer porque é a nossa obrigação, de facto é a nossa obrigação, mas também é importante marcar e dizer o que é feito e, se isso é bem feito, temos que o aqui afirmar. É o caso de um problema que se tem vindo arrastando há alguns anos, que era a resolução das casas de banho do jardim-de-infância do Peso. Foram já objeto de aprovação do protocolo no Executivo da Câmara Municipal e agora vai ser aqui votado na Assembleia Municipal para que a Junta de Freguesia possa, ao abrigo deste protocolo, resolver essa situação com o apoio da Câmara Municipal. Foi a própria Junta de Freguesia que fez o projeto e também que fique aqui claro porque apresentamos o problema, mas também apresentamos a solução. -----

Agradecer também o apoio que permite que brevemente seja aberto o Centro Interpretativo do Brulhão em Vales do Rio, uma obra que foi muito solicitada pela população, onde possivelmente muita gente vai ficar admirada com o que lá está porque foi, de facto, uma recuperação muito bem-feita. Os projetistas fizeram um grande trabalho, apesar do custo que foi elevado, mas é a situação que temos no mercado atualmente em que as obras disparam completamente os valores que são previstos nos orçamentos e depois, derivado ao tempo de aprovação das candidaturas, é sempre complicado. É uma obra financiada pelo PDR 2020. Portanto, vamos ter que executá-la toda até ao fim do mês de julho e com esta solução já ficou o assunto tratado. É só marcarmos a abertura que espero que seja feita ainda antes do mês de agosto. -----

Passa-se também o mesmo em relação ao mercado local do Caboco, no Peso, em que foi feito um investimento na ordem dos 80.000 € em mais equipamentos e que vai proporcionar às pessoas que lá vivem no Peso e que têm as suas pequenas hortas irem ali escoar os seus produtos e mostrar que temos qualidade nos pequenos agricultores e que podem ali também a fazer a venda e a troca de alguns produtos. Iremos ter também alguns mercados temáticos durante o ano, portanto, mais

uma obra que foi apoiada pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia e que também queremos agradecer. -----

Como lhe disse, é aquilo que achamos que era essencial fazer nestes 12 anos. Trabalhamos durante 12 anos em conjunto com a Câmara Municipal e com o atual Executivo e acho que cumprimos cerca de 80% daquilo que estávamos à espera para fazer. -----

Para terminar em beleza e porque não quero deixar passar aqui essa parte, atualmente na União de Freguesias de Peso e Vales do Rio deve estar a ser feito o maior investimento a nível das IPSS's no Distrito de Castelo Branco. Temos dois lares a ser construídos. Estamos a falar num valor na ordem dos 4 milhões € e essas duas IPSS's precisam, como é evidente, do apoio da Câmara Municipal dado que o PRR apenas financia 55% daquele valor daquelas obras que estão ali a decorrer. Além disso, ainda falta o recheio daquele equipamento. Não quero que aconteça aquilo que estamos a prever: termos as obras concluídas e depois não termos o equipamento propriamente dito a funcionar, ou seja, não termos as camas para os nossos idosos que são tão necessárias e que ali podemos resolver o problema de 56 pessoas. -----

Senhor Presidente, deixo-lhe aqui e sei que tem o compromisso connosco de, para antes do Verão, antes do mês de agosto, tentarmos fazer uma reunião e resolvermos esta situação das duas IPSS's para que ambas as direções continuem a trabalhar em prol da parte social de cada freguesia e que tão bom trabalho tem feito." -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** Após cumprimentar todos os presentes, fez a seguinte intervenção: *"A 26ª Edição do Lês a Lês, prova motociclista organizada pela Federação de Motociclismo de Portugal, atravessou Portugal, ligando Portimão a Penafiel em três etapas. -----*

No passado dia 8 de junho de 2024, 2000 participantes em 1800 motas visitaram o Concelho da Covilhã e a Freguesia da Boidobra, passando pela Rua do Centro Paroquial, onde estão instaladas lombas redutoras de velocidade realizadas pelos serviços camarários, removendo as "normalizadas", anteriormente existentes. -----

Transcrevo a V. Exa. reclamações recebidas na Junta de Freguesia a propósito de acidente ocorrido provocado pelas lombas, que relembro, já foi objeto de um abaixo-assinado subscrito por cerca de 600 pessoas, residentes e não residentes. -----

"Ao participarmos no evento, lês a lês que percorre as principais vias secundárias de norte a sul do país, no qual este ano dia 8 de junho de 2024 passou pela Boidobra. -----

Ao passar praticamente parado, a minha moto ficou presa na lombas, cai para o lado com a minha mulher e outro casal amigo que estava ao nosso lado e que também tombaram. -----

Ficamos os quatro com escoriações, poderia ter um desfecho pior, nem quero sonhar se tal acontecesse ou de qualquer forma influenciasse a minha família ou dos meus companheiros." -----

"Fomos visitantes da Freguesia de Boidobra, Covilhã, e dirijo este mail a V. Exas., porque lamentavelmente a visita não foi agradável, uma vez que as Lombas Redutoras de Velocidades em Boidobra, fizeram com que dois casais de amigos nossos caíssem e ficassem com prejuízos nas suas -----

motas, será curioso contar que eles atravessaram a lomba tão devagar que ficaram presos por baixo e caíram para o lado. -----

Pretendo com este email informar e solicitar aos Senhores Presidentes, que está aqui em causa a ALTURA EXCESSIVA da lomba e o incumprimento da mesma, pois tudo isto está devidamente regulamentado (Regulamento n.º 436/2016, de 9 de maio, assim como a nota técnica de instalação e sinalização de lombas redutoras de velocidade, entre outras). -----

Pelo exposto, solicito a V. Exas, que se dignem a cumprir a legislação em vigor, pois enquanto autarcas eleitos pelo povo, deveriam ter o cuidado de dar o exemplo, zelando pela segurança de quem ali mora, mas também por quem ali passa. -----

Finalizo com a seguinte nota, ao fim de mil e muitos quilómetros que foram de Portimão a Penafiel, passando por muitas vilas, localidades e cidades, lamentavelmente só aqui presenciamos uma situação triste como esta.” -----

Eu já aqui falei neste assunto e o Senhor Presidente já aqui afirmou "temos de resolver esse problema". Pergunto-lhe uma vez mais: Quando?" (Doc.10) -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo):** Iniciou cumprimentando todos os presentes e referiu que “não quero deixar passar esta oportunidade para saudar a Câmara Municipal pela organização, uma vez mais, do Inter freguesias que junta as Freguesias do Concelho em clima de festa. Mais do que um torneio, há um clima de festa que se vive na parte desportiva. -----

Também dizer-lhe que foi com satisfação que vimos que já está em fase de conclusão a instalação de um parque infantil que tantas vezes me aqui trouxe e levou a intervir nesta Assembleia Municipal. Portanto, Senhor Presidente, para facilitar a vida à Câmara Municipal e porque há um segundo parque infantil acordado entre a Câmara e a Junta, já fizemos chegar o orçamento e a localização para que ainda este ano possamos contar com esse segundo parque infantil que, diga-se, que o Tortosendo tinha 14 parques infantis e entendemos acabar com esses 14 parques infantis e passar a ter dois bons parques infantis na nossa Freguesia. -----

Também agradecer o facto de, na última reunião de Câmara, ter sido deliberado por unanimidade, agradecer à Câmara Municipal e a todos os Vereadores a aprovação do apoio à Rota dos Lavadouros, um projeto do PDR 2020, o que nos dá uma garantia de conclusão até ao final deste ano dessa intervenção e nos permite avançar de melhor forma para a intervenção que está a ser feita também no futuro Parque da Vila e em breve faremos chegar um pedido de apoio para a requalificação da Piscina do Tortosendo. -----

Gostaria de perguntar qual o ponto de situação, na Estrada Nacional n.º 18, da rotunda que está prevista de ligação ao Parque Industrial junto ao Parkurbis. -----

Verifiquei que foi lançado o concurso para fiscalização das obras do futuro posto da GNR do Tortosendo. Perguntava se já há visto do Tribunal de Contas e, em caso afirmativo, se já há data prevista para o início das obras do tão desejado posto da GNR do Tortosendo. -----

Uma coisa que nos tem preocupado à Junta de Freguesia, também às associações da nossa Freguesia, é a falta de resposta por parte da Câmara Municipal da Covilhã, e quando digo falta de resposta é a falta de um sim ou de um não, aos pedidos de apoio ao nível de transporte para

atividades fora do concelho. Dou-lhe, a título de exemplo, na próxima semana temos 26 pessoas que irão representar a nossa freguesia. São duas equipas do Unidos do Tortosendo que se vão deslocar pela primeira vez numa atividade internacional. Pedimos apoio e é o único apoio que está a ser solicitado à Câmara da Covilhã com o transporte para o aeroporto. A uma semana dessa atividade não há uma resposta e a Junta de Freguesia fez chegar à Câmara Municipal a possibilidade de esse apoio vir através de uma delegação de competências. -----

Naturalmente, saudar a Câmara Municipal pela iniciativa “Marchas da Cidade da Covilhã” e já tive a oportunidade de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que deve ser revisto o apoio dado a todos os participantes porque, ao contrário daquilo que foi feito crer em que houve um aumento do apoio este ano – os participantes passaram de 4000 para 4500 -, mas este ano a Câmara Municipal deixou de apoiar o transporte dos participantes. A Junta de Freguesia assumiu um encargo de 675 €, o que quer dizer que o apoio, por exemplo, à nossa marcha foi inferior ao ano de 2023. Este apoio deve ser reforçado porque estou em crer que todos os participantes gastam muito mais do que aquilo que a Câmara Municipal está a apoiar porque é uma iniciativa louvável e que traz milhares de pessoas à rua e estão de parabéns por essa organização. Não quero deixar passar em claro, e aproveitar a presença do Senhor Vereador José Miguel, que desde janeiro até ao último dia da marcha teve uma presença assídua, dia a dia, sempre preocupado com o andamento destas marchas. Portanto, também dar os parabéns à forma como o Senhor Vereador esteve presente nesta iniciativa que são as “Marchas Populares Cidade da Covilhã”. E não é necessário perguntarem ao Tortosendo se quer participar em 2025 porque efetivamente contem connosco para a próxima edição. -----

Tivemos conhecimento pela Comunicação Social da suspensão da Creche no Parque Industrial do Tortosendo. Pergunto se algum privado contactou a Câmara Municipal no sentido de poder abraçar esse investimento porque o que nos chegou é que pode haver a iniciativa privada de IPSS's do nosso Concelho interessadas nesse investimento. -----

Porque falamos em creche, há um investimento previsto de cerca de 70.000 € que já anda aqui para ser executado há meia dúzia de anos, se não estou em erro, que é as obras de recuperação do jardim-de-infância “Ovo Mágico” no bairro do Cabeço. Gostaria de saber para quando essa intervenção. -----

Do Bairro dos Descabelados, houve aqui o compromisso que, até ao final do ano, haveria uma intervenção nesse bairro. Em janeiro de 2021, perguntámos à Câmara se podiam fazê-lo através da delegação de competências e até ao presente não temos qualquer resposta. -----

Foi apresentado há cerca de um mês, no Tortosendo, o projeto “Quilómetro Zero”, um projeto de dinamização turística, dinamização de todos os percursos do Concelho da Covilhã e não só da Freguesia. Houve uma reunião com o Senhor Vereador José Miguel. O projeto, para avançar, há a necessidade de adquirir seis vagões à Medway, vagões esses que estão para ir para o ferro velho. Já fizemos chegar o orçamento desses vagões e é um projeto ambicioso, mas sem este pontapé de saída que é a aquisição de seis vagões a serem instalados neste projeto “Quilómetro Zero” na nossa Freguesia, poderá cortar, desde o início, este investimento. -----

Sabemos que está previsto também um investimento no Centro de Saúde da nossa Freguesia. Houve uma questão que colocaram à Junta de Freguesia que não soubemos responder que é se

está para breve essa intervenção no Centro de Saúde do Tortosendo e, porque parece que são obras que podem baralhar ali o dia-a-dia, se eventualmente o Centro de Saúde estará encerrado algum dia e se está encontrada alguma solução alternativa para que ele funcione. -----

E porque já hoje tanto se falou do 25 de Abril, gostaria de saber se a Câmara Municipal já reconsiderou a decisão de não apoiar as nossas iniciativas porque são iniciativas que estão a decorrer ao longo do ano na nossa Freguesia. Já reconsiderou ou não o pedido de apoio da Junta de Freguesia do Tortosendo?” -----

- **Dr. Gilberto Miguel Fortuna Melfe (Ferro):** Após cumprimentar todos os presentes, iniciou agradecendo “o facto de ter sido levada à última reunião de Câmara o Protocolo do Parque das Oliveiras. Finalmente, parece que vamos ter a obra concluída. Uma obra que já andava há cerca de dez anos para ser concluída. Era algo que toda a Freguesia queria e agradecer o facto de já ter sido aprovado e agora iremos fazer a obra. -----

Em segundo ponto queria saber, e obviamente que esta também é importante, já tive a oportunidade de mencionar, a nossa estrada é sem dúvida a obra mais ambicionada por toda a nossa Freguesia, tanto Ferro e Peraboa. Saber se já havia também previsões de início da obra, em que fase é que está a obra. -----

Em terceiro ponto, era qual a previsão de o posto de carregamento automóvel da Freguesia estar em funcionamento. Sei que já há freguesias que já os têm operacionais. No Ferro ainda não está e era para saber qual é que era o ponto de situação. -----

Por último, o alcatroamento do Beco da Quinta de Madeira. Estamos a falar de uma extensão de cerca de 200 metros que ficou para trás. Agora que já tem infraestruturas, era também para saber em que situação é que isto estava.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força”):** “Senhor Presidente, já tem tanto para responder que eu atrevo-me a dizer que também vou tentar só colocar-lhe aqui três questões porque, efetivamente, temos também que ter esta agilidade. -----

As três questões que lhe colocava eram as seguintes: -----

- 1.^a Todos falamos realmente da cidade estrangulada no que diz respeito à mobilidade e no que diz respeito ao trânsito. Acho que é visível a todos. E agora que entramos nesta época sem aulas, a questão que colocava é se efetivamente há algum estudo feito, se há algo previsto no que diz respeito realmente ao trânsito para que o mesmo possa voltar a uma certa e a uma determinada normalidade a que nos habituámos e que faz todo o sentido para o normal dia a dia dos Covilhanenses; -----
- 2.^a O TCT está como está. O TCT, neste momento, desemboca inclusivamente na Covilhã, no centro da Covilhã. Se calhar pensarmos na alternativa da Estrada Nacional, não sei o número perdoe-me, mas que é junto ao Tomás Terrace, em que efetivamente houvesse essa via de ligação nova. Acho que tem todas as condições para ser feita, quer com via pedonal, quer com ciclovia, quer com tudo aquilo que andamos sempre a reclamar. A Covilhã devia ter essa ligação. Se calhar por ali podia efetivamente acontecer, até porque

no que diz respeito ao Parque Industrial do Tortosendo se calhar também era uma mais-valia. Deixo esta nota de que se poderia hipoteticamente pensar nessa solução para a nossa Covilhã; -----

- 3.ª Perdoar-me-á só esta última dica que não é por bairrismo, mas tem que ver com o local de residência que se chama Tortosendo onde também costumo andar e as pessoas, quando nos veem na rua, nos interpelam e continuam a falar da estrada dos Montes Hermínios. Às vezes também gosto de ser muro de lamentações e, por isso, manifestamente e desta vez para não ser só o Senhor Presidente da Junta porque também, volto a dizer, vou ouvindo isto no meu normal dia a dia, se é que efetivamente já há aqui alguma previsão em resolver essa situação. -----

Outras coisas teria para dizer, mas vou poupá-lo porque já tem tanto para responder. Direi noutro dia.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV):** “Disse na minha intervenção, na parte do debate temático, quando propusemos a questão das instalações do 1.º ciclo, que não vínhamos aqui discutir quem é que gastou, o que é que gastou mais e gastou menos. Aquilo que quis trazer a debate e partilhar com a Câmara Municipal e com a Assembleia Municipal é a questão da metodologia de intervenção nos edifícios escolares, se estamos a intervir resolvendo problemas e dando resposta às necessidades sentidas pela escola e de acordo com o seu projeto educativo ou se estamos a intervir por intervir e os problemas continuam a existir. -----

Depois era a questão dos equipamentos que não funcionam (muitos deles). Não estou a falar porque não vivo lá, mas tenho relacionamento, fui lá, desloquei-me e questionei. Portanto, se não há rede elétrica com potência suficiente, não há computadores que funcionem, nem há rede de dados que funcione. É só isto. -----

Portanto, a questão é garantir o funcionamento daquilo que é essencial para o normal funcionamento da escola. -----

E depois é a questão da necessidade do espaço para as novas áreas que são definidas para a escola e que a escola tem que dar resposta na área das expressões, físico-motora, etc. -----

E o serviço de refeições? Continuamos a ter as escolas a servir refeições às crianças em espaços adaptados. -----

São estas questões que quis trazer. Não quis trazer se a Câmara gastou 13 milhões no Frei Heitor Pinto e mais 3 milhões no resto. Sabemos bem porque é que vêm os 3 milhões e o resto tem a ver com a delegação de competências na área da educação. -----

A verdade é que também faltam creches. Há uma grande percentagem de pessoal não docente em situação precária, como sabe. Sabe isso melhor do que eu. Sei que, e foi aqui referido pelo Deputado Fernando Pinheiro e muito bem, é necessário ocupar os lugares que, de facto, são lugares que são necessários e dar formação a quem vai ocupar esses lugares. -----

Queria colocar questões relacionadas com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Desportivo. Mais aqui um plano que era necessário neste momento, penso eu, avaliar. O que é que já se concretizou? Já se fez o pavilhão desportivo previsto para a Boidobra? Em que fase é que se

encontra o conjunto de equipamentos que estão definidos no Plano Estratégico como medidas a desenvolver para, digamos, a tal formação desportiva e o desenvolvimento desportivo no concelho? Aquilo que verifico é que existem vários eventos centrados na Covilhã, mas vejo o resto do Concelho um bocado deserto. Portanto, não vejo uma estratégia, mesmo na área do desporto, que seja abrangente em termos de Concelho. -----

Na Estratégia Local de Habitação, verificamos que, de acordo com a informação, existem concursos desertos. Senhor Presidente, se os concursos são desertos, das duas uma: ou o preço base é de facto muito baixo e as empresas não agarram ou não temos empresas. Não acredito que não existem empresas capazes de agarrar obras. Possivelmente não agarram as obras porque o valor base é aquilo que é. -----

Depois da informação, fiquei preocupado: a Câmara tem em contencioso mais de 50 processos em contencioso! Há contencioso ali do Tribunal Administrativo Fiscal, há contencioso do Ministério Público. Que contencioso é esse? Quais são os assuntos, afinal de contas, em que o Ministério Público desenvolveu um processo contra a Câmara e em que a Câmara é réu? Não conhecemos o assunto, nem o tema, o por quê! -----

A questão da fatura da água e quanto à questão do saneamento – Não vamos esquecer que o Senhor Presidente da Câmara disse que resolvia esse problema. Penso que já o disse há quase um ano, mas penso que era importante e seria uma boa notícia que, de facto, a questão da taxa de saneamento, que é uma componente da fatura, fosse de facto resolvida e fosse reduzida assim, no global, a fatura. -----

Depois a questão da requalificação das estradas que já aqui colocámos. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ferro colocou a questão da estrada de Ferro – Peraboa. Em que fase é que está? Casegas – Sobral? Pampilhosa, como já aqui foi referido na última Assembleia, em que fase é que afinal está? O Senhor Presidente da Câmara disse que quer fazer, mas não nos disse se está em fase de projeto, se está em fase de concurso, ... Portanto, a intenção existe, mas não nos disse quando. -----

Já agora, a questão da situação da transferência da exploração da rede de água de Cortes do Meio – Unhais – Erada. É de conhecimento que existe um diploma que afirma, diz ou estatui que, a partir de janeiro de 2024, iria ser feita a transferência da exploração de água, mas tem condicionantes e é na base mais das condicionantes que estão previstas que gostaria de ter a informação. -----

Depois o posto da GNR do Paul, a requalificação – Deixou-se de falar do posto da GNR do Paul e de Unhais da Serra, da sua requalificação. Não sei se isso está para cair no esquecimento ou se, de facto, existe a intenção real de a resolver esse problema e é de requalificar os dois postos.” -----

- **Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP):** “Começo por dar os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara Municipal por termos cada vez uma informação escrita mais completa desde dezembro de 2021 e portanto há dois anos e meio que em todas as Assembleias em que intervenho falo nisto. Justiça seja feita também à bancada do PCP que fez sempre exatamente o mesmo, e tínhamos razão. Temos hoje uma informação que nos permite um pouco mais perceber o que se faz e o que acontece. Quanto aos processos em contencioso, e como o Senhor Deputado Reis Silva

acabou de falar, nunca tivemos qualquer informação sobre ela, apesar de ser constantemente pedida e, afinal, havia e era relevante, como ainda há pouco foi aqui mencionado. -----

Assimela atrás de Assembleia, tivemos ou uma desinformação total por causa dos Advogados e por causa do sistema informático, ou uma informação tão parca que se resumia a reclamações dos senhores munícipes que queriam entrar no Teatro Municipal e eram barrados porque o espetáculo já tinha começado. Afinal, havia contencioso bastante mais relevante do que essas reclamações. -

Continuamos é sem ter na informação escrita matéria muito relevante, que é a matéria sobre as empresas municipais. Está toda a gente muito preocupada em poupar tempo ao Senhor Presidente. Não estou preocupada porque sei a sua resposta quanto a isto. Não lhe vou roubar tempo nenhum porque a resposta vai ser “Senhora Deputada, não há nada a esconder.” O que é certo é que, desde que este mandato começou, nenhuma das informações escritas apresentadas pelo Senhor Presidente fala nas empresas municipais e é obrigatório que fale. Portanto, não há nada a esconder, mas é escondido! É a única conclusão possível. -----

Conselho Municipal de Saúde – Nada consta da informação escrita. O Senhor Presidente, na última Assembleia, disse-me que ia haver reunião a 7 de maio. Como já vimos, até também por um dos pontos desta Ordem de Trabalhos, não está tudo bem na saúde do Concelho. Portanto, gostaria de saber se essa reunião aconteceu ou não porque este Conselho Municipal foi constituído em 2022 e reuniu uma única vez para tomar posse. Será esta a importância que é dada à Saúde no Município? -----

Parques infantis – Se bem me recordo, desde dezembro de 2022, e nessa altura foi muito falado aqui até pelos Senhores Presidentes de Junta, que o Senhor Presidente garante que o assunto é prioritário e vai ser resolvido. Pelos vistos, pelo que vejo como cidadã que vive nesta cidade e vai vendo as obras que acontecem e pelo que ouvi hoje aqui, nomeadamente pelo Senhor Presidente David Silva, os parques infantis começaram finalmente a ser requalificados ou construídos e gostaria que nos fizesse um ponto de situação. -----

Também foi aqui falado pelo Senhor Presidente David Silva e foi-lhe questionado se havia ou não conhecimento de algum interesse de um privado em construir uma creche no Tortosendo. O que lhe pergunto é sobre o Canhoso porque todos sabemos, e isso foi tornado público, que havia um privado interessado em abrir uma creche, não no Parque Industrial do Canhoso, mas sim utilizando e arrendando as instalações da Sede da Junta de Freguesia, um espaço que em grande parte está devoluto. Já sabemos que o edifício está nas condições que conhecemos. Já sabemos que no último Inverno desabou o teto. Mas, à parte isso, gostaria de saber se há ou não há interesse de privados em abrir uma creche no Canhoso, nomeadamente usando este edifício, se essas reuniões aconteceram e se esse interesse se mantém ou não.” -----

- **Dra. Vanda Cláudia Raposo Cid Ferreira (PPD/PSD):** “A informação escrita reflete a atividade do Município nos diversos setores da sua governação. -----

Desde a última vez que me coube a mim, em representação do Grupo Municipal do PSD, analisar e avaliar a informação escrita sobre a atividade do seu Executivo, e já lá vão muitas Assembleias, denoto uma evolução de assinalar no documento. Assim, parablenzo a constatação dos erros e o esforço em melhorar substancialmente o referido documento. Neste momento, temos um

documento onde se notou claramente uma preocupação em responder às críticas feitas pela bancada do PSD e do CDS neste Órgão. É também para isto que serve um trabalho responsável da oposição. É também para isto que nos esforçamos em analisar todos os documentos que nos chegam. A crítica sempre e objetivamente construtiva foi, muitas vezes, minimizada pelo Executivo e pela bancada que o apoia que a definiam como meramente destrutiva. Aqui está a prova que somos uma oposição responsável e profissional e, quando assim somos considerados, o resultado em prol do bem comum aparece. -----

Dito isto, não é menos verdade que continuamos a ter no documento lacunas e imprecisões que sugerimos deverem ser alvo de algum cuidado por parte dos serviços municipais. Muitas das atividades não se conseguem quantificar, não têm percentagem de execução e são meramente descritivas, não podendo assim analisar-se o efetivo impacto de certas atividades, tanto ao nível do trabalho do Município como ao nível do verdadeiro impacto na comunidade. -----

Depois de analisado o documento, constatámos a ausência de determinados assuntos de relevante importância pelo que interpelamos Vossa Excelência no sentido de nos esclarecer a esse respeito.

Em junho de 2023, a Transdev informa aos Covilhanenses que, a partir de 1 de julho de 2023, o Plano de Mobilidade da Covilhã entra em implementação integral. Vai fazer (precisamente dentro de cinco dias) um ano, Senhor Presidente, e infelizmente continuamos desde então, a cada Assembleia Municipal, a questioná-lo sobre o Plano de Mobilidade. -----

Um ano passado e ainda não temos as bicicletas elétricas e as trotinetes a circular ao serviço dos munícipes da Covilhã. Assim como ainda está por terminar a instalação dos novos abrigos das paragens dos autocarros e ainda continua encerrado o silo Auto do Sporting. Isto é tudo menos um balanço positivo da principal bandeira deste seu último mandato à frente dos destinos da Covilhã. Tem V. Excelência mais alguma informação a fornecer a esta Assembleia? -----

Dr. Vítor Pereira, bem sei que tem vários problemas a vários níveis: o estado das baterias, por ventura a segurança das vias a que chama ciclovias, mas empurrar os problemas com a barriga não me parece ser a solução. -----

Ainda a respeito do Plano de Mobilidade, quer o Senhor Presidente informar este órgão por onde anda o autocarro elétrico que foi apresentado aos munícipes num evento com toda a pompa e circunstância? Um investimento de 480.000 €. Por onde anda? É que o deixámos de ver a circular na cidade. -----

Voltamos também a verificar que no documento nada é referido no que diz respeito à alteração às normas de funcionamento do Teatro Municipal, principalmente na sua utilização pelas várias coletividades, associações do Concelho, escolas e outras entidades de cariz cultural ou desportivo. O atual modelo continua sem servir os interesses dos munícipes. Será que terá de voltar a aparecer outro videoclipe, como o da Tuna Académica Desertuna que, com a sua irreverência conhecida, faz uma crítica mais que assertiva? -----

Mas nem tudo são más notícias e sublinhamos com agrado que foi implementada a proposta dos nossos Vereadores relativamente ao sentido do trânsito da recente requalificada estrada do Campo da Aviação. No entanto, voltamos a questionar. Esta estrada é uma via de acesso estruturante à cidade. Por que não houve expropriações de terrenos para garantir a circulação nos

dois sentidos? Mesmo só com um sentido, por que houve a necessidade de fazer um passeio com as dimensões atuais? Há zonas em que o passeio é mais largo que a estrada e dificulta a circulação rodoviária! -----

Terminamos a reforçar novamente dois pontos que nos parecem erros grosseiros de gestão. O Senhor Presidente continua a insistir na nomeação de não eleitos, pessoas que não foram eleitas pelos Covilhanenses para o exercício de determinadas funções. E estou claramente a falar da presença na nossa Comunidade Intermunicipal. Por que razão a Covilhã, ao contrário dos restantes municípios, não se vê representada ao seu mais alto nível? Acredito que quem o representa o faz com a maior carga de responsabilidade e compromisso, mas também sei que o peso da presença de um Presidente de Câmara em muitas reuniões pode ser fulcral para a defesa dos interesses do Município. -----

O documento reflete muito mais informação sobre a atividade do Município. No entanto, a informação financeira continua a ser genérica e efetivamente pouco informa e continuamos a não ver qualquer menção aos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades exigidas pela alínea b) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013. -----

Esperamos que, na próxima análise da informação escrita, estes erros estejam corrigidos.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Só uma questão muito breve que tem a ver com a questão da água. Dar os parabéns à Câmara por esta informação escrita. É caso para dizer que água mole em pedra dura tanto bate até que a informação brota! -----

Temos, de facto, vindo a assistir que a oposição, afinal de contas, faz alguma coisa de jeito e exige alguma coisa de jeito. Mas, sobre a questão da água, existem três pontos que me parece que era essencial o Senhor Presidente falar. -----

- 1 - Acho que aquilo que é mais premente, tem a ver com a questão que não é refletida. Já aqui vimos hoje que há muita informação que está recolhida na Câmara e que não sai cá para fora. Quer dizer, neste caso é um caso concreto disso. A questão da transferência da gestão das águas das Cortes, da Erada e de Unhais, por lei, passou a ser feito pela AdC desde janeiro deste ano. Em que ponto é que está? Em que situação? Como é que estas Juntas de Freguesia estão a ser compensadas ou vão ser compensadas nesta matéria? É que ninguém sabe nada! É um facto da gente que é conhecido, mas a verdade é que a Câmara fecha-se em copas e não diz nada. Não sei se estão em negociações privadas, mas isto é uma questão pública que diz respeito a todos os municípios até pelos encargos que isto pode ter também para todos os municípios; -----
- 2 - Não posso deixar de perguntar a questão que já aqui foi referida da Águas da Serra. Em que pé é que estamos? Continuamos sem saber, a pagar e sem saber como é que estamos. Aqui a pergunta é muito simples e muito objetiva. O município da Covilhã é sócio da Águas da Serra. O Município tem participado nas Assembleias Gerais? O que é que tem feito nas Assembleias Gerais desta sociedade comercial? Como é que tem votado os relatórios de contas? É preciso explicar isto às pessoas; -----

3 - A outra questão tinha a ver com a AdC, do célebre braço de ferro, que ou vai ou racha, ou vai a bem ou vai a mal, que o Senhor Presidente já várias vezes disse e até agora continuamos a assistir ao Município a meter água e a não resolver a água.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** iniciou agradecendo “todas as questões que foram aqui trazidas. Relativamente aos aspetos que consideram positivos e que agradecem, reitero que é minha e é nossa obrigação cumprir a missão, mas registo positivamente, como não podia deixar de ser, essa amabilidade ou gentileza. -----

Começando por questões colocadas pelo Senhor Presidente Rui Amaro, diz que há infiltrações. Não há obras perfeitas e por isso é que há garantias e sanções. Obviamente que o Presidente da Câmara o que pede é que os cadernos de encargos sejam sempre muito rigorosos e que, afinal, as obras sejam realizadas de acordo com aquilo que são as boas regras de construção e o cumprimento da lei. Nada mais do que isso. Se há infiltrações, elas têm que ser resolvidas, como não podia deixar de ser. -----

Nem a propósito de algumas questões que são transversais e que aqui foram trazidas, até parece que a Câmara tem prazer em que as obras fiquem desertas, segundo alguns Senhores Deputados aqui referiram. O que qualquer executivo pretende, seja ele Presidente de Junta, seja ele Ministro, seja Presidente de Câmara, é que as obras que se propõem fazer sejam concretizadas, sejam levadas a efeito o mais depressa possível. Portanto, o que pretendemos é conciliar as coisas, que é o preço justo, não colocar no mercado as obras por preços exagerados que prejudiquem o interesse público e, ao mesmo tempo, que quem concorre as faça de acordo com essas regras que falava há pouco. -----

Nem a propósito, um exemplo paradigmático é o do Centro Interpretativo do Brulhão. Como sabe também o Senhor Presidente e é testemunha disso, ficaram desertas as obras e sei que é muito cuidadoso e zeloso naquilo que faz, sei que auscultou o mercado e a verdade é que a obra ficou também deserta, como ficaram desertas também as obras dos cemitérios que só à segunda é que se lá chegou noutras juntas de freguesia. -----

O mercado – A explicação é muito simples e só não entende quem não quer. É que neste momento em Portugal decorrem muitas obras ao mesmo tempo, tendo em vista a execução do Plano de Recuperação e Resiliência. Portanto, há muita obra. Isto é a lei da oferta e da procura, uma coisa que se aprende em Economia nos bancos do liceu e depois quem estuda nas universidades aprofunda nos respetivos cursos que se debruçam sobre estas matérias. Havendo muitas obras, a tendência é que os preços subam, ou seja, que as empresas de construção civil queiram mais dinheiro por aquilo que, em circunstâncias normais, seria feito por um preço inferior. -----

Por outro lado também, isso não é de menosprezar, existe pouca mão-de-obra qualificada para estas intervenções, para estas obras, para estes trabalhos. Portanto, não fora a mão-de-obra estrangeira, não sei como é que alguns empresários de construção civil conseguiriam levar a bom porto aquilo a que se propõem em termos de mercado. -----

Falou o Senhor Presidente, e bem, no apoio às IPSS's que viram a sua condição de financiamento majorada por pertencerem a um Município que foi flagelado pelos incêndios de 2021 e, por conseguinte, também aí problemas do preço derraparam. Ou seja, não derrapou o preço da obra,

mas derrapou o caderno de encargos, quase em todas elas, e, por conseguinte, é muito difícil, neste caso concreto, conseguirmos que as coisas se façam dentro dos *timings* que pretendemos. Quero com isto dizer que logo que esteja lançada a empreitada deste conjunto de IPSS's, vamos sentar à mesa para avançarmos com isto, sendo que a Câmara Municipal dará o seu apoio possível. Estamos a falar no conjunto das quatro IPSS's num valor significativo. Mas pronto, essa é uma questão que deve ser tida em conta quando se fala aqui em fazer tudo. Não podemos fazer tudo ao mesmo tempo. Vamos fazendo as coisas e é impossível fazer tudo quando temos, desde logo, que acudir a situações tão importantes como estas que revestem um cariz muito especial. Cuidar dos nossos idosos, cuidar dos nossos cidadãos que estão em situação mais vulnerável é uma prioridade e tem prioridade sobre todas as estradas do mundo, como também têm prioridade as questões relacionadas com a Educação que já hoje aqui falámos. -----

Falando nesse aspeto, suspendemos o projeto de construção das duas creches nos dois parques industriais. Estávamos a falar, agora já não estamos, de mais de 2 milhões € cada uma. Achámos que é um valor incomportável para um grau de participação, por parte do Governo da República, que era diminuto, quase insignificante. Neste momento já não são 2 milhões €. Neste momento, pelas razões que já vos adiantei, devemos estar perto dos 3 milhões. Portanto, 6 milhões € ou 5 milhões e qualquer coisa, têm que reconhecer que, apesar de ser muito importante, não é nenhuma afogadilha até porque temos notícia de que o Governo da República quer tornar gratuitas as creches e uma das formas de o fazer é que custeie a inclusão das crianças, dos bebés nos privados. Custeando é uma das formas. -----

A do Canhoso, que foi aqui já referida, já está a ser explorada há muito tempo. Foi até objeto de intervenção de obras. Depois houve também um problema de infiltrações que já se resolveu. Portanto, a do Canhoso está em pleno funcionamento. -----

Não tenho conhecimento também de nenhum empresário que esteja interessado na construção de creches, quer no Parque do Canhoso, quer no do Tortosendo. Mas, se alguém conhecer, tenho todo o prazer em o receber, conversar com ele e avançarmos para uma situação, enfim, que seja exequível e que seja ajustável à realidade. -----

No que diz respeito às lombas da Boidobra, é-se preso por ter cão e por não ter cão. Se lá não estão as lombas, alguém é atropelado e fica incapacitado ou morre, *aqui d'El Rei que a Câmara não tomou as devidas providências, não colocou lá lombas e as lombas eram essenciais e vitais para que alguém lá não percesse ou alguém lá não ficasse com problemas*. Dizem-me os serviços técnicos que as lombas na Rua da Igreja Paroquial na Boidobra estão devidamente assinaladas e uma redução do limite de velocidade. Portanto, cabe ao motociclista saber se a sua mota passa ou não passa na lomba. Compreendemos que uma mota como aquelas duas a quem aconteceu essa infelicidade são motas adaptadas. Se são motas adaptadas, mais cuidado têm que ter. Está lá a sinalização. Com todo o respeito por quem cá vem, e gostamos muito que venham até nós, mas não vamos tirar as lombas para que uma mota adaptada passe ali porque é demasiado baixa. Tem que arranjar uma alternativa, que passe devagarinho, que saia um dos penduras e certamente já não bate na lomba. Portanto, é uma questão de atenção e de cumprimento das regras do Código da Estrada. Estamos a falar de motas modificadas. Não estamos a falar de motos normais e, portanto, é nisso que temos que levar na devida conta. Existe sinalização existente na rua que é avisadora da presença de lombas. Podem ser 600, pode ser na Boidobra toda, mas respeito mais

uma vida do que 600 assinaturas e não me deixo intimidar por muitas assinaturas. Para mim tem mais valor, e defendo com unhas e dentes, a vida e a integridade física dos meus concidadãos do que me deixo impressionar com a espada de 600 assinaturas. Prefiro a espada das 600 assinaturas a claudicar relativamente a uma questão, a menos que me demonstrem que há evidência, cientificamente, que as coisas não podem ser de outra maneira. -----

Aliás, já de outra vez houve também relativamente aos limites de velocidade do TCT. Lá estão, continua a ser o mesmo e também não me deixei impressionar com o número de assinaturas que foram recolhidas para esse efeito. Deixo-me sim impressionar quando elas são para uma finalidade diferente. Agora, sempre que é para proteger a vida e a integridade física, dou prioridade à integridade física e à vida. -----

Relativamente ao Centro de Saúde, estão a ser preparadas intervenções de obras e manutenção de várias instalações de centros de saúde, como já tinha dito, e de extensões do Centro de Saúde. No entanto, ainda não estão devidamente terminados e afinados os respetivos processos. É o estado em que, efetivamente, se encontram esses dossiês. -----

Rua dos Montes Hermínios no Tortosendo, Acesso ao Casal da Serra – Serão iniciadas as obras antes do final do mandato. Já tinha dito ao Senhor Presidente isto mesmo e ele sabe que este compromisso é para honrar. -----

Estão também a ser preparadas intervenções de obras e manutenção de várias instalações de outras vertentes. Estou a falar também, desde logo, nos parques infantis, mas antes disso, relativamente ao Centro de Saúde do Tortosendo, estamos a aguardar a emissão do parecer da ARS sobre o projeto técnico. Temos aqui esse pormenor que não é de somenos importância. Não se podem realizar obras com esta finalidade sem o parecer de quem superintendente na área da Saúde. -----

Antes de ir à questão dos parques infantis, não queria deixar de responder também que relativamente às escolas, foi aqui referenciado que algumas têm problemas de tensão, ou seja, que a tensão de fornecimento de energia elétrica por vezes poderá ser insuficiente. Pois se ligarem tudo em determinada altura do ano ao mesmo tempo, é provável que isso possa acontecer até porque também outros utentes nas redondezas o estão a fazer. São casos pontuais, mas não tenho conhecimento de problemas com eletricidade nas escolas que resultem da potência instalada. Admito que possa haver algum problema, mas que seja devidamente documentado, participado e se o houver e se se comprovar que isso existe, resolver-se-á, como não podia deixar de ser. Essas situações ocorrem, como já disse, em picos de calor ou picos de frio, em que se utilizam muitos eletrodomésticos tendo em vista ou a aquecer ou a arrefecer o meio ambiente dentro desses edifícios e não podemos fazer sucessivos aumentos de potência elétrica para fazer face a situações de sobrecarga dessa natureza. Mas sempre que se demonstre que é insuficiente, tendo em conta o decurso normal do ano, isso é que tem que ser devidamente considerado. -----

A estrada de Casegas e Sobral de São Miguel é importante, mas neste momento não é prioritária. Queremos realizá-la. Há outras prioridades de concretização. Desde logo é mais prioritária, com todo o respeito e isto não é falta de respeito pelos habitantes de Sobral de São Miguel, nem é considerá-los de segunda e os do Ferro e de Peraboa considerá-los de primeira, mas é muito mais urgente porque tem mais tráfego, tem mais carga nesse troço, o célebre T que costumo falar que

é Peraboa, rotunda que separa sensivelmente as duas freguesias e a Ponte Pedrinha e depois também dessa rotunda em direção à Ponte de Alvares. Por conseguinte, essa sim é uma estrada mais prioritária do que a de Sobral de São Miguel, sendo certo que lá há de chegar também a altura de acudirmos a essa estrada, como as ligações entre a Pampilhosa e o Sul do Concelho (há mais do que uma. Não é só aquela mais perto de São Francisco de Assis, mas também uma outra mais junto a São Jorge da Beira). -----

Posto GNR do Paul – Está do lado do Ministério da Administração Interna que ainda não emitiu o parecer relativamente ao projeto técnico. -----

Posto da GNR de Unhais – Continuamos a aguardar que o Ministério da Administração Interna nos envie a minuta de contrato administrativo para regular o apoio financeiro da obra, sem a qual o Município obviamente não pode passar à fase de execução dessa mesma obra. Como sabem, é responsabilidade do Governo da República e não da Câmara Municipal. Não queiram pôr às costas da Câmara aquilo que não é a responsabilidade da Câmara, sendo que fizemos o trabalho de casa, temos tudo prontinho e é uma variável que, neste momento, não depende de nós. Sendo certo também, e não quero ser injusto, que o Governo da República está há pouco tempo em funções e, porventura, os técnicos e os políticos, designadamente, não terão tido tempo ainda de se familiarizar com todos os dossiês. Terão outros também mais prioritários, se calhar, do que estes, na ótica deles. Governar é priorizar, não me canso nunca de o repetir e acho que sou insuspeito para fazer esta defesa do Governo da República no que diz respeito a essa matéria e quero acreditar que, a breve trecho, teremos notícias nesse sentido. -----

Parques infantis – A situação é a seguinte: Encontra-se terminada uma empreitada de obra de requalificação de parques infantis em freguesias e os parques infantis já estão disponíveis para uso na Barroca Grande na freguesia de Aldeia de São Francisco de Assis, o Parque Infantil do Ribeirinho em Sobral de São Miguel, o Parque Infantil Lameiro da Ribeira em Casegas, o Parque Infantil de Aldeia do Souto, o Parque Infantil de Vale Formoso, o Parque Infantil EB de Vila do Carvalho, o Parque Infantil de Orjais. -----

Foi iniciada, entretanto, e decorre uma segunda empreitada de obra de requalificação e de construção de parques infantis de utilização pública que inclui os seguintes parques infantis e agora vou referir os iniciados: Parque Infantil do Jardim Público, aqui no coração da Covilhã (falta painel informativo, bebedouro, vedação e portão); parque Infantil da Lage da Torre em Peraboa (falta o painel informativo); parque Infantil Rua João Alves da Silva junto ao Café Primor (falta painel informativo, vedação e portão); parque Infantil do Jardim Público no Tortosendo (como referi há pouco, Senhor Presidente, falta painel informativo, bebedouro e terminar a colocação de pavimento). -----

Por iniciar estão 4: O Parque Infantil Duppigheim na Boidobra; parque Infantil do Peso; parque Infantil do Largo da Estação; e parque Infantil do Jardim do Lago. -----

Esta é a situação dos parques infantis. -----

Abrigos de passageiros – Estão a ser instalados. Já há vários instalados. Portanto, vamos aguardar que essa instalação continue. Efetivamente esta concessão, tivemos o azar de ela ter sido, no fundo, feita durante a pandemia e isso fez com que tudo se alterasse e que as coisas não tenham

começado como queríamos e desejávamos. Mas, como diz o Povo, isto não é como começa, é como acaba. -----

Dar desde logo a nota de que, relativamente à mobilidade suave, não há problemas com baterias, não há problemas com bicicletas. Há um problema de natureza informática que tem a ver com a empresa que fornece as restantes bicicletas e não as nossas e tudo tem que estar integrado. É um sistema informático que tem que prover a recolha, a distribuição e localização das bicicletas, ou seja, a sua respetiva monitorização e a recolocação delas nos sítios onde devem estar e onde é preciso estarem. Esse problema está a ser ultrapassado. Lá há de chegar a altura que os problemas das bicicletas e das trotinetes hão de ser outros. Ou há de ser a velocidade ou algum problema que possa surgir que esperemos que nunca aconteça, mas isto é por fases e as fases deviam ter ocorrido há mais tempo. É uma coisa que nos ultrapassa. Não é má vontade da Câmara. Não é por falta de insistência da Câmara. Não é por falta de exigência da Câmara. As coisas estão a ser feitas e tudo o que tiver que ser tratado na órbita do cumprimento ou incumprimento, sê-lo-á na devida altura, no devido sítio e com as devidas consequências. -----

A estrada do aeródromo também aqui foi falada. Alterámos o sentido, com todo o respeito que tenho e amizade pelos Senhores Vereadores da oposição, não foi por eles terem levantado o problema. Foi a constatação da realidade. O Senhor Eng.º Jorge Vieira, numa sessão pública de Câmara, explicou a razão, a racionalidade, a razão de ser daquele sentido que ele entendeu tecnicamente que era o mais adequado. Aliás, tive a oportunidade de trocar impressões com o Senhor Comissário da Polícia de Segurança Pública que também ele se tinha interrogado por que é que tinha aquele sentido, mas depois de ouvir as explicações do Senhor Eng.º Jorge Vieira lhe pareceram razoáveis, plausíveis e adequadas. -----

No dia em que aqui trouxemos o problema em que aqui foi deliberado, eu próprio disse e o Senhor Eng.º tecnicamente admitiu que se se constatasse que aquele sentido de trânsito era desadequado, inverter-se-ia. O que aconteceu. Podia ter sido por iniciativa dos meus ilustres colegas da oposição no Executivo e agradeço sempre os seus alertas, as suas achegas e as críticas construtivas que fazem, mas no caso concreto, não vale a pena a gente querer pôr divisas que não temos. A questão foi aqui tratada com esta abertura publicamente e na presença dos Senhores Jornalistas que têm lá o som e têm tudo registado. Portanto, não estamos a falar aqui de pressões. Aliás, se há coisa que costumo e quem trabalha comigo sabe, é que eu sobre a ameaça ou sobre pressão que *tem que ser assim ou então a espada ou a parede*, prefiro sempre a espada do que a parede. Não quer isto dizer que não reconheça quando é o caso: a situação é assim, é assim. Não é por teimosia. Agora, quando entendo que estou a ser correto e me querem obrigar a fazer uma coisa que eu acho que não é correta, não vou lá e não vou lá por essa via. Quando as pessoas têm razão, sou o primeiro a reconhecer que têm a razão, a dar-lhes razão, a compagnar com elas e a dizer-lhes *muito bem estamos de acordo*. Se não estivermos, digo porquê e amigos como dantes, como se costuma dizer. -----

Mas estava a dar aqui uma explicação relativamente à estrada do aeródromo que, a partir do momento em que as Infraestruturas de Portugal construiu um muro de suporte lateral à linha de caminho-de-ferro com as casas existentes no lado oposto, não seria possível ter dois sentidos. Temos ali uma coisa que se chama, para quem não está familiarizado com o Direito, uma servidão *non aedificandi*. Ou seja, há sítios onde não se pode construir, onde é perigoso construir, onde não

se deve construir e, no caso em apreço, o que se pretendia era que aquela via exercesse a sua função. Está, já agora, mais do que provado que o sentido descendente é o mais adequado e lá está a funcionar como tal. Só não muda de opinião quem de facto não é ou não trabalha de boa-fé e nós estamos de boa-fé. -----

A largura do passeio respeita a largura mínima em termos de acessibilidades. Não podemos estar a falar sempre que em determinado sítio os passeios são estreitos e logo que eles se alargam e têm a largura devida *aqui d'El-Rei que é demasiado largo*. Portanto, ou bem que estamos certos num lado ou bem que estamos certos no outro. Mesmo que se reduzisse a largura do passeio, nunca seria possível ter duas faixas de rodagem. -----

Reforço de apoio para as Marchas – Iremos analisar, Senhor Presidente. Existe esta vontade de dar mais meios às nossas agremiações e às juntas de freguesia que participam. É dinheiro bem empregue e, portanto, veremos qual é o montante mais consentâneo com as necessidades das marchas no próximo ano. -----

Bairro dos Descabelados – Sei que está a ser analisada a questão também para ser objeto de intervenção. -----

Centro de saúde, já falei. -----

Iniciativas do 25 de Abril – Temos uma Comissão Organizadora. Obviamente que damos primazia às iniciativas que ela elenca porque se todas as juntas de freguesia tivessem iniciativas, lá estaríamos nós caídos numa solução difícil de resolver. Não quer dizer que, porventura, uma que tenha uma especial ênfase ou uma projeção maior não possa ser apoiada, sendo certo que isto é sempre muito subjetivo dizer que uma é mais enfática ou mais importante do que outras. -----

Posto de carregamento no Ferro – Sinceramente, não tenho informação relativamente a essa matéria, mas procurarei fazer-lha chegar, Senhor Presidente, bem como relativamente ao alcatroamento da Quinta do Madeira. De facto, 200 metros não é que seja barato, mas são 200 metros, não são dois quilómetros. É algo diferente. -----

O Dr. Fernando Pinheiro trouxe aqui uma questão muito interessante relativamente ao TCT ou às alternativas ao TCT. O TCT foi feito num contexto e numa altura em que a expansão das cidades se previa que ocorresse num determinado sentido. Não quero aqui crucificar, nem criticar quem fez. Fez o que pôde e o melhor que sabia nesse contexto. Mas a verdade é que o TCT podia e devia ser uma via estruturante. Já não o é porque o projeto que lhe serviu de base era dos anos 60 e de uma cidade diferente daquela que temos e que queremos ter. A possibilidade de se alargar aquela via, só se expropriássemos as casas e derrubássemos as casas nalguns sítios para que ela fosse uniforme em toda a sua extensão. -----

Já a Variante pode ser uma via estruturante. Aliás, já aqui falei num projeto que temos, que já andámos a debater, que vai do Souto Alto até ao cruzamento do Teixoso, com pedovia, com ciclovias, com rotundas em vez de semáforos. Só que o problema tem a ver com que não devemos, lá está, aceitar as coisas a qualquer custo e eu também não gosto que me imponham ou que nos imponham. Sou o guardião do interesse público no Município, conjuntamente com todos vós, mas o principal, entendo que não devemos aceitar todas e quaisquer condições que as Infraestruturas de Portugal nos queiram impor. Negociar... estamos abertos à negociação, daí o problema da

rotunda de acesso ao Parkurbis. Reconhecemos que, de facto, ela é muito importante, evita que os que os camiões e outros meios de transporte andem por ali perdidos lá para cima, quando podiam entrar diretamente no Parque Industrial. Mas aquela estrada não é nossa. É uma estrada nacional e, como digo, este projeto temo-lo em carteira já há vários anos. Volta e meia é posto em cima da mesa. Como sabem, também há transferências de competências no domínio das vias, mas não aceitamos umas cascas de alhos em dinheiro para ficarmos com uma estrada que depois tínhamos que cobri-la de ouro, como se costuma dizer e utilizando linguagem popular para melhor perceberem os nossos concidadãos que nos acompanham à distância relativamente a esta estrada. Ou seja, é um projeto que acarinhámos. Aliás, temos um em cima da mesa, conjuntamente com o Fundão, que enalhou na ponte. Também as Infraestruturas de Portugal entendem que a ponte não pode ser utilizada como ciclovia. Estão a ver? Mas já temos uma alternativa e, portanto, vamos ver como é que esse dossier vai terminar, e tem que terminar porque é uma candidatura. -----

Senhor Deputado Vitor Silva, obviamente que a minha intervenção relativamente às escolas em nada colide com a sua opinião relativamente à adequação das intervenções relativamente às escolas. É exatamente por isso mesmo. Umhas mais bem conseguidas do que outras, mas temos o mesmo desígnio. Estamos a dizer o mesmo por palavras diferentes. Há umas que são mais bem conseguidas, outras infelizmente menos bem conseguidas, mas a vontade é efetivamente essa e não qualquer outra. -----

Já falei sobre os concursos desertos. -----

Contencioso – O nosso contencioso não é menor, nem maior que o contencioso de outros municípios. Temos a dimensão que temos. Somos, da Beira Interior, a cidade, repito a cidade. Não somos um qualquer concelho. Temos uma grande dimensão. Temos um volume de negócios, temos um conjunto de empresas, temos instituições, temos cidadãos tradicionalmente, e ainda bem, reivindicativos e que querem fazer valer e prevalecer os seus direitos. A Câmara Municipal está na linha da frente neste domínio e tem umas vezes que avançar e colidir com esses interesses, outras vezes ser e estar à defesa, como se costuma dizer. Obviamente, não querem que aqui seja debatido aquilo que deve ser debatido nos Tribunais porque isso era violar o princípio da separação de poderes. Portanto, aos Tribunais aquilo que é dos Tribunais; aqui a nossa ação política, aquilo que é a ação política. Esses 50 processos que por lá andam, são processos dos Tribunais e os Tribunais é que têm competência para os resolver e não nós aqui. Aliás, isto seria até violar, nalguns casos, o segredo de justiça e outros princípios elementares do Direito. -----

Fatura da água – Não vos passe pela cabeça a nenhum de vocês que tenha desistido ou tenha relegado para segundo plano o resgate das águas, ou melhor dizendo, das Águas da Serra, que é a sua denominação. Temos 30%. As ações são ações. A nossa participação nessa sociedade é por ações e, até há bem pouco tempo, elas estavam penhoradas. Já foi levantada a penhora. Estavam penhoradas desde o início do negócio, leia-se, por razões que decorreram da negociação e da respetiva constituição. É um dossiê muito complicado, muito difícil. Se fosse simples já estava resolvido. Não é fácil, mas garanto-vos que vou levar até às últimas consequências essa posição de defesa intransigente do resgate, tendo em vista colocar a nossa fatura ao nível daquilo que é a média nacional e o que é justo, bem como resolver esse problema nada fácil que são as nossas populações das três freguesias que têm a distribuição de água que agora não o poderão ter. Estamos a encontrar a melhor forma. Não queremos desguarnecer, nem desproteger os interesses

adquiridos, ou melhor, os direitos adquiridos. Mas é outro dossiê que não é nada fácil. Estamos a falar de situações muito delicadas, quer patrimoniais, quer pessoais, quer institucionais e, portanto, tratar estes assuntos com pinças e não na praça pública. Não para esconder nada, como é óbvio, mas porque há coisas que devem ser tratadas em diálogo com os Senhores Presidentes de Junta, com os seus Vogais de Junta de Freguesia e mais tarde, quando chegada a altura, se for necessário tomar decisões que envolvam reparações patrimoniais, serão trazidas aqui e então sim aqui debateremos essas mesmas questões. -----

A questão da informação financeira – Ela não é genérica, Senhora Deputada. Ela é até bastante rigorosa e feita de forma bastante competente. Como sabem, não é o Presidente da Câmara que trata esses assuntos porque não sou técnico, apenas sou um estudioso, um curioso e alguém que que gosta muito de analisar questões relacionadas com finanças públicas, mas não sou eu que faço essa informação. Uma coisa tenho a certeza: ela é bem-feita e é legível por quem sabe interpretá-la. Reconheço que seja difícil a quem não tem essa formação interpretar determinados documentos financeiros. O problema é que não se pode descodificar isso ao limite das contas de somar e diminuir da escola do ensino básico. São coisas bem mais complicadas do que essas que, à primeira vista, pode inculcar-se. -----

Teatro Municipal – Já aqui disse que também não me impressiona, pelo contrário, sabem que eu convivo muito bem com a crítica e sou daqueles que sou capaz de me rir de mim próprio, portanto, não tenho nenhum problema. Aliás, tenho o maior apreço e carinho pela Desertuna e foi com parcimónia de quem gosta de ouvir boa música e acha que os outros têm direito à crítica que encarei aquela bela canção que não diz mais nem menos do que aquilo que eu penso, que é curioso. Repito aqui uma coisa, no entanto para os Senhores que já estão mais do que informados sobre isto, mas sobretudo para os nossos concidadãos que nos ouvem e veem à distância e que hão de pensar assim: “Mas por que é que as quase 300 associações da Covilhã não têm um dia para estar ali?” Já o ano tem 366 dias quando ele é bissexto, passo a redundância. Por outro lado, é preciso que as pessoas saibam que há espetáculos, e não são poucos, são a esmagadora maioria, em que é precisa a véspera para montar o que é necessário no palco e onde é necessário um outro dia para o espetáculo e o dia subsequente, às vezes, para desmontar. Às vezes são precisos três dias para um único espetáculo. Ora, se multiplicarmos isto pelas situações, pelos espetáculos que temos no nosso Teatro, vejam a dificuldade que é, por mais boa vontade que tenha o Senhor Diretor, por mais boa vontade que tenhamos todos nós, de compaginar os interesses todos que são legítimos e é natural. -----

O Teatro Municipal é do Povo e para o Povo, mas temos que ser também muito rigorosos sob este ponto de vista. Não podemos querer uma programação de qualidade e ao mesmo tempo olvidarmos este aspeto que a qualidade implica. Não estou a chamar-lhes populistas por isso, mas é popular ou é populista dizer assim “as associações têm que ter um dia, todas elas um dia no teatro.” Oiçam, era prometer o impossível. Era impossível isso. Agora, aquelas que têm um tipo de espetáculo que envolve mais gente, que é mais impactante, que não colide com estes interesses, acho muito bem que se tente tanto quanto possível, e tenho exortado o Senhor Diretor do Teatro nesse sentido, sendo que também não quero violentar a vontade do Senhor Diretor em ter uma boa programação. Porque se não tivermos uma boa programação, vêm os senhores aqui a esta

Casa dizer *aqui D'El Rei que não temos boa programação*. Não podemos ter sol na eira e chuva no nabal. É coisa que não é possível que aconteça. -----

Porque já ultrapassei em muito o meu tempo, fico por aqui. Muito obrigado pela tolerância, Senhor Presidente.” -----

--- Foi ainda atribuído o uso da palavra aos Senhores: -----

- **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**: “O Senhor presidente falou em infiltrações, mas eu não estava a falar disso. Estava a falar da obra de reparação da Escola EB1 de Vales do Rio, no valor de 120.000 €, que está para lançar concursos para substituir o telhado e pintar a escola. Se fosse uma infiltração, a Junta de Freguesia já tinha resolvido. Não é a questão da infiltração. É a questão mesmo do telhado que está a deixar passar água e é de balde!” -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)**: “Não sei se foi esquecimento, Senhor Presidente. Faltou só aqui a resposta ao projeto “Quilómetro Zero” e também a questão do transporte da equipa do Unidos do Tortosendo para o aeroporto de Lisboa e regresso. -----

No que respeita às comemorações do 25 de Abril, com o devido respeito pelas comemorações em todo o Concelho, 25 de Abril do Tortosendo será sempre o 25 de Abril do Tortosendo.” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra)**: Disse não ter percebido a questão das motas adaptadas. -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu que “só os burros é que não mudam de opinião. Devo dizer que entre reconhecer e continuo a reconhecer que são altas, não mudei de opinião. Não disse que não eram altas. O que disse foi que quem lá tem que circular é advertido que elas são altas e que estão lá. -----

E as motas adaptadas é muito simples. O Senhor Presidente bem sabe que estes nossos concidadãos que têm estas motas bonitas, airoosas, cheias de apetrechos, chamam a isto *tunning*, pelo menos nos automóveis é isso que lhe chamam. Adaptam-nas e, por vezes, ou são demasiado altas ou são demasiado baixas. Esta aqui deve ter acontecido isso e foram advertidos que estavam para a situação. Bateu lá, infelizmente. Lamento. Se eles acham que estão prejudicados, demonstrem que têm razão e o Município cá estará. Temos seguradoras, mas isso é preciso que efetivamente demonstrem que assim é. -----

Consciencializem-se que as lombas nunca são demasiado altas, são demasiado altas no sentido objetivo do termo, mas na prática salvam vidas e evitam que pessoas fiquem deficientes para o resto da vida.” -----

3.4 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DE MODALIDADES AFINS DOS JOGOS DE FORTUNA OU AZAR E OUTRAS FORMAS DE JOGO DO MUNICÍPIO DA COVILHÃ

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de junho de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, em conjugação com o disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º ambas do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 483 de 11.06.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido à apreciação, foi interveniente a Senhora **Dra. Valéria Alexandra Mendes Garcia (PPD/PSD)** que, após cumprimentar todos os presentes, referiu que, “em relação ao Regulamento em apreço, a bancada do PSD na Assembleia Municipal vem só deixar algumas sugestões. -----

A primeira: é de particularizar os sorteios realizados por associações de estudantes e órgãos semelhantes que habitualmente não cumprem o que está exposto no artigo referente às associações sem fins lucrativos, nem devem estar, mas que devem ser regulamentados pelo risco acrescido de burlas e fraudes. -----

Além disso, a outra sugestão prende-se com a alínea a) do ponto 1 do artigo 8.º, relativamente às proibições em que são nomeados vários jogos e, portanto, a sugestão passa por ou eliminar a discriminação dos vários jogos ou atualizar a lista para, incluindo jogos que são mais atuais, nomeadamente o *Euromilhões* e o *EuroDreams*, que não estão especificados no artigo. -----

A última recomendação é relativa ao ponto 1 do artigo 26.º dos prémios não atribuídos. Seria importante incluir detalhes acerca da forma de seleção da instituição de solidariedade social a quem atribuir o prémio não atribuído ou reclamado.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Regulamento de Exploração de Modalidades Afins dos Jogos de Fortuna ou Azar e Outras Formas de Jogo do Município da Covilhã** – foi a mesma **aprovada por maioria com 32 votos a favor (PS, PPD/PSD, CDU – PCP/PEV, Movimento “Covilhã Tem Força” e todos os DMI’s) e 02 abstenções (CDS-PP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS), Joana Patrício Campos (São Francisco de Assis), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.5 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS 2023

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 17 de junho de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugado com o n.º 2 do artigo 76.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, através do ofício n.º 3006 de 18.06.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força):** “Relativamente a este ponto, vou ser muito breve e dizer aqui só duas notas. -----

Quando chegam as Contas Consolidadas faz-me sempre lembrar quando me chegam as análises clínicas em que realmente aparece o colesterol total. Portanto, isso eu vejo e não tenho dúvidas nenhuma quanto a isso. Mas depois nunca sei qual é o colesterol mau nem qual é o colesterol bom. Portanto, o colesterol total tenho a perfeita noção, está lá plasmado. As contas são coisas mesmo muito complicadas. Quando analiso as contas ou tento analisar as contas da Câmara, volto a referir, parece-me sempre as análises clínicas. Não fico com dúvidas nenhuma em relação ao colesterol total. Portanto, não fico com dúvidas nenhuma com a totalidade das contas. -----

Depois realmente, volto a dizer, nunca sei qual é o colesterol bom, nem qual é o colesterol mau porque, realmente, depois as contas individuais não surgem, não aparecem ou então estão ali um tanto escamoteadas. Já não basta as dificuldades que tenho para perceber algumas coisas, se elas depois inclusivamente não surgem, ainda mais difícil se torna analisar a situação. -----

Entretanto, depois vi também, e através daquilo que resultou da sessão camarária, de que mal seria se a Câmara não assumisse os prejuízos quer da Parkurbis, quer da Icovi. Não me move nada contra, efetivamente, essa tamanha solidariedade. Mas há algo que também gostaria de dizer, que é o seguinte: só porque se é uma pessoa de bem, não se pode esbanjar. Portanto, ninguém se pode desresponsabilizar da forma como gere os dinheiros públicos, muito menos sentir-se confortável e à vontade de que, se algo não decorre bem, não tem problema algum e, portanto, haverá sempre alguém a assumir os prejuízos e haverá sempre almofadas para efetivamente resolver a situação. É aquilo que se me oferece dizer em relação às contas. -----

Há pouco poupei o Senhor Presidente e só lhe coloquei três questões, mas mesmo assim não consegui que me respondesse a todas. Senhor Presidente, volto-lhe só aqui colocar esta, apesar de parecer um bocado fora de contexto, mas é porque me preocupa a mim e acho que aos

cidadãos do nosso Concelho, essencialmente aqueles que andam todos os dias na Covilhã. A Covilhã está uma cidade estrangulada. Volto-lhe a colocar a questão. Trânsito na cidade – Há algum plano para efetivamente o tentar resolver? Algo está a ser feito em relação a isso?” -----

- **Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra):** (**Doc.11** com as alterações introduzidas na leitura do documento) *“São hoje apresentadas nesta sessão as demonstrações financeiras consolidadas do Município da Covilhã, de acordo com a obrigação estabelecida no artigo 75º e seguintes da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.* -----

Artigo 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro -----

Apreciação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas -----

1 - Os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam. -----

2 - Os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam. -----

3 - Os documentos de prestação de contas das entidades referidas no n.º 1, que sejam obrigadas, nos termos da lei, à adoção do regime completo de contabilidade, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no artigo seguinte. -----

Desde logo, uma primeira nota: é que nos falta essa nota do Revisor Oficial de Contas relativamente às contas consolidadas. -----

Incluem-se no perímetro de consolidação do Município, as entidades sobre as quais existe ou se presume o controlo das mesmas, no caso: -----

ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM; -----

Publicado o Relatório de Contas 2023 e a Certificação Legal de Contas na sua página de Internet. -

ADC – Águas da Covilhã, EM; -----

Publicado o Relatório de Contas 2023, não encontramos a Certificação Legal de Contas. -----

PARKURBIS – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA; -----

Publicado o Relatório de Contas 2023 e a Certificação Legal de Contas. -----

Relativamente ao Relatório, ressaltar que: -----

“Em 9 de fevereiro de 2011 foi efetuada uma operação de Leaseback, com a Caixa de Crédito Agrícola relativamente às instalações da Parkurbis, S.A.E.M. (operação de venda seguida de locação financeira-contrato nº 100769). A operação de venda foi efetuada pela quantia de 2.000.000 Euros tendo o contrato de locação sido celebrado pelo mesmo montante acrescido de

132.000 Euros referentes a impostos e despesas. O contrato de locação foi celebrado pelo prazo de 25 anos com pagamentos mensais de capital e juros. -----

No exercício de 2023, a operação de leasing originou gastos financeiros de 90.138,23 euros referentes aos juros suportados, o que significou um aumento de 112.8 % face ao ano de 2022. Esta situação resultou do aumento significativo da taxa de referência da Euribor, o que coloca uma pressão adicional ao equilíbrio de resultados da sociedade, considerando o nível de endividamento.” -----

Já em relação à Certificação Legal de Contas, foi emitida opinião com reservas, lendo-se na mesma que: -----

“De acordo com o divulgado nas notas 6 e 8 do Anexo, as Propriedades de Investimento (lotes de terreno) encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e o edifício Parkurbis constante do Ativo fixo tangível ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas, cujos valores contabilísticos em 31 de dezembro de 2023 são, respetivamente, de 241.660€ e 3.269.379€.

A inexistência de avaliações independentes relativamente aos imóveis detidos não nos permitem concluir, de forma inequívoca, em que medida os lotes de terreno e o edifício Parkurbis se possam encontrar sobreavaliados.” -----

Refere ainda que: -----

Existe uma dívida de 175.875€ referente à Associação Parkurbis Incubação, na qual a entidade participa, não se encontrando estabelecidas relativamente à mesma quaisquer condições ou plano de reembolso. -----

Associação Parkurbis Inovação; -----

Não encontramos qualquer informação sobre Relatório de Contas 2023 nem Certificação Legal de Contas, nem página web. -----

MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA. -----

Não sei se por ser S.A., não encontramos qualquer informação sobre Relatório de Contas 2023 nem Certificação Legal de Contas. -----

Continua aqui a faltar a EPABI, por via do controlo da GPS por um período de 20 anos e do acordo feito com o Município da Covilhã. -----

E continua a faltar a definição clara da participação de 30% na ADS - Águas da Serra. -----

Quanto ao documento apresentado de suporte à deliberação que a Assembleia deve tomar, uma primeira nota é a não apresentação da informação solicitada para a elaboração das contas consolidadas pelas Empresas PARKURBIS – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA e a Associação Parkurbis Inovação. -----

Mas afinal não é o Município da Covilhã que nomeia as administrações destas empresas? -----

Então o Senhor Presidente da Câmara, por intermédio dos serviços camarários, solicita informação a empresas municipais e estas não enviam e nada acontece? -----

Foi necessário recorrer a métodos alternativos por parte dos serviços da CMC para obter informação que as administrações nomeadas tinham obrigação de transmitir? -----

Sublinhamos destas Contas consolidadas o seguinte: -----

Um ativo praticamente de igual montante com a ressalva de mais 1 milhão e 700 mil euros de disponibilidades de caixa e depósitos bancários. Que pelo menos estejam a prazo, para render alguns juros para os covilhanenses. É que realmente já há demasiado tempo que uma quantidade significativa de recursos financeiros estão parados à espera do último ano de mandato. A 31 de dezembro de 2023 eram 16 milhões de euros. -----

Um saldo orçamental para a gerência seguinte de 13.488.363,05€. -----

Resultados transitados negativos de 36.885.344,85€ e um resultado Líquido Negativo consolidado de 1.856.421,41€. -----

Há resultados negativos mas ao mesmo tempo há dinheiro disponível. É de facto uma fórmula que deve merecer a nossa atenção. -----

Enquanto o Património Líquido da CMC corresponde a 97% do perímetro de consolidação, o passivo, tem um peso de apenas 75%. Ou seja, está disperso pelo grupo 39 milhões são da CMC e os restantes 23 milhões noutras entidades do grupo. -----

Dívidas a terceiros -----

Município da Covilhã 39.274.752,38€ -----

ICOVI 4.544.239,36€ -----

ADC 16.575.522,20€ -----

Parkurbis 2.193.208,50€ -----

Associação Parkurbis 238.631.83€ -----

O que dá um total de 62.826.354,27€ e retirando os créditos/dívidas recíprocas, perfaz um total de 52.021.456,73€. -----

Ressalvamos ainda um aumento de 2.397.361 € de gastos com pessoal. -----

A conclusão, ano após ano continua, também ela a consolidar-se: -----

Com a dívida estabilizada, recursos não faltam, sejam humanos, sejam financeiros, então porque não avançar mais rápido na resolução dos problemas das freguesias e das pessoas?" -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Sobre esta matéria, de facto, acho que o essencial já foi dito. De facto, andamos aqui a ver contas consolidadas no total e depois não vemos a soma e vamos acreditar que isto é a soma das partes ou a diminuição das partes porque na verdade não conseguimos confirmar tudo o que aqui vem pelos elementos que são dados. -----

Mas eu não vou entrar nas questões técnicas. Obviamente que percebo que a certificação legal de contas da AdC não apareça em face daquela que foi apresentada pela Câmara e do buraco financeiro dos 10 milhões e tal de euros que lá estão. Portanto, acredito que qualquer empresa

tenha vergonha de apresentar uma certificação legal e publicar no seu próprio *site* uma certificação legal de contas que assuma que a Câmara lhe deve quase 12 milhões de euros e que faça parte do perímetro empresarial da Câmara. Alguma coisa aqui não está bem, mas de facto percebo. -----

Se calhar vou pegar aqui na questão do aspeto político disto. É que, de facto, nestas contas consolidadas, temos um resultado líquido negativo de 1.800.000 €. E como bem dizia o Deputado do PCP, há dinheiro disponível, mas temos um resultado líquido negativo. O que se constata é que é um resultado líquido da inação da Câmara, de não se fazerem coisas e, portanto, estamos a aumentar o custo com pessoal, estamos a aumentar ..., mas na prática depois os problemas não são resolvidos. E pior do que isso, já vimos a alertar nos últimos anos e este ano voltamos a alertar, é que continuamos a ter empresas municipais que dão prejuízo incompreensivelmente. Não se compreende que a Icovi, que é uma estrutura ou uma empresa de gestão de ativos do Município, dê 170 e tal mil euros de prejuízo! Já explicaram e aceito a explicação da Parkurbis que efetivamente é um investimento, é uma empresa deficitária necessariamente. Mas se calhar também temos que repensar o funcionamento da própria Parkurbis. Não é só fazer de conta e andar! -----

Estas coisas têm que ser vistas com olhos de ver. Ficamos aqui nesta dualidade: chegamos às contas da Câmara, que aliás votámos contra, só se executa um terço daquilo que está projetado em termos de investimento; chegamos ao perímetro municipal e nem sequer sabemos o que é que às vezes foi feito porque as empresas prestam informação mal e tarde ou nunca. Quer dizer, em três prestações é sempre aquela a velha história do tarde, mal ou nunca. E de facto, ficamos a saber que esta Câmara ou que este Município se conforma com isso. Como alguém aqui dizia “para os administradores das empresas municipais não há melhor do que isto! A gente faz o que quer ou não faz nada que, no final, alguém é quem vai pagar aqui o prejuízo.” E não se pedem responsabilidades e mantêm-se as pessoas nos cargos por quê? Por terem cartão socialista? É que eu pensava que devia ser por serem competentes. Nomeadamente na Icovi, não se percebe como é que dá prejuízo e não se percebe sobretudo como é que a Câmara mantém este que já não é elefante! Como é que não tem vergonha de assumir que deve 12 milhões de euros à AdC e vem aqui apresentar as contas e nem sequer há certificação legal de contas da AdC! -----

Isto não é gerir o Município. Isto não é gerir o perímetro empresarial do Município. Isto não são apresentar contas consolidadas. Isto é a demonstração óbvia e evidente de que esta Câmara não sabe gerir. E, portanto, as contas consolidadas obviamente que merecem o voto negativo da bancada do CDS. É assim que iremos votar.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Gostava de dar apenas dois pontos essenciais muito breves. -----

O primeiro é um alerta geral a toda a gente. Estavam cidadãos, concidadãos nossos a escrever-nos a queixarem-se que estavam a assistir à Assembleia Municipal *online*, que tínhamos dito que recomeçávamos às 14h30 e só recomeçou depois das 15h00. Acho que não é um bom exemplo que se dá à democracia local. -----

O segundo é uma pequena gralha que aconteceu, mas que deve ser corrigida para a próxima. É que, no ponto da informação escrita, o Presidente da Câmara responde a seguir a cada grupo municipal ou ao grupo de Presidentes de Junta de Freguesia. Não faz aquela intervenção geral no fim. -----

Sobre as Contas Consolidadas do Município da Covilhã, falou-se aqui em colesterol e eu revii-me porque, na verdade, ia enfartando quando vi as contas e obviamente que este Relatório de Contas Consolidadas só pode merecer um voto contra de toda a gente que esteja a vê-las com olhos de ver e com seriedade. -----

Este Relatório de Contas Consolidadas é um embuste. Explico porque é que é um embuste. -----

Primeiro, viemos aqui em abril votar o Relatório de Contas da Câmara Municipal isolada. A conversa que nos fizeram foi uma conversa de lucro, de o Município estar financeiramente saudável, a transição de dinheiro de um ano para o outro. E chegamos às Contas Consolidadas e vemos um prejuízo de 1.800.000 € do Município quando incluímos as empresas municipais. Ou seja, no perímetro da Câmara, há lucro; quando incluímos as empresas municipais, já há um prejuízo de 1.800.000 €. Porquê? Porque as empresas municipais funcionam mal? Porque têm corpos sociais que não a gerem como deve ser? Ou porque a Câmara Municipal e os eleitos não têm as condições de as fiscalizar como deve ser ou não o fazem por falta de vontade? -----

Desde 2013 assistimos a uma passagem de competências da Câmara Municipal para as empresas sem qualquer fiscalização e incumprindo o artigo 42.º da Lei n.º 50 de 2012. Alguns exemplos já foram aqui falados. As contas das empresas municipais foram todas encerradas no dia 31 de março. Nós estamos no final de junho e ninguém recebeu as contas das empresas municipais. A lei estabelece que, a cada trimestre, as contas das empresas têm de ser enviadas aos membros da Assembleia Municipal. Nunca foram enviadas. -----

Há seis anos que ando a falar nisso ao Presidente da Câmara e já foi hoje aqui referido no âmbito da informação escrita. Não é uma questão de vontade. É uma questão de lei. Tem que ser cumprido. O Município do Partido Socialista não pode viver sobre a máxima do “para os outros, para oposição há lei; para os amigos, tudo”. Porque a consequência de não cumprimento desse normativo legal que obriga os membros da Assembleia Municipal a terem acesso a essas contas trimestralmente, coisa que nem agora temos porque vem tudo empolado, não podemos ver as contas individuais das empresas, diz na lei que a consequência é a dissolução dos corpos sociais das empresas municipais. Isto é uma questão de lei. E os corpos mantêm-se em funções sem qualquer consequência. -----

Vamos ver alguns exemplos: -----

- A AdC, como já aqui foi dito, não tem certificação de contas no *site*. Incumprimento com o artigo 43.º da Lei n.º 50/2012. Se formos ver, por exemplo, o Anuário Financeiro dos Municípios, conseguimos constatar que, quando o PSD deixa a Autarquia da Covilhã, a AdC tinha um resultado líquido de 798.000€. Com o Partido Socialista, em 2022, tinha 184.000€ - um decréscimo, uma retração de 614.000€. Ademais, como já foi dito, a Câmara deve 60 milhões e nada diz. -----

- A Icovi, se formos ver outra vez ao Anuário Financeiro dos Municípios, tinha um resultado líquido, quando o PSD larga a Autarquia, de 525.000€. Com o Partido Socialista tem agora 160.000€ de prejuízo. Uma empresa que dava mais de meio milhão de excedente ao ano, agora tem 160.000€ de prejuízo. Agora pede-se que a Câmara Municipal cubra o prejuízo e, como já aqui foi dito, obviamente tem que o fazer. Mas convém lembrar, no caso da Icovi, que esta empresa é uma empresa de abastecimento de água em alta e foi transformada quase numa continuidade da Divisão de Obras da Câmara Municipal para se poder fazer asfaltamento, requalificação, pavimentação, sem que possa ser fiscalizada pelos Vereadores e pelos seus Deputados Municipais. -----
- Outros três exemplos muito sintéticos. A dívida a fornecedores aumentou para 2.230.000€. Os ativos intangíveis, aquela questão metafísica, ascenderam a 1.500.000€. E o que são aqueles 2 milhões em perdas por imparidade a clientes, contribuintes e utentes?
- Mas agora, por fim, gostava de me focar numa empresa municipal em particular que também já foi aqui mencionada – o Parkurbis, ou melhor, os dois Parkurbis: a Associação Parkurbis e o Parque de Ciência e Tecnologia. No ano passado alertámos aqui que as contas do Parkurbis não cumpriam SNC-AP. O Senhor Presidente da Câmara disse que cumpriam todos os normativos legais. O Tribunal de Contas veio dar razão à oposição. Registamos que nos deram razão e que este ano já estão no formato correto do SNC-AP. Nomeadamente a Associação Parkurbis Incubadora não tem sequer um sítio na *internet* que é obrigatório pelo artigo 43.º da Lei n.º 50 de 2012. Na página 13 e 17 diz e cito para quase *ipsis verbis* que: o Parkurbis não disponibiliza informação sobre autorizações financeiras e orçamentais. O Parque de Ciência e Tecnologia não cumpre as exigências de contabilidade orçamental, nomeadamente a NCP_26. Não demonstra, por exemplo, a execução do Plano Plurianual de Investimentos. Não inclui o anexo relativo às demonstrações orçamentais e tem um prejuízo de 61.000 €, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios do ano transato. A consequência deste não incumprimento da lei, que já vimos, é a dissolução dos corpos sociais e a consequência deste incumprimento legal, segundo que referi, específico ao Parkurbis sabem qual é? A responsabilização individual dos administradores da empresa. A Senhora Vereadora que está aqui presente é uma das administradoras do Parkurbis. Caso isto seja colocado numa instância judicial e assim decidido, os administradores têm que cobrir a despesa do seu bolso e, portanto, a despesa é considerada como nula. Gostava de saber a resposta da Câmara Municipal relativamente a isto. -----
- Para terminar: e a certificação do Revisor Oficial de Contas? Onde está? E as questões relativas às Águas da Serra. Já aqui foram dadas várias explicações sobre a participação do Município nas Águas da Serra, mas a verdade é que nos relatórios vemos essa participação, no *site* do Município vemos o capital que o Município tem nas Águas da Serra e nas Contas Consolidadas não só não temos as contas individuais como é obrigatório por lei, como também não temos nenhuma menção às Águas da Serra.” -----

- **Dra. Vânia Sofia Saraiva Neves (PS):** “Também aqui para começar com algum humor, tal como iniciou o Senhor Deputado Fernando Pinheiro, analisar contas efetivamente é como analisar as

análises quando nos chegam. Mas temos de ter consciência que, para uma boa análise, temos de ter algum conhecimento daquilo que estamos a analisar porque vemos efetivamente um colesterol total e conseguimos verificar se ele está ou não dentro do intervalo. Mas depois precisamos de saber então a diferença entre o bom e o mau e a mnemónica que lhe vou ensinar e toda a gente poderá aproveitar é que, no abecedário, o B de bom vem primeiro que o M de mau. Tal e qual como o H de HDL em relação ao L de LDL. Portanto, para mais tarde recordar, o colesterol bom é o HDL e o colesterol mau é o LDL. Confere, Senhor Doutor?! -----

Depois, tal como o Hugo Ferrinho falou também do enfartar ao analisar as contas, mais um bocadinho de humor, portanto, se não tivermos o colesterol controlado, a probabilidade de enfarte será maior, não é?! -----

Se na Assembleia Municipal de abril tivemos a oportunidade de apreciar o Relatório de Gestão e Atividades do ano de 2023 onde se verificou o dinamismo e as contas certas do exercício do Executivo do Partido Socialista nos destinos da Câmara Municipal, hoje temos aqui a confirmação, com este relatório de contas, que é possível fazer mais, melhor e sem comprometer as finanças do Município. Aliás, melhoramos assim a performance financeira. -----

Senhoras e Senhores Deputados, ao examinarmos o documento em análise, é notório o incremento no património líquido consolidado do nosso Município, mesmo perante uma desvalorização dos ativos, reflexo das depreciações que ascendem a 11,5 milhões de euros, o ativo líquido conheceu um aumento. Este facto é um indicador claro do investimento responsável e estratégico levado a cabo pelo Grupo Municipal. -----

Adicionalmente, é digna de menção a redução do passivo em 800.000€ e este decréscimo, a par com o aumento dos ativos, traduz-se num fortalecimento do património e numa diminuição da dívida, com particular enfoque na dívida bancária que se reduziu em 3,3 milhões de euros. -----

Não obstante, é imperativo sublinhar o resultado líquido negativo do período que se cifra em 1,8 milhões de euros. É verdade. Este resultado decorre do acréscimo dos custos com pessoal que aumentaram 2,4 milhões de euros, fruto da transferência de competências e do incremento salarial dos nossos funcionários. -----

Contudo, é também evidente o aumento das transferências e dos subsídios, a que reflete a capacidade financeira do município para satisfazer as necessidades da nossa população. -----

Concluo alertando para a importância dos gastos com amortizações que ultrapassam os 11 milhões de euros e para o significativo aumento dos juros suportados, quase duplicando o valor anterior. -----

E para os mais desatentos, relembro que se a Câmara Municipal da Covilhã não tivesse reduzido a sua dívida estaríamos agora perante um obstáculo real a qualquer iniciativa futura do nosso Município. Se a dívida se mantivesse aos níveis de 2013, os encargos apenas com juros rondaria os 4 milhões de euros e é, pois, graças a uma gestão prudente e eficaz que hoje podemos olhar para o futuro com confiança e com ambição. -----

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é com uma clareza inequívoca que abordamos a questão das finanças robustas do nosso Município. Estes indicadores são, efetivamente, um testemunho positivo do nosso sucesso. É precisamente este esforço contínuo,

que muitas vezes não é visível e parece fácil, que permite que a nossa cidade continue em ascensão com uma dinâmica incessante e abrangente que fortalece o apoio às inúmeras entidades, instituições e associações, que fomenta um número crescente de iniciativas e, o mais importante, atende às necessidades dos nossos cidadãos e das nossas cidadãs Covilhanenses. ----

Por estes dias, caminhando pelas nossas ruas, é possível sentir a nossa determinação em construirmos um futuro melhor. Um futuro onde a Covilhã continua a ser um farol de inovação, um centro de excelência, um lugar onde as pessoas querem viver, trabalhar e querem visitar. ----

Por isso, face ao exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista vota favoravelmente a Prestação de Contas Consolidadas de 2023.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** começou por dizer que “estas metáforas da saúde são pouco adequadas à análise das contas. Não sendo também eu um especialista e repito que sou apenas um estudioso curioso e apaixonado pelas finanças públicas e tendo muito para aprender ainda neste domínio, apesar da experiência que tenho já na condução destas matérias conjuntamente por uma assessoria fantástica que temos na Câmara da Covilhã, a verdade é que as contas não são assim tão simples. -----

Desde logo foi aqui afirmado que “vejam lá, aqui há uns meses estivemos aqui e as contas não eram bem estas.” Pois não. Estávamos a discutir as contas individuais e agora estamos a discutir as contas de todo o perímetro municipal. Há uns meses atrás, em abril se a memória não me traiçoa, discutimos aqui as contas só do Município. Agora estamos a analisar as do município e das respetivas empresas municipais e, portanto, vejam bem que o resultado negativo só aumentou no perímetro 120.000€. Ou seja, considerando o total, temos uma diferença de 120.000€ e, portanto, Senhor Deputado, não devia enfartar. Devia era olhar melhor para este número e tenho a certeza que, com honestidade intelectual, teria outra leitura. -----

Por outro lado, há aqui uma questão que convém que seja sempre muito bem explicitada: qual é a lógica da consolidação de contas? É a de que as empresas municipais são parte integrante da Câmara. Era a mesma coisa que fizéssemos contas ao Departamento de Obras e Planeamento e depois ao Departamento de Finanças ou qualquer outro Departamento. Estes fluxos financeiros não são aqui analisados sob essa ótica, sob este ponto de vista. As operações entre os grupos municipais estão excluídos à partida. É preciso ter presente bem esta matéria. -----

Dito isto, para que melhor situemos o problema, convém dizer muito claramente o seguinte: ----

Estas contas mostram que, em 2023, continuámos a fazer obra, continuámos a reduzir impostos, continuámos a reforçar o apoio às famílias, às juntas, às associações, às empresas e, pasmem-se e vejam bem, mesmo assim reduzimos a dívida. É uma espécie de quadratura do círculo que afasta completamente este cenário quase dantesco que a oposição aqui quis, no fundo, fazer crer que existe. -----

É um facto que fechámos 2023 com um resultado consolidado negativo de 1.856.000€. Trata-se de um valor que, num olhar um pouco mais descuidado ou mal-intencionado, pode parecer grande. Mas o que efetivamente é, é um valor dentro do normal e que reflete, acima de tudo, a opção política de ajudar, como dizia, as famílias, de estar ao lado das famílias e esta é,

efetivamente, a nossa marca. É a marca do Partido Socialista. É o nosso pensamento. É o nosso programa e, como já disse, a missão de uma Câmara, a missão de uma empresa municipal, repito à exaustão, não é dar lucro. Para isto temos empresas privadas. Para isto temos no mercado outras entidades que existem para esse efeito. Não visamos o lucro. Queremos servir os munícipes. São coisas completamente diferentes. Portanto, nosso objetivo é estar ao lado dos munícipes e não obter lucro. -----

Além disso, como já foi explicado, a Prestação de Contas da Câmara, para que não tivéssemos este resultado líquido negativo, bastava não termos reduzido o IMI que está no mínimo, cumprindo um compromisso que assumi com os Covilhanenses, bastava não termos dado mais apoio, como efetivamente demos, às freguesias, às associações, às mais diversas entidades, às IPSS's e teríamos arrecadado 3 milhões de euros e hoje tínhamos aqui era um superavit de um valor idêntico a este em vez de termos aqui um resultado negativo. Na prática era isso. O saldo negativo já não existiria.

Portanto, isto é uma opção. Optámos reduzir impostos e só para terem uma ideia, houve uma diminuição de 1.206.000€ nas receitas com os impostos. Ou seja, impostos, contribuições e taxas. Estou a falar do IMI, designadamente. -----

É natural que, cumprindo como cumprimos o nosso compromisso, que é o IMI na taxa mínima, não podíamos ter um resultado positivo, como não podia deixar de ser. Se reduzirmos o IMI, se reduzirmos a Derrama e reduzirmos as taxas, temos efetivamente que receber menos. Não podia ser de outra maneira. Isto é a teoria da manta. Se tiramos de um lado, destapamos de um lado, tapamos do outro e destapamos de outro. -----

Continuando nesta análise, vemos ainda que a rubrica das transferências e subsídios aumentou. Como há pouco já referi, em mais de 1 milhão de euros porque, em 2023 (estamos a falar das contas de 2023, convém não esquecer), foi o ano em que continuámos a apoiar, como já disse, os nossos concidadãos, em que reforçámos os apoios às juntas, às associações, às empresas e às famílias. Somando estas duas rubricas, IMI + apoios, temos mais de 2 milhões de euros que poderíamos ter guardado no cofre. Para quê? Para os exibirmos hoje aqui?! E é claro, desaparecia, como já disse, o saldo negativo e transformávamo-lo em positivo. -----

Em suma, estas são contas que mostram uma opção clara. E qual é essa opção? É de estarmos ao lado das pessoas, ao lado das freguesias, ao lado das associações e ao lado das empresas. -----

São contas relativas ao ano em que continuámos a baixar impostos, em que aumentámos os apoios, continuámos a concretizar investimento e que, mesmo assim, reduzimos a dívida. São contas que mostram que a marca deste Executivo é fazer mais pelos Covilhanenses. -----

São contas que mostram que o investimento aumentou e já vos vou dar exemplos: Avenida Frei Heitor Pinto; melhorias nas escolas básicas do Concelho, que já aqui hoje referi; obras na Escola do Teixoso; obras na Pêro da Covilhã; arranque das obras do Pavilhão do Inatel; alcatroamento nas estradas do Sul do Concelho, desde o Ourondinho até Casegas; apoio para o lançamento da rede de centros interpretativos nas aldeias e já hoje aqui falámos neste Centro Interpretativo do Brulhão, temos o do azeite no Barco...; alcatroamento do Belo Zêzere, que era ansiado há tantos anos e foi concluído; alcatroamento do Loteamento do Canhoso. Isto são factos que as pessoas veem acontecer e a concretizar-se e, portanto, não vale a pena tapar o sol com a peneira. -----

Nas Contas Consolidadas, mostramos também que há uma consolidação financeira importante. Basta ver que no grupo municipal alcançámos uma diminuição de 700.000€. O que é que isto quer dizer? Na prática, se se voltar a falar no saldo de tesouraria, a Câmara fechou o ano com 13 milhões de euros, que é exatamente por não quisermos comprometer o futuro porque fazemos uma gestão rigorosíssima, diria sem qualquer vanglória, sendo que esta verba nos permitirá concretizar projetos que temos em marcha. E já hoje falei aqui de vários. Estamos a olhar para o futuro. Temos de ter dinheiro para fazer face a compromissos das IPSS's, aos compromissos para construção da Campos Melo, para construir a estrada do "T", para construir e requalificar outras vias de comunicação. Portanto, não seria possível fazer obras do PRR sem isso mesmo. -----

Por outro lado, conseguimos ainda o seguinte e os números não mentem: conseguimos um incremento. A diferença entre o deve e o haver. De uma forma mais simples, devemos -708.000€ e crescemos 522.432€. Tivemos um incremento patrimonial de 522.000€, números redondos, e devemos -708.000€. Ora, onde é que está a maldade destas contas? Onde é que estão os aspetos negativos destas contas? Claro que depois compreendo, para tentar embaralhar as coisas, vão buscar as empresas municipais e vão buscar as empresas municipais esquecendo-se que, por exemplo nas Águas da Covilhã, detemos lá metade desse valor. Portanto, sendo nós donos de mais de metade da empresa, na realidade não devemos essa quantia que aqui foi dita e quero-vos dizer que este acerto de contas que remonta a 2011 (não é todo de 2011 obviamente, o grosso da coluna é posterior a 2013 em abono da verdade se diga) tem a ver com contratos-programa que estamos a regularizar e brevemente virão aqui à Assembleia Municipal. Constatarão aqui na Assembleia Municipal que esse problema estará resolvido e depois quero ver o que dizem. -----

Agora não se esqueçam que estamos a falar de uma empresa que é detida em 51% pela Câmara Municipal. Parkurbis e Icovi são integralmente nossas. O Parkurbis não é integralmente nossa, mas temos lá quase 80% e, portanto, estamos a falar de minudências, sendo certo que a Parkurbis tem a nobre função de incubar empresas, de ajudar a crescer empresas, de ajudar a fixar empresas e não está vocacionada para o lucro, como vos tinha já referido. -----

E, por conseguinte, resta-me dizer-vos que o grupo municipal está de boa saúde. Recomenda-se, já agora porque estamos a falar em metáforas relacionadas com a Saúde! Que todos os municípios e todas as contas consolidadas de todos os municípios estivessem tão mal quanto as nossas. -----

Estas são contas que espelham a nossa boa gestão e espelham bons resultados como aqueles que já hoje, ao longo do dia, aqui foram profusamente demonstrados. Continuaremos a trabalhar e a realizar obra porque temos dinheiro para isso, porque fizemos um esforço para isso e porque tivemos o condão de conseguir que as coisas nos corressesem dessa forma também com o vosso contributo porque, com as aprovações nesta Assembleia de documentos tão importantes quanto estes, quanto ao Orçamento, quanto às alterações orçamentais e modificações orçamentais, todos e cada um contribuíram para que obtivéssemos e averbássemos este resultado. -----

Ficaria admirado e até ficaria muito preocupado se a oposição viesse aqui dizer bem das contas do Município, sobretudo faltando um ano e três meses, sensivelmente, para as eleições. Se aqui viessem dizer bem é que eu ficava muito, muito, muito preocupado. Dizem mal. É bom sinal e registo como positiva essa crítica porque ela é tida, lida e vista à luz daquilo que são as lógicas da oposição que é tentar desmontar, desfazer, apoucar e diminuir aquilo que de bem se faz e umas

contas, enfim, que metem boa inveja a quem não as consegue alcançar como nós. Basta compararem e não precisam de ir muito longe para verem contas diferentes destas em toda a Beira Interior, tirando Castelo Branco.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força)**: “Não vou falar de contas. As contas já estão traduzidas. Eu sabia que o Senhor Presidente voltaria a não me responder à questão. Fiz finca-pé de que, efetivamente, hoje não sairia daqui sem que o Senhor Presidente me respondesse ao trânsito na cidade porque está caótico, Senhor Presidente. Daí aproveitar este momento que ainda tinha para realmente poder dizer qualquer coisa, apesar de ser aqui um bocado descontextualizado.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “De facto, o Senhor Presidente falou e diz que, afinal de contas, quem baralha as contas da Câmara com as contas consolidadas não somos nós, mas depois falta do essencial que é nomeadamente a Icovi, que é o buraco nestas contas (tem 177.000€ que não devia ter). E não há uma palavra sobre a Icovi. Por que será? Depois andamos aqui a compensar uns com os outros. Sim Senhor, isto é consolidação de contas, mas a verdade é: como é que se justifica uma empresa como a Icovi dar o prejuízo que dá? Pelos vistos visa o prejuízo! Está respondido, Senhor Presidente.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu “ao Dr. Fernando Pinheiro, dizendo-lhe o seguinte: a Covilhã, mercê do seu desenvolvimento, designadamente nos últimos anos, tem mais gente, tem mais movimento. A Universidade, o Hospital, as empresas e um conjunto de instituições deram uma vida fantástica, são motores de desenvolvimento da Covilhã e todos nós, cada um à sua maneira, contribuimos para que haja mais gente. -----

Depois cada família tem mais do que um carro. Somos uma cidade de montanha e depois tardamos a ir para o vale. A culpa é de todos e não é de ninguém. Mas temos um plano. Aliás, já houve uma discussão pública com uma das mais eminentes técnicas em mobilidade em Portugal aqui nesta sala e viu que existe um estudo, um plano e estamos a ver a melhor forma de descongestionar aquilo que anda congestionado. -----

Agora não podemos ter tudo: não podemos querer desenvolvimento; não podemos querer andar todos de carro e depois não ter alguns inconvenientes que infelizmente existem. Dou um exemplo paradigmático que encontrei já há uns anos: três familiares para ir buscar o menino a uma das escolas. Estava o avô, uma tia e foram lá os pais. Não terão combinado muito bem e estavam três carros estacionados ali nas imediações da escola. Claro que estão ali a obstruir a passagem. -----

O Senhor não quer que lhe minta e que diga que o plano vai ser implementado para a semana. Estamos a analisar o plano. Estamos a elaborar o plano para que no futuro estes constrangimentos desapareçam. -----

Empresas municipais – Elas não visam lucro e não visam o prejuízo. Visam servir os Covilhanenses. Visam prestar bons serviços aos Covilhanenses. -----

A Parkurbis tem, além do mais, uma dívida que andamos a pagar há muitos anos que advém da sua construção. Essa dívida tem que ser paga. É lá que está parqueada a dívida, tem que ser paga

e, quando não consegue os proventos necessários, a Câmara tem que ajudar a pagar essa dívida, o que é óbvio. -----

A Icovi, como já aqui foi referido, tem prestado relevantíssimos serviços ao Município e aos Covilhanenses. Obviamente que, prestando esses serviços, não pode guardar o dinheiro, não o pode meter no cofre. Logo, não é exigível, não é plausível e não é razoável que ela dê lucro. -----

Portanto, vir aqui dizer que as empresas municipais têm que dar lucro e que quem lá está nas empresas não é competente é populismo barato, do mais baixo, do mais rasteiro que existe só para dizer mal de quem lá está quando, na verdade, as pessoas se esforçam. No caso da Parkurbis, está lá um técnico altamente qualificado que, não obstante isso e porque tem um número de pessoas reduzidas, se viu à negra para conseguir harmonizar a contabilidade existente com o SNC-AP e é uma pessoa que é conhecida que não faz parte sequer da Administração. É a ele que lhe incumbe fazer isso. Ele, coitado, deu o máximo de si para conseguir harmonizar. Levou mais tempo do que seria desejável, levou. Mas esforçou-se e fê-lo e não é membro da Administração. -----

Portanto, não vamos aqui tentar arranjar bodes expiatórios, nem agitar fantasmas porque existe uma dívida, existem dificuldades e aquilo tem uma missão nobre. Temos empresas a fixarem-se na Covilhã como nunca, que projetam a Covilhã além-fronteiras graças à ação muito proactiva da Parkurbis. É um esforço conjunto de várias pessoas, de Covilhanenses, de empresários covilhanenses, da Associação Empresarial, do Presidente da Câmara, dos Vereadores da oposição, dos Vereadores da posição, de toda a gente. Toda a gente puxa pela Covilhã e, portanto, a Parkurbis é o referencial desse trabalho e é um absurdo querer que essa empresa dê lucro quando, na verdade, tem que fazer tudo isto, tem que albergar lá as empresas. É uma incubadora, mas não só. É também uma aceleradora de empresas e ter que pagar uma dívida que não é pequena. -----

A Icovi – Uma quantia, não vou dizer que é simbólica porque o que é simbólico para uns é muito para outros e, portanto, não quero cometer injustiças porque cada um sabe de si. A verdade é que, se compararmos com outras situações e com outras empresas, noutras latitudes e não precisamos de ir muito longe, façam as suas comparações e tirem as ilações. Até rima!” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação - ***Prestação de Contas Consolidadas 2023*** foi a mesma ***apreciada e votada por maioria com 24 votos a favor (PS e DMI's), 11 votos contra (PPD/PSD, CDS-PP, CDU – PCP/PEV e Movimento "Covilhã Tem Força") e 02 abstenções (Presidentes das Juntas de Freguesia de Peraboa e do Tortosendo)*** -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Joana Patrício Campos (São Francisco de Assis), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

--- Foi feita a seguinte Declaração de Voto: -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A bancada do Partido Social Democrata votou pelas razões elencadas e gostava de clarificar ao Senhor Presidente da Câmara uma questão. Não sei se vê, mas

isto é uma resposta que o Senhor Presidente da Câmara deu em março de 2019 a uma queixa apresentada pelo Partido Social Democrata à Inspeção Geral de Finanças pelo incumprimento da lei nestas matérias. A resposta que deu foi que: *“nas contas consolidadas toda a gente vai ter acesso às contas das empresas municipais.”* -----

Senhor Presidente, não. Não está porque, como aqui foi dito, não temos acesso às contas individuais. Temos as contas empoladas. -----

E o que eu lhe quero dizer aqui, com toda a frontalidade com que também lhe digo quando faz algo bem – desculpe, é a melhor forma que encontrei -, é que, enquanto eu liderar a bancada do Partido Social Democrata e a lei não for cumprida, nunca contará com o voto favorável do PSD.” -

- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** fez uma observação dizendo que “O Senhor Deputado Fernando Pinheiro esteve aqui nessa reunião em que veio essa empresa da mobilidade e acho que era importante termos estado cá todos. -----

Faço uma sugestão ao Senhor Presidente da Câmara: que essa empresa vá às maiores empresas da cidade e às escolas explicar o que é a mobilidade porque fiquei impressionado, todos ganharíamos e melhorariamos de certeza a mobilidade nesta cidade se aceitássemos aquilo que eles disseram aqui. É muito importante a forma de nos movimentarmos e pode estar na nossa mão melhorarmos substancialmente a mobilidade da nossa cidade sem contratarmos mais nada. Portanto, fica aqui a minha sugestão.” -----

3.6 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DA EMPREITADA DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE CINCO EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO COLETIVA E OBRAS DE URBANIZAÇÃO – LOTEAMENTO DO PINHAL DO GAITEIRO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de junho de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, no artigo 22.º de Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e ainda ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e no artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, através do ofício n.º 2902 de 11.06.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação, não se registaram inscrições neste ponto. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual da Empreitada de Obras de Construção de Cinco Edifícios de Habitação Coletiva e Obra de Urbanização – Loteamento do Pinhal do Gaiteiro**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

a) Os encargos orçamentais decorrentes da execução da despesa da Empreitada de obras de construção de cinco edifícios de habitação coletiva e obras de urbanização – Loteamento do Pinhal do Gaiteiro são repartidos, previsivelmente, da seguinte forma: -----

i. 2024: 316.266,31 €; -----

ii. 2025: 1.348.734,85 €; -----

iii. 2026: 1.302.998,84 €. -----

b) Os montantes fixados para cada um dos anos económicos previstos na alínea anterior poderão ser acrescidos do saldo apurado no ano anterior, sem ultrapassar o montante global nem o ano de termo da mesma. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.7 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DA EMPREITADA DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR NA RUA COMENDADOR GOMES CORREIA – 39 A 65

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, no artigo 22.º de Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e ainda ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e no artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, através do ofício n.º 3087 de 21.06.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a apresentação do assunto em discussão, dizendo que “estamos aqui a falar na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente temporário, ou seja, vamos requalificar na Rua Comendador Gomes Correia, números 39 a 65. Este é um pacote. -----

Por que é que vem aqui? Vem aqui porque temos que desdobrar. É uma despesa plurianual, ultrapassa o ano 2024 e a distribuição será feita da seguinte forma: 331.000€ neste ano (estou a arredondar); em 2025, 662.500€; e em 2026, 345.000 €. -----

Tudo isto somado e com tudo o resto, vai para 1.250.000€. É para abrirmos o procedimento de concurso público urgente e o prazo máximo de execução desta obra é de 24 meses.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual da Empreitada da Obra de Construção de Edifício Multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia – 39 a 65**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

a) Os encargos orçamentais decorrentes da execução da despesa da Empreitada "Construção de edifício multifamiliar rua Comendador Gomes Correia, n.º 39 a 65" são repartidos, previsivelmente, da seguinte forma: -----

i. 2024: 331.250,00 €; -----

ii. 2025: 662.500,00 €; -----

iii. 2026: 345.030,00 €. -----

b) Os montantes fixados para cada um dos anos económicos previstos na alínea anterior poderão ser acrescidos do saldo apurado no ano anterior, sem ultrapassar o montante global nem o ano de termo da mesma. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** solicitou o uso da palavra para alertar da necessidade de intervenção na requalificação do piso da Rua Comendador Gomes Correia, esperando que, “com os edifícios novos no âmbito da ELH, não se mantenha o piso degradado existente na Rua Comendador Gomes Correia”. -----

3.8 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DA EMPREITADA DA OBRA DE “CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO MULTIFAMILIAR NA RUA COMENDADOR GOMES CORREIA, N.º 1 E 5 E 7, 9 E 11 (1.º DIREITO)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, no artigo 22.º de Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e ainda ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual e no artigo 164.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, através do ofício n.º 3088 de 21.06.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** fez a apresentação do assunto em discussão dizendo que “a estimativa orçamental é de 440.000€. Propõe-se o preço base para a empreitada de 445.000€ para executar em 12 meses. Estes 445.000€ são desdobrados em vários anos e porque aqui, neste segundo caso, não é só a BNAUT, temos também o apoio ao acesso à habitação 1.º Direito e assim temos na parte do 1.º Direito: 89.000€ em 2024, que é o corrente ano; 178.000 € em 2025. -----

Na Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, temos: 59.000€ em 2024; e 118.000€ em 2025. -----

É isto, tão-somente, que vimos aqui trazer e pedir que aprove. Estamos a falar aqui de quase 2 milhões de euros. -----

É assim que se gasta o dinheiro, e bem gasto, para servir e estar ao lado dos Covilhanenses mais vulneráveis, aqueles que precisam, e é para isso que nós existimos e gerimos a câmara. E gerimo-la bem. Passo a imodéstia.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Repartição de Encargos e Assunção do Compromisso Plurianual da Empreitada da Obra de Construção de edifício multifamiliar na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 1 e 5 e 7, 9 e 11 (1.º Direito)**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

a) Os encargos orçamentais decorrentes da execução da despesa da Empreitada de "Intervenção nos edifícios na Rua Comendador Gomes Correia, n.º 1a11" são repartidos, previsivelmente, da seguinte forma: -----

1) Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - 1º Direito -----**i. 2024: 89.000,00 €;** -----**ii. 2025: 178.000,00 €.** -----**2) BNAUT (Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário)** -----**i. 2024: 59.333,33 €;** -----**ii. 2025: 118.666,67 €.** -----

b) Os montantes fixados para cada um dos anos económicos previstos na alínea anterior poderão ser acrescidos do saldo apurado no ano anterior, sem ultrapassar o montante global nem o ano de termo da mesma. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (CDU – PCP/PEV)** fez o mesmo alerta constante do ponto anterior. -----

**3.9 – APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE A PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO DA
CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE
COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE PESO E VALES DO RIO PARA APOIO
NAS DESPESAS RELATIVAS À REPARAÇÃO E REMODELAÇÃO DOS SANITÁRIOS DO JI
PESO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 07 de junho de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, através do ofício n.º 2906 de 11.06.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Não se registaram intervenções. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Proposta de Autorização da Celebração de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Peso e Vales do Rio para Apoio nas Despesas Relativas à Reparação e Remodelação dos Sanitários do JI Peso**, foi a mesma **autorizada por unanimidade**. -----

Não votaram, por não se encontrarem presentes na sala, os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.10 – TOMADA DE CONHECIMENTO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – 2023 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DA COVILHÃ

--- Na sequência do ofício n.º 585, datado de 14 de maio de 2024 e rececionado no dia 16 de maio de 2024, da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para os efeitos do disposto na alínea j) do artigo 18.º da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro, na sua redação atual. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV):** “Todos nós aqui, julgo eu, reconhecemos o empenho e a dedicação da CPCJ da Covilhã e o impacto positivo que tem na vida de muitas crianças e jovens e da comunidade em geral obviamente. -----

Queria só aqui deixar algumas preocupações e sugestões. -----

A primeira preocupação é que 5% das crianças e jovens do nosso Concelho foram alvo de intervenção da CPCJ e isso é um número que nos deve entristecer. E isto é, digamos, nunca é o número real, como sabem, de todas as crianças e jovens que necessitam de intervenção. -----

Também dizer que na Comissão Restrita percebemos que não há nenhum psicólogo, o que consideramos que seria necessário para uma outra abordagem haver um psicólogo ou uma psicóloga nessa restrita. Portanto, não compreendemos porque é que não existe. Já existiu. Porque é que não está neste momento. -----

Também queria aqui dizer que, em 2023, foram então tratados 349 processos, sendo que é-nos dito no relatório que a maior parte dos processos são em famílias monoparentais e falta aqui uma análise neste relatório, julgo eu, de qual é a relação desta. Sendo as famílias monoparentais,

aqueles onde são referenciados mais casos, quais são as problemáticas envolvidas? Porque, por outro lado, é-nos dito que a problemática com mais expressão ou com maior expressão é a violência doméstica e o absentismo escolar e, se calhar, era importante perceber se é nas famílias monoparentais ou não. Isto porquê? Porque pode ser alvo de intervenção até de muitas associações de intervenção social, local e da própria Câmara e das escolas, que poderão tentar minimizar e mitigar estas situações. -----

Também há aqui uma questão que merece reflexão de todos e da Comissão obviamente que é: de todos os casos (dos 349), é interessante que praticamente o dobro são rapazes e o resto é raparigas. O que significa que das duas uma: ou os rapazes realmente sofrem muito mais violência do que as raparigas e enfim, estão sujeitos a situações de intervenção da CPCJ ou a sociedade identifica mais os rapazes do que as raparigas e portanto acho muito estranho, de facto, que a maior parte dos jovens e crianças que foram acompanhados e que foram alvo de acompanhamento, sejam rapazes. Portanto, acho que há aqui qualquer coisa que é preciso fazer, nomeadamente ao nível da sinalização e não só. -----

Para finalizar, sobre a sinalização. A maior parte é das forças de segurança; a segunda é dos estabelecimentos de ensino, sendo que dos estabelecimentos de ensino, por norma, não conseguimos ter informação se o caso está a ser tratado. Não é os contornos do caso. É se está a ser tratado ou não. Ficamos sempre sem saber e passa-se um ano letivo completo e não se sabe se aquela criança foi, de facto, intervencionada ou não.” -----

- **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS):** “Quero começar por fazer uma observação à intervenção da Senhora Deputada Mónica Ramôa. Não estou tão seguro na extração das conclusões desta disparidade entre sinalização de rapazes e raparigas, o número, a quantidade. Agora a razão disso acontecer... não consigo extrair no relatório essas conclusões. Acho que é preciso estudar, é preciso percebermos. -----

Sei que hoje é um crime público. Sei que hoje há um conjunto de hipóteses para que as crianças sejam sinalizadas, desde as próprias até à família e até aos vizinhos, até qualquer pessoa que tenha conhecimento disso. Isso é muito positivo. -----

A minha intervenção, em nome da bancada do Partido Socialista, visa apenas saudar e agradecer o trabalho que a CPCJ tem feito no Concelho da Covilhã e o trabalho que tem feito no acompanhamento dos casos na tentativa de atenuar e de reduzir este drama que é um drama que marca as pessoas para toda a vida. De facto, a nossa infância é determinante naquilo que é o nosso percurso na vida. E esse trabalho, todo o trabalho que é feito, é pouco para procurarmos proporcionar uma infância feliz às nossas crianças. -----

Saudar esse trabalho e depois dar nota, Senhor Presidente, não me recordo se neste mandato, nesta Assembleia Municipal, já indicámos os novos representantes para a CPCJ e, portanto, deixaria este alerta que a Assembleia Municipal, porventura, necessita de eleger representantes da CPCJ. Não estou certo que o tenhamos feito já neste mandato e, portanto, deixar este alerta à nossa Assembleia.” -----

- **Dr. Fernando Teixeira Dias Pinheiro (Movimento “Covilhã Tem Força):** “Ao encontro daquilo que já foi dito também pelo Senhor Deputado Municipal, Hélio Fazendeiro, deixar também uma palavra de apreço e de regozijo pelo trabalho que se desenvolve e que continua a ser feito nessa mesma senda, que continua a ir ao encontro de todas as pessoas que procuram a Comissão e tudo aquilo que possa ser efetivamente feito para ajudar quem dela se socorre. Era só efetivamente essa palavra, mas queria que ficasse também vincada esta palavra de apreço pela Comissão. No essencial, era isso.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “A bancada do PSD gostava de dar duas notas essenciais. A primeira é uma congratulação ao trabalho da CPCJ da Covilhã que, já há vários anos, tem feito um trabalho notável que merece todo o nosso elogio, apreço, agradecimento e auxílio naquilo que for necessário, não só no trabalho que fazem com a CPCJ, mas, embora seja uma obrigação legal, pela prestação de contas do seu trabalho muito regular que faz a esta Assembleia, ainda que seja uma imposição legal. -----

Já vimos vários exemplos de quando não é cumprido e, portanto, convém enaltecer quando o é e a CPCJ e a sua Presidente em particular merece ser enaltificada por estas questões que acabei de referir. -----

Uma segunda nota muito breve: com respeito democrático, também gostava de comentar a intervenção da Senhora Deputada Mónica Ramôa para dizer duas questões. A primeira é que também partilho da preocupação que levantou sobre a maioria dos casos serem do sexo masculino, também dito pelo Senhor Deputado Hélio. Mas há duas notas que gostava de dar sobre isto. A primeira é que se trata, utilizando um termo mais técnico, de uma variável muito endógena a vários fatores. Por duas razões: primeiro, porque sabemos que, nos últimos dois anos e podemos ver isso nos relatórios nacionais, tem havido um aumento substancial do número de reportes de casos de violência doméstica em cidadãos do sexo masculino. Tem havido um aumento nos dois últimos anos, ainda que, obviamente, a maioria continua a ser do sexo feminino. Está relacionado com isto ou não? Não sei. Estou apenas a levantar potenciais questões endógenas; e a segunda é que o nível da amostra não é substancial o suficiente para nós fazermos inferências a esse nível. -

Sabemos, e esta é uma questão que gostava de introduzir, não para debate, mas apenas para reflexão. Concordo com o Deputado de que ela deve ser estudada. Há uma menor tendência, e vários estudos demonstram isso, para serem reportados casos de violência a cidadãos ou a jovens do sexo masculino. O que quer dizer que qualquer dos números que temos da CPCJ, masculino ou feminino, provavelmente estará deflacionado. Os casos serão sempre muitos mais. A mesma história com a corrupção. Os casos de corrupção estão sempre relacionados com aqueles que não conhecemos. A zona cinzenta aqui também. -----

Portanto, para este ano não tiraria grandes inferências desses dados, mas acho que devemos estar atentos, como disse o Senhor Deputado Hélio, e talvez, se a questão voltar a surgir, devamos olhar para ela com maior atenção. -----

Em suma, é não tirar grandes conclusões, mas parabenizar de forma muito veemente o trabalho da CPCJ para garantir as melhores condições para as novas gerações da Covilhã.” -----

--- *A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades, referente ao ano de 2023, elaborado pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã.*

Não se encontravam presentes na sala os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

**3.11 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA DECLARAÇÃO DE APROVAÇÃO DA
ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO DO PDM DA COVILHÃ, DECORRENTE DA ENTRADA EM
VIGOR DA 4.ª ALTERAÇÃO DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA GRANDE COVILHÃ E DA
REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DAS PENHAS DA SAÚDE – ZONA SUL E QUE
CONSTITUI A 6.ª ALTERAÇÃO DO PDM DA COVILHÃ**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 21 de junho de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea k) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, conjugado com o artigo 121.º do RJGT, através do ofício n.º 3089 de 21.06.2024 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente a Senhora **Doutora Mónica Cristina Cerqueira Ramôa (CDU – PCP/PEV)** que referiu que o presente assunto “é só uma tomada de conhecimento e decorre de um procedimento legal. -----

Só salientar aqui que, mais uma vez, o PDM tem que ter alteração por adaptação e, portanto, andamos nisto há anos e, segundo consta, o novo PDM estará até ao final do ano. Esperemos que sim. Tem que estar para se acabar com este tipo de situação porque isto é uma autêntica manta de retalhos que compromete o desenvolvimento do Concelho.” -----

--- *A Assembleia Municipal da Covilhã tomou conhecimento da Declaração de Aprovação da Alteração por Adaptação do PDM da Covilhã, decorrente da entrada em vigor da 4.ª Alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã e da Revisão do Plano de Pormenor das Penhas da Saúde – Zona Sul e que constitui a 6.ª Alteração do PDM da Covilhã.* -----

Não se encontravam presentes na sala os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho), Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso) e Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio). -----

3.12 – ELEIÇÃO DE UM REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO CONSULTIVA DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO DO PDM

--- Na sequência de Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 18 de junho de 2024, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro, na sua redação atual. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Foi presente à Mesa uma lista do Partido Socialista a propor a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes. -----

- O Senhor Deputado Municipal **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD)** referiu que “não vamos propor nenhuma lista, mas gostava de fazer um apelo à candidata (aparentemente única), que é similar ao que fiz quando foi eleita para outras funções no mandato anterior, que é o seguinte: ---

O PDM é elaborado pela Câmara Municipal da Covilhã, em conjunto com as demais entidades e segundo todos os procedimentos que nós já conhecemos, e a Assembleia Municipal irá aparentemente eleger uma pessoa do Partido Socialista para integrar a Comissão Consultiva do PDM que é feito pela Câmara Municipal do Partido Socialista. -----

Não vou pôr em causa, evidentemente, a idoneidade de ninguém porque não merece que o faça, fazer apenas referência àquilo que eu disse no último ponto. Da mesma forma que a CPCJ e outras entidades têm dado feedback, no início deste mandato também o Senhor Deputado Pedro Bernardo no âmbito da participação no Conselho Municipal do Desporto, por exemplo, dar também o feedback a esta Assembleia regular sobre o trabalho executado nessa Comissão. -----

Acredito que estará totalmente disponível para isso e votos de um bom mandato.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS):** “Dizer que haverá uma primeira reunião desta Comissão Consultiva porque no anterior mandato não houve nenhuma reunião onde tivesse sido

convocada para o efeito, portanto, uma série de introdução de elementos por parte de quem está a elaborar o PDM e pareceres de outras entidades relativamente a esses documentos submetidos pela Câmara Municipal ou por quem está a elaborar a revisão do PDM. -----

Esta primeira reunião será no próximo dia 28 e portanto eu até sugeria - e já tive a oportunidade de conversar acerca disso - que este tipo de comissões é preferível efetivamente coincidir com o início do mandato para depois não haver esta confusão porque esta primeira eleição, também era eu que tinha sido eleita, foi feita em outubro de 2020, portanto, no final do último mandato e, desde essa data até esta data, haverá uma primeira reunião desta Comissão Consultiva, onde está integrado um membro da Assembleia Municipal, na próxima sexta-feira. -----

Está esclarecido. Portanto, também não há grande feedback para se dar desta comissão. Portanto, só *a posteriori*, com certeza. Terei todo o gosto em dá-lo.” -----

- **Dr. Hugo Ferrinho Lopes (PPD/PSD):** “Gostava só de agradecer a explicação que é pertinente e que me convence totalmente. Foi dada pela primeira vez. Podia ter sido dada antes, mas mais vale tarde do que nunca.” -----

--- Submetida, de seguida, a candidatura a sufrágio por escrutínio secreto, apurou-se o seguinte resultado: -----

- Número de votantes	35
- Número de Votos a favor	26
- Número de Votos Contra	01
- Número de Votos Brancos	07
- Número de Votos Nulos	00

Não se encontravam presentes na sala os deputados municipais: Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes (CDS-PP), Dra. Joana Petrucci Dias Rocha (CDS-PP), Joana Patrício Campos (Aldeia de São Francisco de Assis), Dr. Nuno Miguel Bento Lourenço (Cortes do Meio), Mário Fernando Lucas Mendes (Cantar-Galo e Vila do Carvalho) e Abel Fernando Pereira Cardoso (Covilhã e Canhoso). -----

--- Face ao resultado obtido, a ***Assembleia Municipal da Covilhã*** ***elegeu como representante da Assembleia Municipal da Covilhã para integrar a Comissão Consultiva do Procedimento de Revisão do PDM da Covilhã a Senhora Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes.*** -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- Por se ter chegado ao fim dos trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu por encerrada a Sessão eram dezanove horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2024

Handwritten notes and signatures: "H2", "2.5.1", and a signature.

Moção

A Saúde é um direito consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) no seu artigo 64º. No nº1 deste artigo é estatuído que “ Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover”.

O direito à saúde é realizado através do serviço nacional de saúde (SNS).

O nº 3 do citado artigo, na sua alínea b) define que incumbe prioritariamente ao Estado “ garantir uma racional e eficiente cobertura de todo o país em recursos humanos e unidades de saúde.

A União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia de Souto tem um médico por mês em Vale Formoso e a Aldeia de Souto está sem médico há quatro anos.

Apesar da visita de uma unidade móvel de saúde da Mutualista Covilhanense as insuficiências mantêm-se. Os serviços prestados nesta unidade não dão resposta às necessidades da população nem substituem as funções desenvolvidas pelos serviços públicos de saúde, em áreas fundamentais como a proteção da infância e velhice, nem em cuidados de saúde primários.

O Ministério da Saúde cumpre as suas atribuições na nossa região através de estruturas desconcentradas, nomeadamente, da Unidade Local de Saúde da Cova da Beira (ULSCB) que é hoje responsável pelo Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira (ACESCB) que faz a gestão das Unidades de Cuidados de Saúde Primários no nosso Concelho.

Consultada a página digital da Unidade de Cuidados de Saúde Primários do Teixoso verificamos que no Polo de Vale Formoso o horário de funcionamento contempla 3 dias por semana.

Ora, não é esta realidade.

Já em 7 de Dezembro de 2023, o Notícias da Covilhã informava a ausência de médico na Aldeia de Souto e a presença de um médico, uma vez por mês em Vale Formoso. Situação, até hoje, não desmentida nem resolvida pelos serviços locais de saúde, de acordo com os testemunhos da população.

Acresce ainda a ausência de instalações condignas para os utentes e trabalho dos profissionais na Aldeia de Souto e a ausência de transportes públicos entre Vale Formoso e Aldeia de Souto e a extensão de saúde do Teixoso.

Sublinhando o n.º 1 do artigo 64.º da CRP onde se consagrou que “ Todos têm direito à proteção da saúde e o dever de a defender e promover” e porque estamos perante uma situação clara de insuficiência de serviços de saúde a uma população de duas localidades do nosso Concelho com 616 habitantes, dos quais 210 têm mais de 65 anos, a Assembleia Municipal da Covilhã tem o dever de defender e promover o direito à proteção da saúde dos seus munícipes.

De acordo com o exposto, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em sessão ordinária em 25 de Junho de 2024, exige ao Governo, ao Ministério da Saúde e às suas estruturas desconcentradas (ULSCB, ACESCB e UCSP do Teixoso) a normalização da prestação dos cuidados de saúde à população da União de Freguesias de Vale Formoso e Aldeia do Souto cumprindo o horário de funcionamento em Vale Formoso de 3 dias por semana e a prestação de Serviços de Saúde na localidade de Aldeia de Souto em instalações adequadas, com conforto para os utentes e trabalho dos profissionais de saúde.

A moção deverá ser enviada ao Ministério da Saúde, à Unidade Local de Saúde da Cova da Beira, ao Agrupamento de Centros de Saúde da Cova da Beira e à Unidade de Cuidados Primários do Teixoso

Assembleia Municipal da Covilhã, 25 de junho de 2024

O Grupo Municipal da CDU – PCP/PEV

Vitor Reis Silva

Mónica Ramôa

Marco Gabriel

(Doc. 02)



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2024

H2
2-5-2
A

Recomendação

A mobilidade pedonal com segurança deve ser preocupação diária da Câmara Municipal e dos serviços operacionais municipais.

Nesta Assembleia Municipal já foi referida a necessidade de se assegurar a mobilidade pedonal, em veículos de transporte de cidadãos portadores de deficiência e outros nos passeios urbanos em bairros e avenidas.

Porém, a par da construção de estruturas de apoio à mobilidade, é necessário a sua manutenção e conservação quase diária, caso contrário deixam de servir e de contribuir para a mobilidade e, paradoxalmente, passam a ser mais um risco.

Têm chegado aos eleitos da CDU relatos de munícipes que protestam e dão conta de situações desagradáveis e de quedas pela existência de dejectos nas vias públicas, nomeadamente na Ponte da Ribeira da Carpinteira que liga o Bairro dos Penedos Altos à Cidade.

Também dão conta que a situação já foi sinalizada junto de eleitos da Câmara Municipal e dos serviços da autarquia e, nada feito, a situação continua na mesma.

Perante a situação atrás referida, a Assembleia Municipal da Covilhã reunida a 25 de junho de 2024, delibera recomendar à Câmara Municipal a identificação das situações existentes, nomeadamente na Ponte, e proceder à sua limpeza regular numa ação de prevenção e proteção das pessoas que por ali transitam. Recomendar, ainda, a colocação de sinalização na Ponte para a recolha obrigatória dos dejetos dos animais.

Assembleia Municipal da Covilhã, 25 de Junho de 2024

Os eleitos da CDU – PCP/PEV

Vitor Reis Silva

Mónica Ramôa

Marco Gabriel

(Doc. 03)



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2024

Handwritten signature and date: 25/6

Recomendação

Requalificação de instalações de apoio aos trabalhadores de varrição urbana

Os trabalhadores da autarquia a desempenharem as suas funções na área urbana, bastas vezes em condições de salubridade e climatéricas adversas, têm o direito de ter instalações de apoio que lhes permita cuidar da sua higiene pessoal, o banho e a mudança de roupa, para além da toma de refeição.

Tendo os eleitos da CDU constatado no local a situação existente em algumas instalações de apoio e conversado com os trabalhadores, fomos informados da intenção dos eleitos municipais responsáveis pelo sector, manifestada ao longo de vários anos, de requalificação das instalações. Porém, a intervenção tarda em acontecer e os trabalhadores continuam a utilizar instalações cada vez mais degradadas.

A Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em 25 de Junho de 2024, recomenda à Câmara Municipal que, com carácter de urgência, proceda à requalificação das instalações de apoio aos trabalhadores de varrição urbana dotando-as das condições de higiene e salubridade e dos equipamentos (mobiliário) necessários para a guarda de roupa, tomada de refeição e higiene pessoal.

Assembleia Municipal da Covilhã, 25 de Junho de 2024

Os eleitos da CDU – PCP/PEV

Vitor Reis Silva

Mónica Ramôa

Marco Gabriel

(Doc. 04)



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2024

2.5.4
H2

Recomendação

Multibanco no Bairro da Estação

Um grupo de moradores do Bairro da Estação lançou um abaixo-assinado, em 2023, no qual exigem a “reposição da caixa multibanco”.

O documento foi dirigido à Câmara Municipal da Covilhã e à Junta de Freguesia da Covilhã e Canhoso, e revela que, “após o encerramento do último balcão bancário, o Bairro da Estação está, até hoje, sem qualquer multibanco”.

Afirmam, ainda, que “Esta situação é muito penalizadora para a população, em particular para a mais idosa e vulnerável, uma vez que deixaram de ter um serviço de proximidade, que é indispensável no dia-a-dia, e também para o comércio local, que se confronta com dificuldades acrescidas, prejudicando a dinamização da economia. É urgente repor este serviço no bairro, e em local próximo de onde funcionou até há pouco tempo.

Mais tarde vêm alertar que “O recente encerramento do balcão do Millenium veio penalizar ainda mais a situação do comércio local, desde logo o existente no CCE – Centro Comercial da Estação, e a população, uma vez que o fecho do balcão e de duas caixas ATM/Multibanco, restando, por agora, apenas uma no interior do CCE, inacessível após o encerramento do centro, prejudica em especial a população mais idosa e menos familiarizada com o acesso on-line, que se vê privada de mais um serviço de proximidade e essencial”, este “este facto, somado a outros, como o estacionamento tarifado, ameaça o desenvolvimento social e económico desta zona”.

Levando em conta o exposto e reconhecendo-se a necessidade da manutenção do serviço de multibanco no Bairro da Estação, zona de grande densidade populacional, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 25 de Junho de 2024, recomenda à Câmara

Municipal que, em articulação com a Junta de Freguesia da União de Freguesias Covilhã e Canhoso, promova as diligências necessárias junto das entidades bancárias e reguladoras, para a reabertura de serviços bancários de proximidade, nomeadamente terminais multibanco que sirvam a população.

Assembleia Municipal da Covilhã, 25 de Junho de 2024

Os eleitos da CDU – PCP/PEV

Vitor Reis Silva

Mónica Ramôa

Marco Gabriel



Freguesia de Sobral de S. Miguel

(Doc. 05)

Handwritten signatures and initials, including "H2" and "R.55".

VOTO DE PESAR

Faleceu no passado dia 22 de junho, Hermínio Araújo Mendes Sobreiro, atualmente Secretário do Executivo da Junta de Freguesia.

Hermínio Sobreiro, nasceu a 6 de junho de 1960 em Sobral de São Miguel, filho de Ti Lurdes Sobreiro e do Ti Augusto Sobreiro.

Sobralense apaixonado e dedicado à sua terra e às nossas gentes, emigrou à procurar de melhor vida na década de 80, do século passado. Apesar disso, visitava com grande frequência e regularidade a nossa Aldeia, à qual regressou definitivamente em 2020.

Fundador da Associação de Caçadores e Pescadores da Freguesia de Sobral de São Miguel e dinamizador de várias atividades em associações portuguesas e estrangeiras, tinha um gosto especial pelo desporto da caça, sendo um importante impulsionador da regeneração cinegética das serras do Sobral de São Miguel.

Deixa-nos prematuramente, após uma longa luta inglória com uma doença prolongada, que combateu e enfrentou com a mesma garra e determinação com que sempre enfrentou a vida.

A freguesia de Sobral de São Miguel e todos os Sobralenses estão gratos e reconhecidos por tudo o que deu à nossa Aldeia e será sempre recordado com saudade e carinho por tudo o que fez em vida e as boas memórias que a todos deixou. Os eleitos dos órgãos Executivo e Deliberativo, da Freguesias de Sobral de São Miguel, o homenagearam prontamente através de uma NOTA DE PESAR.

Nesta hora, saibamos valorizar a memória do homem que aceitou o desafio da dedicação à Causa Pública, em prol da freguesia de Sobral de São Miguel e que ainda tinha muito para dar, infelizmente partiu cedo de mais.

Pela sua dedicação à aldeia e seu exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida, dia 25.06.2024, delibere:

- Aprovar o presente "VOTO DE PESAR" pelo seu falecimento.
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências.

A presidente da Junta de Freguesia
Sandra Ferreira

Covilhã, 24.06.2024



2. J. 6

2.5. VOTO DE PESAR

Covilhã, 25 de junho de 2024

O grupo municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã propõe um voto de pesar pelo falecimento de Vítor Caetano, antigo secretário-geral do Sporting Clube da Covilhã.

Além dos vários anos ao serviço do Sporting Clube da Covilhã, Vítor Caetano destacou-se como cidadão ativo em grupos e associações, tendo, inclusivamente, feito parte da vida política do nosso concelho, enquanto membro do executivo da já extinta freguesia de São Martinho.

Quem com ele teve oportunidade de privar e de trabalhar destaca a sua vertente humanitária e social, indo muito além das funções institucionais, e que merece um profundo respeito e admiração de todos.

Nos termos da alínea c) do número 2 do artigo 14.º do Regimento da Assembleia Municipal da Covilhã, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

- 1) Aprovar o presente voto de pesar pelo seu falecimento;
- 2) Endereçar as mais sentidas condolências e conhecimento deste voto aos seus familiares.

Valéria Garcia

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Lino Torgal

Rúben Nascimento



[Handwritten signature]

2.5.7

2.5. RECOMENDAÇÃO: COVILHÃ: UM EXEMPLO DA CELEBRAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA DEMOCRACIA

Covilhã, 25 de junho de 2024

1. Considerando a história singular e o valioso contributo cívico dos cidadãos da Covilhã para a afirmação dos valores democráticos em Portugal;
2. Relembrando que, durante as décadas de 1960 e 1970, a Covilhã foi palco de uma intensa atividade política e social, onde os seus habitantes, empenhados na luta pela liberdade e pela justiça social, desempenharam um papel de destaque na oposição ao regime autoritário do Estado Novo;
3. Recordando que, após o 25 de Abril de 1974, a Covilhã se mobilizou ativamente para promover a participação cívica e política dos seus cidadãos, contribuindo assim para a consolidação do processo democrático no país.
4. Reconhecendo que a cidade da Covilhã, pela sua história de resistência e compromisso com os ideais democráticos, deve assumir um papel de liderança na celebração e na valorização dos momentos-chave da democracia portuguesa.
5. Entendendo que é importante para a cidade da Covilhã preservar a memória histórica dos acontecimentos que marcaram a transição para a democracia em Portugal e homenagear todos aqueles que, no passado e no presente, lutaram e lutam pela liberdade e pela democracia;
6. Sublinhando que o dia 25 de novembro de 1975 representa um marco fundamental na história da democracia portuguesa, simbolizando a vitória das forças democráticas sobre as tentativas de subversão do regime democrático e a consolidação dos valores democráticos no país;



7. Recordando que também na Assembleia da República a proposta de comemorar os 50 anos do 25 de novembro mereceu os votos a favor do Partido Socialista, Partido Social Democrata, Iniciativa Liberal e Chega.

O Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe, nos termos do Regimento do órgão em apreço, que a Assembleia Municipal da Covilhã delibere recomendar ao executivo municipal a comemoração do dia 25 de novembro como o Dia da Restituição da Democracia em Portugal, promovendo a realização de uma ação comemorativa e simbólica que recorde este momento histórico e sensibilize as gerações futuras para a importância da democracia e da sua defesa.

Por conseguinte, sob proposta do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida em plenário a 25 de junho de 2024, recomenda à Câmara Municipal que:

- 1) Sinalize a data histórica do 25 de novembro de 1975, anualmente, neste Município;
- 2) Comemore os 50 anos do 25 de novembro de 1975, com a organização de um evento municipal, que dignifique a importância deste dia.

Vanda Ferreira

Hugo Ferrinho Lopes

Valéria Garcia

Lino Torgal

Rúben Nascimento



25.8
A

Moção

H=2

Sistema Eleitoral para a Assembleia da República

No passado dia 3 de Maio, em reunião plenária da Assembleia da República, debateu-se uma vez mais a reforma do Sistema Eleitoral, com especial enfoque na criação de um círculo nacional de compensação. Foram discutidas propostas de lei de Livre, Iniciativa Liberal e Bloco de Esquerda, com diferentes dimensões para esse círculo de compensação, sendo apresentadas como uma grande mais valia para os territórios do interior, embora todas, sem exceção, reduzissem ainda mais a representatividade destas populações no Parlamento nacional.

Os círculos eleitorais de Vila Real, Bragança, Guarda, Castelo Branco, Portalegre, Évora e Beja, apesar de abrangerem mais de metade do país, elegeram nas últimas eleições legislativas 23 deputados, correspondentes a 10% da Assembleia da República, contra os 203 deputados do restante território nacional (88,3% da AR). Dada a discrepância em termos de representatividade, espelho de um país totalmente desigual, a Assembleia Municipal da Covilhã não pode deixar de repudiar que o caminho escolhido por estes Grupos Parlamentares seja o de acentuar ainda mais o problema, ao invés de apresentar propostas que visem a sua correção.

A Assembleia Municipal da Covilhã não coloca naturalmente em causa o mérito da criação de um círculo nacional de compensação, nem a possível junção de alguns círculos eleitorais do interior, reconhecendo que ambas as medidas podem ser úteis ao melhoramento do nível democrático do país. Contudo, a implementação dessas reformas nunca poderá ser feita à custa da representação de populações que já se encontram sub-representadas nas instituições democráticas.

Todos os Grupos Parlamentares proponentes na reunião plenária em causa já por diversas vezes referiram o Sistema Eleitoral dos Açores como o verdadeiro exemplo a seguir, e esta Assembleia Municipal não poderia concordar mais. Isto porque os açorianos implementaram um círculo de compensação, mas, ao mesmo tempo, souberam reconhecer a necessidade da devida representação de todos os seus territórios, nomeadamente os mais desfavorecidos, criando um sistema em que São Miguel e Terceira abdicaram de eleitos a favor de toda uma Região Autónoma dos Açores.

No Sistema Eleitoral dos Açores, a ilha de São Miguel, apesar de ter 56% dos eleitores do arquipélago, elege apenas 38,5% da Assembleia Regional. A ilha Terceira, com 23% do eleitorado, elege 19,2%. Ou seja, em nome da coesão territorial açoriana e



Grupo Municipal do Partido Socialista

da representação de todas as regiões nas instituições democráticas, São Miguel e Terceira optaram por eleger apenas 57,7% do parlamento regional, apesar de corresponderem a praticamente 80% do universo eleitoral dos Açores.

Não seremos nós capazes de, enquanto país, lhes seguirmos o exemplo?

Recordamos que, no Sistema Eleitoral em vigor para a Assembleia da República, os círculos eleitorais mais populosos estão inclusive sobre-representados em relação ao seu número de eleitores! Lisboa e Porto, que correspondem a 37,8% do eleitorado, são responsáveis pela eleição de 38,9% dos deputados eleitos em território nacional! O que, naturalmente, acontece à custa dos restantes círculos eleitorais.

Pelo referido, a Assembleia Municipal da Covilhã, reunida a 25 de Junho de 2024, assume-se veementemente contra qualquer reforma do Sistema Eleitoral para a Assembleia da República que reduza ainda mais o nível de representatividade dos territórios do interior do país, instando os Grupos Parlamentares a avançarem com propostas de alteração à Lei Eleitoral que visem a implementação de um sistema eleitoral territorialmente justo, em que as populações de todas as regiões de Portugal possam estar devidamente representadas no Parlamento português, tendo como exemplo o Sistema Eleitoral dos Açores.

Em caso de aprovação, esta moção deve ser enviada aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, bem como aos Partidos Políticos nela representados.

Covilhã, 25 de Junho de 2024.

(Doc. 09)

PPD/PSD | ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA COVILHÃ



3.2. PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO: “ACESSIBILIDADES À SERRA DA ESTRELA”

Covilhã, 25 de junho de 2024

A estrada EN339 é reconhecida como a principal porta de entrada da Serra da Estrela. É a única ligação às Penhas da Saúde, sendo este um dos principais pólos de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela.

Ocorre frequentemente o estrangulamento de trânsito nos períodos de afluência excecional de veículos, essencialmente devido à queda de neve, de forma sazonal e, muitas vezes, imprevisível.

É essencial a criação ou beneficiação de vias alternativas, nomeadamente a estrada entre Unhais da Serra e a Nave de S. António e a Variante ao Centro da Covilhã, bem como a redefinição da circulação na Rua Ruy Faleiro.

Além disso, as crescentes preocupações ambientais, de mobilidade e bem-estar, desafiam as cidades modernas a criar vias de circulação de pessoas entre os vários pontos onde os habitantes residem, estudam ou trabalham.

As vias pedonais e cicláveis são uma resposta à necessidade de promover a sustentabilidade, reduzir as emissões de carbono, enquanto incentivam um estilo de vida mais saudável, melhor qualidade de vida e proporcionam espaços agradáveis para as pessoas se movimentarem e interagirem com a cidade.



Estes investimentos são fundamentais para o desenvolvimento económico baseado no crescimento sustentável do turismo, com foco no correto ordenamento do território e nos valores ambientais a preservar em áreas protegidas.

Neste contexto, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Municipal da Covilhã aprove as seguintes propostas, a serem remetidas à Câmara Municipal, Primeiro-Ministro, Ministro das Infraestruturas e Habitação, Grupos Parlamentares, Infraestruturas de Portugal e Instituto Nacional de Conservação da Natureza:

1. Beneficiação urgente da EN339 nos troços Covilhã – Penhas e Penhas – Torre com novo asfaltamento, alargamento da via e a regularização das bermas;
2. Criação de via pedonal e ciclável entre a Covilhã e as Penhas da Saúde, em modelo inovador e integrado que deve prever a instalação de infraestruturas de eletricidade e telecomunicações no subsolo, eliminando o seu impacto visual e ambiental;
3. Elaboração de projeto e construção da Variante à Covilhã de Acesso à Serra da Estrela. Esta via constituirá a única e definitiva solução face ao constante congestionamento de trânsito no Centro Histórico da Covilhã.
4. Redefinição do sentido de circulação na Rua Ruy Faleiro, tornando-a somente numa via em sentido ascendente, criando alternativa para o tráfego em sentido descendente.

Lino Torgal

Hugo Ferrinho Lopes

Vanda Ferreira

Valéria Garcia

Rúben Nascimento



FE2

Assembleia Municipal da Covilhã

Sessão Ordinária de 25 de Junho de 2024

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.3 - Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município

**Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Funcionários do Município
Estimados Covilhanenses,
Órgãos de Comunicação Social,**

A 26ª Edição do Lés a Lés, prova motociclista organizada pela Federação de Motociclismo de Portugal, atravessou Portugal, ligando Portimão a Penafiel em três etapas.

No passado dia 8 de junho de 2024, 2000 participantes em 1800 motos visitaram o Concelho da Covilhã e a Freguesia da Boidobra, passando pela Rua do Centro Paroquial, onde estão instaladas lombas redutoras de velocidade realizadas pelos serviços camarários, removendo as “normalizadas”, anteriormente existentes.

Transcrevo a V. Exa. reclamações recebidas na Junta de Freguesia a propósito de acidente ocorrido provocado pelas lombas, que relembro, já foi objeto de um abaixo assinado subscrito por cerca de 600 pessoas, residentes e não residentes.

“Ao participarmos no evento, lês a lês que percorre as principais vias secundárias de norte a sul do país, no qual este ano dia 8 de junho de 2024 passou pela Boidobra.

Ao passar praticamente parado, a minha moto ficou presa na lombas, cai para o lado com a minha mulher e outro casal amigo que estava ao nosso lado e que também tombaram.

Rua Francisco Leal – 6200-301 Boidobra

NIPC 506886212 | Tel/Fax 275 324 547 | Email: junta.boidobra@sapo.pt



Ficamos os quatro com escoriações, poderia ter um desfecho pior, nem quero sonhar se tal acontecesse ou de qualquer forma influenciasse a minha família ou dos meus companheiros.”

“Fomos visitantes da Freguesia de Boidobra, Covilhã, e dirijo este mail a V. Exas., porque lamentavelmente a visita não foi agradável, uma vez que as Lombas Redutoras de Velocidades em Boidobra, fizeram com que dois casais de amigos nossos caíssem e ficassem com prejuízos nas suas motas, será curioso contar que eles atravessaram a lomba tão devagar que ficaram presos por baixo e caíram para o lado.

Pretendo com este email informar e solicitar aos Senhores Presidentes, que está aqui em causa a ALTURA EXCESSIVA da lomba e o incumprimento da mesma, pois tudo isto está devidamente regulamentado (Regulamento n.º 436/2016, de 9 de maio, assim como a nota técnica de instalação e sinalização de lombas redutoras de velocidade, entre outras).

Pelo exposto, solicito a V. Exas, que se dignem a cumprir a legislação em vigor, pois enquanto autarcas eleitos pelo povo, deveriam ter o cuidado de dar o exemplo, zelando pela segurança de quem ali mora, mas também por quem ali passa.

Finalizo com a seguinte nota, ao fim de mil e muitos quilómetros que foram de Portimão a Penafiel, passando por muitas vilas, localidades e cidades, lamentavelmente só aqui presenciamos uma situação triste como esta.”

Eu já aqui falei neste assunto e o Senhor Presidente já aqui afirmou “temos de resolver esse problema”. Pergunto-lhe uma vez mais: Quando?

Disse.

O Presidente da Junta de Freguesia da Boidobra

Marco Gabriel



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 junho 2024

3. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3.5 – Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas de 2023

Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhoras e Senhores Deputados, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta,
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Funcionários do Município
Estimados Covilhanenses,
Órgãos de Comunicação Social,

São hoje apresentadas nesta sessão as demonstrações financeiras consolidadas do Município da Covilhã, de acordo com a obrigação estabelecida no artigo 75º e seguintes da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.

Artigo 76.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro

Apreciação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas

1 - Os documentos de prestação de contas individuais das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das entidades associativas municipais são apreciados pelos seus órgãos deliberativos, reunidos em sessão ordinária durante o mês de abril do ano seguinte àquele a que respeitam.

2 - Os documentos de prestação de contas consolidados são elaborados e aprovados pelos órgãos executivos de modo a serem submetidos à apreciação dos órgãos deliberativos durante sessão ordinária do mês de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

3 - Os documentos de prestação de contas das entidades referidas no n.º 1, que sejam obrigadas, nos termos da lei, à adoção do regime completo de contabilidade, são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação juntamente com a certificação legal das contas e o parecer sobre as



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 junho 2024

mesmas apresentados pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas, nos termos previstos no artigo seguinte.

Incluem-se no perímetro de consolidação do Município, as entidades sobre as quais existe ou se presume o controlo das mesmas, no caso:

ICOVI – Infraestruturas e Concessões da Covilhã, EEM;

Publicado o Relatório de Contas 2023 e a Certificação Legal de Contas.

ADC – Águas da Covilhã, EM;

Publicado o Relatório de Contas 2023, **não encontramos a Certificação Legal de Contas.**

PARKURBIS – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA;

Publicado o Relatório de Contas 2023 e a Certificação Legal de Contas.

Relativamente ao Relatório, ressaltar que:

“Em 9 de fevereiro de 2011 foi efetuada uma operação de Leaseback, com a Caixa de Crédito Agrícola relativamente às instalações da Parkurbis, S.A.E.M. (operação de venda seguida de locação financeira-contrato nº 100769). A operação de venda foi efetuada pela quantia de 2.000.000 Euros tendo o contrato de locação sido celebrado pelo mesmo montante acrescido de 132.000 Euros referentes a impostos e despesas. O contrato de locação foi celebrado pelo prazo de 25 anos com pagamentos mensais de capital e juros.

No exercício de 2023, a operação de leasing originou gastos financeiros de 90.138,23 euros referentes aos juros suportados, o que significou um aumento de 112,8 % face ao ano de 2022. Esta situação resultou do aumento significativo da taxa de referência da Euribor, o que coloca uma pressão adicional ao equilíbrio de resultados da sociedade, considerando o nível de endividamento.”

Já em relação à Certificação Legal de Contas, foi emitida opinião com reservas, lendo-se na mesma que:

**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS****Assembleia Municipal da Covilhã****Sessão Ordinária de 25 junho 2024**

“De acordo com o divulgado nas notas 6 e 8 do Anexo, as Propriedades de Investimento (lotes de terreno) encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e o edifício Parkurbis constante do Ativo fixo tangível ao custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações acumuladas, cujos valores contabilísticos em 31 de dezembro de 2023 são, respetivamente, de 241.660€ e 3.269.379€ .

A inexistência de avaliações independentes relativamente aos imóveis detidos não nos permitem concluir, de forma inequívoca, em que medida os lotes de terreno e o edifício Parkurbis se possam encontrar sobreavaliados.”

Refere ainda que :

Existe uma dívida de 175.875€ referente à Associação Parkurbis Incubação, na qual a entidade participa, não se encontrando estabelecidas relativamente à mesma quaisquer condições ou plano de reembolso.

Associação Parkurbis Inovação;

Não encontramos qualquer informação sobre Relatório de Contas 2023 nem Certificação Legal de Contas

MUNICÍPIA – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, SA.

Não encontramos qualquer informação sobre Relatório de Contas 2023 nem Certificação Legal de Contas

Continua aqui a faltar a EPABI, por via do controlo da GPS por um período de 20 anos e do acordo feito com o Município da Covilhã.

E continua a faltar a definição clara da participação de 30% na ADS – Águas da Serra.

Quanto ao documento apresentado de suporte à deliberação que a Assembleia deve tomar, uma primeira nota é a não apresentação da informação solicitada para a elaboração das contas consolidadas

**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS****Assembleia Municipal da Covilhã****Sessão Ordinária de 25 junho 2024**

pelas Empresas PARKURBIS – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, SA e a Associação Parkurbis Inovação.

Mas afinal não é o Município da Covilhã que nomeia as administrações destas empresas?

Então o Senhor Presidente da Câmara, por intermédio dos serviços camarários, solicita informação a empresas municipais e estas não enviam e nada acontece?

Foi necessário recorrer a métodos alternativos por parte dos serviços da CMC para obter informação que as administrações nomeadas tinham obrigação de transmitir?

Sublinhamos destas Contas consolidadas o seguinte:

Um ativo praticamente de igual montante com a ressalva de mais 1 milhão e 700 mil euros de disponibilidades de caixa e depósitos bancários. Que pelo menos estejam a prazo, para render alguns juros para os covilhanenses. É que realmente já há demasiado tempo que uma quantidade significativa de recursos financeiros estão parados há espera do último ano de mandato. A 31 de dezembro de 2023 eram 16 milhões de euros.

Um saldo orçamental para a gerência seguinte de 13.488.363,05€.

Resultados transitados negativos de 36.885.344,85€ e um resultado Líquido Negativo consolidado de 1.856.421,41€.

Há resultados negativos mas ao mesmo tempo há dinheiro disponível. É de facto uma fórmula que deve merecer a nossa atenção.

Enquanto o Património Líquido da CMC corresponde a 97% do perímetro de consolidação, o passivo, tem um peso de apenas 75%. Ou seja, está disperso pelo grupo 39 milhões são da CMC e os restantes 23 milhões noutras entidades do grupo.



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Assembleia Municipal da Covilhã
Sessão Ordinária de 25 junho 2024

Dívidas a terceiros

Município da Covilhã 39.274.752,38€

ICOVI 4.544.239,36€

ADC 16.575.522,20€

Parkurbis 2.193.208,50€

Associação Parkurbis 238.631.83€

O que dá um total de 62.826.354,27€ e retirando os créditos/dívidas recíprocas, perfaz um total de 52.021.456,73€.

Ressalvamos ainda um aumento de 2.397.361€ de gastos com pessoal.

A conclusão, ano após ano continua, também ela a consolidar-se:

Com a dívida estabilizada, recursos não faltam, sejam humanos, sejam financeiros, então porque não avançar mais rápido na resolução dos problemas das freguesias e das pessoas?

Os Eleito do PCP

Marco Gabriel

Vitor Reis Silva

Mónica Ramôa